

100 CONGRESSO REGIONAL UNIVERSITÁRIO

Anais do I Congresso Regional Universitário

Abril de 2022



Prefeitura de Santo André
Praça IV Centenário, 1 • Centro
Santo André • SP • CEP 09015-080

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte.
Disponível também em santoandre500anos.com.br e santoandre.sp.gov.br.

1ª Edição - 2022

Diagramação e revisão: Renan Santiago

Coordenação: Ana Paula Lepori

Revisão Técnica: Renan Santiago

Direitos para esta edição:
Prefeitura de Santo André
Praça IV Centenário, nº 1 - Centro
Santo André - SP - CEP 09015-080

Prefeitura Municipal de Santo André

Anais do I Congresso Regional Universitário

ISBN 1661321

20-461648

CDD-8116f1a

Prefeito Municipal

Paulo Serra

Superintendente da Unidade de Planejamento e Assuntos Estratégicos

José Police Neto

Diretor da Unidade de Planejamento e Assuntos Estratégicos

Mario Matiello

Coodenação do I Congresso Regional Universitário

Ana Paula Lepori

Assessor de Diretoria

Renan Santiago

Comitê Acadêmico

Alessandra - Instituto Mauá de Tecnologia (IMT)

Ana Paula Lepori - Prefeitura Municipal de Santo André

Andrea Quintão - Centro Universitário Fundação Santo André (FSA)

Carlos Rivera - Faculdade Pentágono (Fapen)

Daniel Vaz - Coordenador Centro Regional para a Cooperação em Educação Superior (CRECES)

Enio Moro Junior - Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)

Erika Rohrbacher - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac)

Fabio Bordin - Prefeitura Municipal de Santo André

Fernanda Rosa - Centro Universitário Fundação Santo André (FSA)

Jarbas Thounahy - Faculdade de Tecnologia de Mauá (Fatec)

Jeroen Klink - Universidade Federal do ABC (UFABC)

João Carlos Lopes Fernandes - Faculdade de Tecnologia de São Caetano do Sul (Fatec)

Livia Stefânia Rosseto - Consórcio Intermunicipal do Grande ABC

Mario Matiello - Prefeitura Municipal de Santo André

Sandro Maskio - Universidade Metodista de São Paulo (Umesp)

Sheila Marques - Coordenadora na Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC

Tharsila Reis de Medeiros - Strong Business School (ESAGS)

Mensagem do Prefeito

Nossa gestão tem sido marcada por iniciativas inéditas que se traduzem em melhorias reais e concretas para nossa gente e nossa cidade. A realização do **I Congresso Regional Universitário** da região, ocorrido em meados de novembro de 2021, é um grande exemplo que vai nesta direção.

Na oportunidade, promovemos um enriquecedor diálogo entre universidades, institutos de pesquisa, gestores públicos, empreendedores e sociedade civil nunca antes ocorrido. Esta aproximação, essencial para o fortalecimento do debate técnico e acadêmico, para a renovação de ideias que possam transformar a realidade e para o estímulo ao pensamento crítico voltado para o progresso, é também uma das pedras fundamentais ao desenvolvimento humano, econômico, urbano e ambiental do nosso município.

Parte do **Santo André 500 Anos**, programa da Prefeitura que envolve metas, diretrizes e ações estratégicas de médio e longo prazos visando proporcionar uma cidade mais digna, humana e próspera para os andreenses, o **I Congresso Regional Universitário** não só representa um esforço no sentido de articular a multiplicação do conhecimento em benefício da cidade como posto acima, mas significa também a inauguração de uma nova forma de lidar e pensar os desafios e os novos caminhos que podemos tomar.

A história nos mostra o papel decisivo das contribuições técnico-científicas para o desenvolvimento da humanidade e para tornar o mundo um lugar melhor para se viver. É apostando nas novas ideias e descobertas, na ânsia de buscar novas tecnologias e de quebrar velhos paradigmas, e na incansável curiosidade de nossos pesquisadores e docentes que poderemos alavancar decisivamente nosso avanço em direção à cidade que sonhamos.

Muito mais do que o registro oficial de cada pesquisa publicada, de cada tese proposta ou de cada solução demonstrada entre as dezenas de trabalhos apresentados, estes **Anais do I Congresso Regional Universitário** representam justamente o sonho de construir uma Santo André que nos transborde não só a esperança de uma cidade melhor com oportunidades, geração de riqueza, diminuição das desigualdades e sustentabilidade econômica, social e ambiental, mas também que nos desperte o orgulho de ser andreense.

É reconhecendo o papel determinante da academia para nossa prosperidade e deixando também o mais que merecido agradecimento a cada participante e a todos que contribuiram para que este projeto se tornasse real, que oficializo este documento como os **Anais do I Congresso Regional Universitário**.



PAULO SERRA
PREFEITO MUNICIPAL

Santo André 500 Anos

Atenta aos diversos desafios e adversidades que se apresentam diariamente à municipalidade, mas principalmente vigilante às iminentes transformações que ainda se anunciarão no futuro, a Prefeitura de Santo André, por meio da Unidade de Planejamento e Assuntos Estratégicos, desde 2017, tem se empenhado na elaboração de um planejamento estratégico de longo prazo até 2053, ano em que o município completará cinco séculos de existência.

Com metas, diretrizes e ações estratégicas divididas em quatro eixos basilares (Gestão e Inovação, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Urbano e Ambiental), o programa **Santo André 500 Anos** tem como objetivo proporcionar uma cidade mais digna, humana e próspera para as gerações vindouras, assegurando o crescimento ordenado e inclusivo, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Para concretizar o programa e tornar viável o alcance de tais metas, quatro módulos foram estruturados. O **Estudo Legal** consiste na análise das principais normas federais, estaduais e municipais relacionadas diretamente com o **Santo André 500 Anos**. Trata-se de um documento norteador que garantirá segurança jurídica aos administradores públicos e, em especial, à sociedade civil para a implementação das políticas públicas previstas em todas as etapas do programa.

Por sua vez, o **Plano de Investimento e Custeio (PIC)** é o pilar financeiro e contábil que subsidia o planejamento estratégico de longo prazo com dados, pesquisas, balanços e o orçamento da Prefeitura. O PIC analisa a viabilidade da carteira de projetos do programa **Santo André 500 Anos** e orienta as tomadas de decisões dos gestores. Por ter ligação direta com as receitas e despesas previstas pela municipalidade tais como impostos, taxas, contribuições, repasses, emendas parlamentares, contratos e centro de custos, o Plano reúne as principais informações para otimizar a execução orçamentária na cidade, mensurando a relação arrecadação e despesa, assim como investimento e custeio dos projetos futuros para garantir a melhor aplicabilidade de recursos e assegurar fontes financiadoras seguras e bem planejadas.

Paralelamente, a **Escuta Pública** dá voz e autonomia aos munícipes para opinarem, sugerirem, discutirem e se apropriarem das ações e projetos correlatos ao **Santo André 500 Anos**. Neste processo em que a população se torna uma das engrenagens condutoras do programa, uma série de ações estão previstas, como o Ciclo de Webinars, as Consultas Digitais, a Participação Setorial e Territorial, entre outras. É neste contexto que o **I Congresso Regional Universitário** ganha vida, oportunizando o diálogo entre pesquisadores, gestores públicos, empreendedores e a sociedade como um todo para a apresentação de alternativas para os diversos desafios não só de Santo André, mas do ABC.

Por fim, o último módulo é a estruturação do **Plano Estratégico**, que concretizará e colocará em prática o programa **Santo André 500 Anos** devidamente estabelecido. Mais informações disponíveis em www.santoandre500anos.com.br.

Apresentação do I Congresso Regional Universitário

Iniciativa inovadora em toda a região do ABC e parte fundamental do processo de Escuta Pública do programa **Santo André 500 Anos**, o **I Congresso Regional Universitário** tem como objetivo divulgar e compartilhar pesquisas concluídas ou em andamento que impactem no desenvolvimento humano, econômico e ambiental do Grande ABC.

Oportunidade inédita de diálogo e multiplicação de conhecimento entre pesquisadores, gestores públicos e empreendedores visando a apresentação de alternativas para os desafios da região, o **I Congresso Regional Universitário** contou com a participação de dezenas de alunos, docentes e pesquisadores, e foi realizado nos dias 23, 24 e 25 de novembro de 2021, de forma remota com transmissão nas redes sociais da Prefeitura na internet, em função das medidas sanitárias de distanciamento para proteção ao novo coronavírus.

Ao todo, foram 52 pesquisas aprovadas (29 em Desenvolvimento Humano, 15 em Desenvolvimento Urbano e Ambiental, 5 em Desenvolvimento Econômico e 3 em Gestão e Inovação) e, aproximadamente, 9 horas de transmissão para apresentação dos trabalhos que geraram mais de 600 visualizações no YouTube. Além disso, o **I Congresso Regional Universitário** também realizou quatro conferências com vários especialistas de renome para discutir assuntos relativos aos eixos temáticos, com mais de 8 horas de transmissão e quase 300 visualizações na mesma plataforma. Abaixo seguem a programação e participantes. Apresentações e trabalhos disponíveis em www.santoandre500anos.com.br/congresso-trabalhos-e-apresentacoes.

PROGRAMAÇÃO E PARTICIPANTES

Dia 23/11: abertura oficial para autoridades e conferência de abertura com participação do Superintendente de Planejamento e Assuntos Estratégicos, José Police Neto; do urbanista PhD e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Carlos Leite; e do Doutor e Mestre em Ciências Biológicas, professor titular de Engenharia Ambiental do programa de pós-graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental e reitor da Universidade Federal do ABC, Dácio Matheus.

Dia 24/11 (manhã): conferência de Desenvolvimento Humano, com participação do advogado internacionalista pela Universidade Externado de Colômbia, professor conferencista internacional, Daniel Michaels; da Doutora em Ciências da Comunicação e Mestre em Integração da América pela Universidade de São Paulo e professora-adjunta na Universidade

Mensagem do Comitê Acadêmico

Santo André está iniciando uma nova etapa no seu planejamento estratégico com o programa **Santo André 500 anos**. Há mais de 20 anos, a cidade promoveu o Santo André Cidade Futuro, um planejamento a longo prazo que traçou objetivos, metas e indicadores para a cidade até 2020. Isso, infelizmente, não é a dinâmica da maioria das cidades brasileiras. Planejar a cidade a longo prazo ainda não faz parte das agendas locais e isso impacta enormemente em vários âmbitos do desenvolvimento local. Um dos principais impactos que ocorre pela falta de planejamento a longo prazo é no campo do desenvolvimento econômico. Tanto se a cidade deseja fortalecer o modelo econômico já existente como quando se pretende ampliar as possibilidades de implantar novas cadeias produtivas no lugar. Fomentar uma estratégia econômica de desenvolvimento local só é possível de ser traçada num planejamento a longo prazo, pois envolve muitos atores e uma série de ações que induzam esse processo de transformação. Deste modo, o desenvolvimento econômico é um dos eixos do **Santo André 500 Anos**.

O crescimento das cidades brasileiras é, em grande medida, excessivamente orgânico para não dizer desordenado, observável não só pela falta de um planejamento quanto aos caminhos da economia local, mas principalmente revelado na fisionomia das cidades. A falta de um planejamento a longo prazo resulta na face mais dura das cidades que temos: ausência de infraestrutura urbana, de saneamento básico, de mobilidade adequada, de moradia digna, de espaços verdes qualificados. Infelizmente, essa dinâmica da cidade sem planejamento independe da sua escala. É uma realidade que encontramos nas cidades grandes, médias ou pequenas, tanto do interior como do litoral, de norte a sul do país. Sem o planejamento a longo prazo, dimensionar ou direcionar o crescimento urbano é impossível. Sem essa projeção como construir infraestrutura de maneira adequada e planejada?

Do mesmo modo, as áreas de risco que hoje temos nas cidades são resultado, em grande parte, da falta de planejamento a longo prazo e que impacta diretamente na qualidade de vida das pessoas.

O planejamento urbano é fundamental para termos cidades saudáveis e democráticas, com uma rede qualificada de áreas verdes, de transporte público, de serviços e comércio. Assim sendo, o desenvolvimento urbano ambiental é uma das partes estruturantes do programa **Santo André 500 Anos**.

Criar e fortalecer os mecanismos de interação entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento urbano ambiental e, ademais, promover políticas para o desenvolvimento social é maior objetivo da gestão pública. Criar novas ferramentas que simplifiquem e articulem os diferentes campos das políticas públicas, desde a questão administrativa ao financiamento das cidades é outro grande desafio do planejamento a longo prazo. Nossas cidades hoje sofrem o estrangulamento das suas fontes de financiamento por falta de diretrizes e estratégias pensadas num espectro mais a longo prazo. Hoje, um sistema mais integrado de fiscalização e controle das contas públicas exige que os municípios promovam um planejamento mais a longo prazo e que construa melhores mecanismos para a gestão pública.

A cidade que queremos no futuro necessita ser pensada sem perder de vista a questão da inovação. A cidade 4.0 já é uma necessidade do hoje e traçar o horizonte de futuro é impossível sem pensar na inovação e no emprego da tecnologia em todos os campos da vida das cidades.

Desta maneira, no **SA 500 Anos**, o eixo de Gestão e Inovação norteia e orienta a cidade neste sentido.

Mas, qual seria o sentido de pensar no funcionamento e na estrutura das cidades se não pensar diretamente nas pessoas? O maior de todos os objetivos do planejamento estratégico a longo prazo é garantir políticas e orçamento para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Isso passa por desenhar estratégias que atendam a uma população diversa, com necessidades específicas e identidades múltiplas. É pensar nas políticas para a infância considerando a criança um ator ativo na cidade, como um pequeno cidadão onde o direito à cidade qualifica e humaniza o espaço e os serviços públicos. O eixo de desenvolvimento humano prioriza todas as políticas que promovem a qualidade de vida.

E onde entra a universidade e a pesquisa em tudo isso? Bem, um planejamento estratégico precisa ser colaborativo, dispor de informações, dados, reflexões e análises e a universidade é um agente fundamental nesse processo. O programa **Santo André 500 Anos** criou o Comitê Acadêmico com 25 das instituições de ensino da região para auxiliar a construção deste conteúdo e deste cenário de futuro. O **I Congresso Regional Universitário** trouxe pra dentro do **SA 500 Anos** pesquisas dentro dos quatro eixos estruturantes do programa, com um amplo espectro de reflexões e dados sobre a realidade regional. Foram três dias de muitos encontros com diferentes especialistas convidados que trouxeram suas contribuições para os eixos temáticos, muitas apresentações de trabalhos e debates que agora se encontram nestes Anais. E seguimos! Agradecemos a todos os membros do Comitê Acadêmico, aos palestrantes convidados e toda a equipe técnica que contribuiu para este primeiro encontro acontecer, para pensar a cidade que queremos construir.

Ana Paula Lepori é Doutora em arquitetura, coordenadora do Comitê Acadêmico Santo André 500 Anos e do I Congresso Regional Universitário do Grande ABC.



Professor Doutor Enio Moro Jr., membro do Comitê

O melhor início para essa breve relatoria é parabenizar duplamente a Prefeitura Municipal de Santo André pela iniciativa da realização do **I Congresso Regional Universitário do ABC** e, em especial, à minha amiga arquiteta Ana Paula Lepori e sua brilhante equipe, exemplares na organização deste evento.

Este Congresso, parte do programa **Santo André 500 Anos**, de maneira inovadora e pioneira para nossa região, propõe cenários desejados para melhorias que deverão ser implantadas em Santo André até o aniversário de cinco séculos da cidade, em 2053. Estabelece ainda uma saudável conexão com o Projeto Cidade Futuro, também protagonizado por Santo André no final do século XX, sobre a importância do planejamento de longo prazo para cidades.

Inovações urbanas transformadoras não são implantadas em pouco tempo; não existe na história do urbanismo qualquer ação efetivamente requalificadora do território realizada em menos de 20 anos. Este prazo muitas vezes é longo para a ansiedade política dos nossos governantes, mas Santo André rompe com essa lógica imediatista quando propõe uma discussão para a transformação da cidade que, respeitando a identidade historicamente construída, aponte para um futuro certamente muito melhor para sua população.

Gosto de citar dois inspiradores exemplos de ações de planejamento de longo prazo, como o “Chicago Go To 2040”, que é o planejamento estratégico promovido pela Autoridade Metropolitana de Chicago objetivando a evolução da cidade em questões como habitabilidade, mobilidade, sustentabilidade e educação até 2040. Outro projeto bem nosso, chamado de “Macrometrópole Paulista”, previsto pela extinta EMPLASA – Empresa de Planejamento Metropolitano SA, prevê a conurbação urbana e o aprofundamento das relações em rede entre as regiões metropolitanas de São Paulo, Jundiaí, Campinas, Vale do Paraíba/Litoral Norte, Sorocaba e Baixada Santista, com seus enormes desafios, e tudo isso para um cenário de menos de 20 anos. Hoje, sua população já é maior que a do Canadá e seu PIB é semelhante ao da Suíça.

Santo André mais uma vez é protagonista nessa discussão. O convite aos centros produtores de conhecimento da região, por meio de suas instituições de ensino superior e pesquisa para uma efetiva colaboração com as demandas e estratégias para um novo contexto urbano com seus complexos desafios, trouxe-nos resultados muito promissores.

Moderei uma das salas de discussão, a Sala Virtual 2, sobre Desenvolvimento Humano, que, tal qual os outros eixos Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Econômico e ainda Gestão/Inovação), iluminaram o debate local e regional. Nesta sala tivemos 10 trabalhos selecionados sobre temas como saúde, educação, identidade, democracia, ampliação de direitos, terceira idade, entre outros, fundamentais para a construção da nossa desejada cidade!

A importância do documento gerado será fundamental para orientar a implantação que desejamos: uma cidade mais atenciosa, acolhedora, planejada, justa e sustentável para todos aqueles que moram e a usam. Pensar cidades é flertar com o futuro diariamente.

Enio Moro Junior é Doutor em arquitetura e urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, gestor do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

Professor Doutor Sandro Renato Maskio, membro do Comitê

A década de 2010 terminou com o pior desempenho econômico da história econômica do Brasil, quando se avalia a trajetória do PIB. Para o Grande ABC não foi diferente. O período foi marcado pelos efeitos da crise financeira internacional de 2008 e a ascensão das práticas protecionistas adotadas pelos países desenvolvidos com o intuito de estimular a retomada da atividade econômica ao longo da década. Mais recentemente, os fortes efeitos negativos da pandemia da Covid, que ainda reverberam com força, selaram o contexto econômico internacional, tornando evidentes as fragilidades da ampla internacionalização das cadeias de produção. Ao que tudo indica, até o momento, o ponto central da reorganização das cadeias de produção, ainda desestabilizadas, será a busca de resiliência. No plano nacional, além dos eventos apontados acima, a última década também foi marcada por uma intensa recessão da atividade econômica no biênio 2015 – 2016. Seus reflexos também foram sentidos intensamente na região do Grande ABC e seus municípios.

Seguindo a própria trajetória nacional, o setor produtivo da região tem apresentado queda na participação dos segmentos de maior valor adicionado, especialmente na indústria. Movimento que se acentuou na última década, o que por consequência, no médio e longo prazos, acarretará menor competitividade das cadeias de produção, menor capacidade de geração de riqueza e renda e, inevitavelmente, menor capacidade de financiamento de políticas públicas voltadas à melhoria do desenvolvimento e da qualidade de vida dos cidadãos. Inevitavelmente, a efetiva melhoria dos índices de desenvolvimento econômico, social e urbano é fortemente subordinada ao bom desempenho da atividade econômica, da melhora das capacidades produtivas e tecnológicas, da melhora da competitividade da estrutura econômica, inclusive e em especial na esfera regional. Há algumas décadas, diversos países desenvolvidos ampliaram a prioridade do desenvolvimento regional como elemento fundamental para o desenvolvimento da nação. Os cidadãos produzem e vivem nas regiões, nos municípios. Nesta linha de raciocínio, frente ao contexto desafiador em que vivemos, cabe refletir sobre qual é a estratégia da região, do município neste cenário. Não me parece exagerado afirmar que, frente à nova ordem econômica que deve surgir, é imprescindível que se tenha uma estratégia para uma inserção mais competitiva da economia nacional, o que implica no desenvolvimento de competências produtivas, que se dá em âmbito local.

Sem desprezar a importância e nem deixar de atuar junto às demandas de curto prazo, e nem junto aos microdesafios pontuais atrelados ao desenvolvimento, é essencial definir um planejamento de médio e longo prazos com vistas a fomentar a atividade produtiva, os segmentos de maior capacidade de geração de valor adicionado, competitividade, à melhora do ambiente de negócios. É justamente este desafio que o programa **Santo André 500 Anos** quer encarar: pensar a cidade para as próximas décadas, quando o município completará a marca de meio milênio de vida. Para tanto, é necessário que os atores municipais participem deste processo para trazerem suas experiências, olhares e expectativas. E, em especial, as universidades com seu conhecimento acumulado e potencial de pesquisa e reflexão. O processo de desenvolvimento econômico não ocorre por forças exógenas e muito menos em curto espaço de tempo.

Sandro Renato Maskio é economista da GISE/UPAE/PMSA, Doutor em ciências humanas e sociais, Pós-doutorando em economia na FEA-USP/RP, professor da Universidade Metodista de SP, STRONG/ESAGS e Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

Mensagem Consórcio Intermunicipal Grande ABC

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO A LONGO PRAZO E O PAPEL COLABORATIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC

Planejar, articular e definir ações regionais requer pactuação de consensos, com o alinhamento das intenções em diferentes escalas de poder, municipal e regional. A promoção de ações coordenadas entre os entes federados se faz necessária na formulação de uma agenda de prioridades regionais, que podem ser estabelecidas por instrumentos de planejamento regional.

O Consórcio Intermunicipal Grande ABC representa cerca de 2,8 milhões de habitantes, o maior parque industrial da América Latina, o terceiro maior polo econômico do país, o quinto maior mercado consumidor e o quarto maior PIB do país (CIGABC, 2015). Nesse sentido, a figura do consórcio intermunicipal enquanto arranjo institucional fortalece não apenas as ações coordenadas e integradas, mas principalmente as ações continuadas na perspectiva do planejamento a longo prazo.

Um dos exemplos que ilustram este processo foi o desenvolvimento do Plano Diretor Regional (CIGABC, UFABC, 2016), paralelo e articulado às discussões em curso do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI. O PDR foi gestado no âmbito do Plano Plurianual - PPA-Regional, desenvolvido em 2013. Outro exemplo foi o Plano de Mobilidade Regional (2013), iniciado em 2011, que resultou no Plano de Investimento para Mobilidade no Grande ABC e, em 2014, na obtenção de expressivo montante de recursos do Governo Federal por meio do PAC Mobilidade às sete cidades, que apresenta resultados até hoje.

No seu caráter multitemático, há cerca de duas décadas, o Consórcio criou e vem fortalecendo o Programa Casa Abrigo ABC, serviço que acolhe e protege mulheres em situação de violência doméstica, cuja continuidade poderia ser prejudicada não fosse a existência da instituição supramunicipal. Em 2020, o serviço ampliou seu eixo de atuação com a implantação do SerH Grande ABC que atende homens apenados pela Lei Maria da Penha em grupos reflexivos. Em outro campo, destaca-se a realização dos Congressos de História, cujas discussões serviram de embrião para a própria criação do Consórcio.

Importante refletir que as dinâmicas e processos de planejamento devem estar atrelados aos desafios enfrentados no território, considerando sua realidade e tendo como diretriz a busca por melhoria na qualidade de vida das pessoas. Nesse sentido, o programa **Santo André 500 Anos** apresenta-se como uma iniciativa de vanguarda ao planejar a cidade para futuras gerações, estruturado a partir da consolidação de marco regulatório próprio, plano de metas e participação social, elementos fundamentais para o planejamento a longo prazo.

A experiência do **I Congresso Regional Universitário do Grande ABC**, uma das iniciativas do programa **Santo André 500 Anos**, mostrou que há vasta produção de conteúdo nos mais diversos segmentos, que pode contribuir com o planejamento para que se alcance maior qualidade de vida na região. Esse cenário promissor precisa ser estimulado continuamente para que as agendas acadêmicas, públicas e da sociedade civil possam convergir em ações

efetivas para as cidades e seus cidadãos, com o Consórcio atuando como articulador regional.

Elaborado pela equipe técnica do Consórcio Intermunicipal Grande ABC - Diretoria de Programas e Projetos:

Livia Stefânia Rosseto - Coordenadora de Programas e Projetos

Sandra Teixeira Malvese - Coordenadora de Programas e Projetos

Maria Gracely Marques - Coordenadora de Programas e Projetos

Juliana Cavasini da Silva - Coordenadora de Programas e Projetos

Marta do Nascimento Lima - Bibliotecária



Sumário

<p>A implantação do instrumento de incentivo econômico, pagamento por serviços ambientais, melhoria na qualidade ambiental e social no município de Santo André Autoras: Edilene Fazza e Sandra Irene Momm Schult <i>Universidade Federal do ABC Desenvolvimento Urbano e Ambiental</i></p>	18
<p>Agricultura urbana e periurbana: estudo de caso em Diadema-SP Autor: Lucas Silva Souza <i>Universidade Federal do ABC Desenvolvimento Humano</i></p>	28
<p>Agricultura urbana e periurbana no Grande ABC Paulista: desafios e oportunidades para garantir segurança alimentar da população das sete cidades Autora: Simone Pellizon <i>Universidade Federal do ABC Desenvolvimento Humano</i></p>	31
<p>A retórica no contexto escolar: o ensino da leitura para os nativos digitais Autoras: Claudia Nascimento e Cláudia Abuchaim <i>Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Desenvolvimento Humano</i></p>	35
<p>Consequências da expansão urbana desordenada na microbacia do Córrego Mirassol - São Paulo Autores: André Dionizio, Marta Marcondes, Paula Larizzatti, Fernanda Lopes, Angela Villalobos, Letícia Gallina e Raiene de Souza <i>Universidade Municipal de São Caetano do Sul Desenvolvimento Urbano e Ambiental</i></p>	38
<p>Construção de cisternas de baixo custo como estratégia ecossocioeconômica Autor: Marcio de Cassio Juliano <i>Centro Universitário Fundação Santo André Desenvolvimento Econômico</i></p>	43
<p>Desenvolvimento de um sistema de acessibilidade em ponto de ônibus para cadeirantes e pessoas com deficiência visual por meio da leitura braile Autores: Eliseu William, Danilo Fermino, José Pereira e Elison de Melo <i>Faculdade de Tecnologia da Zona Leste Desenvolvimento Urbano e Ambiental</i></p>	45
<p>Desenvolvimento humano e direitos humanos: fortalecimento da cidadania transexual Autores: Kimberly da Silva e Thiago Sartori <i>Universidade Anhanguera Desenvolvimento Humano</i></p>	47

Sumário

<p>Desenvolvimento humano e direitos humanos: preservação dos vínculos familiares da pessoa idosa nos programas de institucionalização de longa permanência</p> <p>Autores: Laís Gabriélly Oliveira Diniz e Thiago Sartori</p> <p><i>Universidade Anhanguera Desenvolvimento Humano</i></p>	49
<p>Diagnóstico microbiológico de qualidade da água do Córrego Cassaquera</p> <p>Autores: André Dionizio, Marta Marcondes, Paula Larizzatti, Fernanda Lopes, Angela Villalobos, Letícia Gallina e Raiene de Souza</p> <p><i>Universidade Municipal de São Caetano do Sul Desenvolvimento Urbano e Ambiental</i></p>	51
<p>Dificuldades e barreiras para implementação da prevenção do uso de drogas em instituição federal</p> <p>Autoras: Debora Cavalcante e Denise De Micheli</p> <p><i>Universidade Federal de São Paulo Desenvolvimento Humano</i></p>	55
<p>Educação e sustentabilidade: observar, analisar e compreender</p> <p>Autores: Everton Viesba, Giovanna Tonzar-Santos, Lara Santana Correia Costa e Marilena Rosalen</p> <p><i>Universidade Federal de São Paulo Desenvolvimento Humano</i></p>	58
<p>Educação no ABC: aspectos gerais e linguísticos</p> <p>Autora: Isabella Tavares Sozza Moraes</p> <p><i>Universidade Santo Amaro Desenvolvimento Humano</i></p>	61
<p>Entender o comportamento xenofóbico através da psicanálise</p> <p>Autoras: Amanda Skowronski, Gabriela Yonaha, Maria Santos, Suellen Vinturi e Tainá Gomes</p> <p><i>Centro Universitário Fundação Santo André Desenvolvimento Humano</i></p>	62
<p>Eventos climáticos extremos úmidos e secos no ABC Paulista no período 2000-2020: identificação e análise via SPI</p> <p>Autora: Anita Drumond, Marina de Oliveira e Nilton Évora do Rosário</p> <p><i>Universidade Federal de São Paulo Desenvolvimento Urbano e Ambiental</i></p>	64
<p>Eventos extremos de chuva em Diadema: uma análise integrada da frequência de ocorrência e das ações públicas de enfrentamento</p> <p>Autores: Nilton Évora do Rosário e Vanessa Neves Aquino da Silva</p> <p><i>Universidade Federal de São Paulo Desenvolvimento Urbano e Ambiental</i></p>	65

Sumário

<p>Fortalecimento da cidadania: cota em concursos municipais para pessoas transgêneras Autores: Luiz Henrique Catastra e Thiago Luiz Sartori Universidade Anhanguera <i>Desenvolvimento Humano</i></p>	66
<p>Fortalecimento da cidadania: direitos e garantias fundamentais dos transexuais Autores: Kimberly da Silva e Thiago Sartori Universidade Anhanguera <i>Desenvolvimento Humano</i></p>	68
<p>Garis e invisibilidade social Autores: Andreza Gomes, Bruna Lazaro, Eduarda Gomes, Elisa Andrade, Esther Martins, Michelly de Souza e Washington da Silva Centro Universitário Fundação Santo André <i>Desenvolvimento Humano</i></p>	71
<p>Identificação de enterobactérias presentes no Córrego Alvarenga do compartimento do braço Alvarenga do reservatório Billings no município de São Bernardo do Campo Autores: André Dionizio, Marta Marcondes, Mônica Legal e Vitoriana Reis Universidade Municipal de São Caetano do Sul <i>Desenvolvimento Urbano e Ambiental</i></p>	75
<p>Integração Universidade-Escola: a extensão universitária na educação para sustentabilidade Autores: Everton Biesba, Lara Santana Correia Costa e Marilena Rosalen Universidade Federal de São Paulo <i>Desenvolvimento Humano</i></p>	83
<p>Justiça restaurativa no ambiente escolar: prevenção e mediação de conflitos na comunicação não violenta Autores: Priscila Alves e Thiago Sartori Universidade Anhanguera <i>Desenvolvimento Humano</i></p>	86
<p>Memória e representação dos espaços urbanos e da arquitetura do ABC Paulista: um estudo sobre a cidade de São Bernardo do Campo Autoras: Franceli Guaraldo e Laís Macedo Universidade Municipal de São Caetano do Sul <i>Desenvolvimento Humano</i></p>	89
<p>O desafio de promover e assegurar a educação inclusiva nas práticas escolares: representações sociais da família e dos professores Autoras: Adil Kitahara e Bernardete Imoniana Centro Universitário Fundação Santo André <i>Desenvolvimento Humano</i></p>	93

Sumário

<p>Participação popular nos Conselhos de Defesa do Patrimônio Cultural no Grande ABC: paridades e disparidades</p> <p>Autor: Jorge Santiago Carvalho Sequeira</p> <p><i>Universidade 9 de Julho Desenvolvimento Humano</i></p>	97
<p>Qualidade de vida dos cuidadores das pessoas com Alzheimer</p> <p>Autoras: Andréia Vieira Santos e Nathaly Suelen</p> <p><i>Centro Universitário Fundação Santo André Desenvolvimento Humano</i></p>	100
<p>Reflexões psicossociais de pacientes com HIV-Aids</p> <p>Autores: Bruna Costa, Felipe Poletti, Fernanda Carlota, Keila Marques, Mariana do Prado e Rita Gonçalves</p> <p><i>Centro Universitário Fundação Santo André Desenvolvimento Humano</i></p>	103
<p>Segurança alimentar na efetividade dos direitos humanos</p> <p>Autores: Andréia Franco e Thiago Sartori</p> <p><i>Universidade Anhanguera Desenvolvimento Humano</i></p>	107
<p>Um estudo sobre as possíveis influências dos animais de estimação na vida das pessoas no período de isolamento social</p> <p>Autora: Máira Dias Marin Maeda</p> <p><i>Centro Universitário Fundação Santo André Desenvolvimento Humano</i></p>	109
<p>Unidades autônomas de sistemas biodigestores como estratégia de preservação ambiental e desenvolvimento social</p> <p>Autor: Márcio de Cassio Juliano</p> <p><i>Centro Universitário Fundação Santo André Gestão e Inovação</i></p>	113
<p>Utilização de <i>Blaberus giganteus</i> na decomposição de matéria orgânica com foco na sustentabilidade</p> <p>Autores: Bruno Nunes e Marcio Pereira</p> <p><i>Centro Universitário Fundação Santo André Desenvolvimento Econômico</i></p>	116
<p>Vulnerabilidade e sofrimento psíquico: condições de acesso em saúde durante o pré-natal</p> <p>Autoras: Ivete Yavo e Juliana Neves</p> <p><i>Universidade Municipal de São Caetano do Sul Desenvolvimento Humano</i></p>	120

A IMPLANTAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INCENTIVO ECONÔMICO, PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS, NA MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL E SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ (SP)

EDILENE FAZZA
SANDRA IRENE MOMM SCHULT
Universidade Federal do ABC

Palavras-chave: serviços ecossistêmicos; serviços ambientais; pagamento por serviços ambientais.

RESUMO

O município de Santo André – SP conta com 61,9% de seu território na Macrozona de Proteção Ambiental, aproximadamente 55% do seu território drena para o Reservatório Billings que abastece de água parte da Macrometrópole paulista. Este território conserva o bioma Mata Atlântica e gera muitos serviços ecossistêmicos. O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é um instrumento de incentivo econômico que pode ser pautado no princípio “usuário – pagador” e “provedor – receptor”. O instrumento PSA paga em recursos financeiros ou suporte técnico aos proprietários que garantam a geração dos serviços ambientais, valorando os serviços ecossistêmicos, além da promoção social com impactos positivos na redução da pobreza. Esse documento tem como objetivo apresentar áreas passíveis para a implantação bem como gargalos institucionais e econômicos para o desenvolvimento de Programas de PSA. Destacar que o PSA está relacionado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), as melhorias ambientais previstas pelo mecanismo impactam positivamente nos ODS. A metodologia considerou dados quantitativos e qualitativos, conhecido como método misto (Creswell, 2014), constatou o estado da arte sobre a temática, amparo legal no âmbito federal, estadual e municipal, além das consultas em fundos específicos de recursos financeiros visando compor um mapa mental para a implementação do mecanismo PSA;

A Organização das Nações Unidas (ONU) compilou o estado da arte dos Serviços Ecossistêmicos (SE) por meio da Avaliação Ecossistêmica do Milênio (Millennium Ecosystem Assessment – MEA). Os estudos foram realizados entre 2001 e 2005 para avaliar as consequências das mudanças dos ecossistemas sobre o bem-estar humano, além de estabelecer as bases científicas das ações necessárias para melhorar a conservação e o uso sustentável dos ecossistemas. A MEA delineou diretrizes e definições sobre os SE, que foram classificados em quatro grandes grupos: Regulação – dos processos ecossistêmicos; Suporte – que promovem diferentes serviços ambientais; Suprimentos – dos bens proporcionados pelo meio ambiente, com diferentes efeitos; e, por fim, os Culturais – relacionados às questões culturais e religiosas (Peixoto, 2011). Os Serviços Ecossistêmicos são serviços utilizados pelo homem, de forma direta ou indireta, que a natureza produz de maneira espontânea e natural (Nahlik et al., 2012), outra definição, apresenta que os benefícios para a população humana são decorrentes, direta ou indiretamente, das funções 2 ecossistêmicas (Costanza et al., 1998, Costanza, 1989). Para este artigo, considera-se que os Serviços Ecossistêmicos são os benefícios diretos ou indiretos que a natureza produz, de forma espontânea e natural, dos quais o homem é o beneficiado (Fazza, 2019, Costanza et al., 1998, Nahlik et al., 2012).

As definições encontradas para SE e Serviços Ambientais (SA) são distintas, os Serviços Ambientais (SA) estão associados às ações humanas para proteger os serviços ecossistêmicos. Assim, são passíveis de receber compensações monetárias (Young, et al., 2018). O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), se enquadra nessa categoria como um instrumento de estímulo econômico da conservação ambiental que considera os princípios do usuário-pagador e provedor-recebedor (Pagiola, et al., 2013). Um exemplo pioneiro no Brasil de Pagamentos por Serviços Ambientais é o projeto do município de Extrema, no Estado de Minas Gerais. O projeto a partir do Programa Produtor de Água da ANA tem como foco o serviço ambiental relacionado a recursos hídricos, visando proporcionar a melhoria na qualidade da água e regularizar das vazões médias dos cursos d'água. Salienta-se que essas medidas são estratégicas ao país, uma vez que utilizando a conservação e restauração florestal ocorre redução da erosão e assoreamento dos mananciais, além dos demais serviços ecossistêmicos indiretos (Kfoury & Favero, 2011).

Em 2015, a publicação do livro Incentivos Econômicos para Serviços Ecossistêmicos no Brasil, remeteu à discussão da relação entre PSA e outros instrumentos econômicos. Além disso, lança a Matriz Brasileira de Pagamento por Serviços Ambientais e destacou informações sobre os programas e iniciativas no Brasil (Forest Trends, 2015). Os programas de PSA, no âmbito econômico, têm algumas lacunas, como: financiamento, governança, motivação e resultados. Apresentam também que os programas de PSA poderiam ser descritos como um subsídio disfarçado, que apoiaria a conservação florestal ao utilizar recursos gerados principalmente por empréstimos governamentais e redistribuição de receita tributária para proprietários florestais, como uma forma de compensação (Fletcher & Breitling, 2012).

É fundamental estimular transações bem definidas dos SA, nas quais o serviço é comprado por, ao menos, um usuário e oferecido por, ao menos, um provedor. Os autores descrevem que há dificuldades em medir os SA, pois os pagamentos podem ser baseados nas ações dos prestadores de serviços ou sobre indicadores ecológicos pré-determinados (Arriagada & Perrings, 2009). Ao pensar sobre o impacto potencial dos programas de PSA em escalas distintas, sejam elas de ordem social, ambiental ou econômica, chama-se a atenção para a pobreza, cuja discussão deve ser analisada sob dois aspectos distintos. O primeiro trata da contribuição do PSA para a redução da pobreza entre os participantes dos programas; o segundo, em uma questão mais ampla, procura investigar se os programas de PSA podem ajudar reduzir a pobreza global de uma determinada região (Pagiola et. al., 2005).

O instrumento PSA não anula o papel do governo na proteção do meio ambiente. Os autores descrevem que é fundamental que a administração pública continue a adotar políticas de gestão ambiental com seus próprios recursos. Apresentam que nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no restante do mundo, surgem avanços em relação aos instrumentos econômicos para a gestão ambiental. Ressalta-se que não se trata de “privatizar o meio ambiente” ou, ainda, “penalizar o crescimento econômico”, mas uma forma de garantir o atendimento de normas ambientais que contorne a rigidez das políticas de “comando e controle”, sem perder a preocupação em atender as metas ambientais. Busca-se assim, conciliar preservação ambiental e crescimento econômico, demonstrando que são complementares para o desenvolvimento sustentável (Forest Trends, 2015, p.33).

No ponto de vista de Política Pública a construção de uma ferramenta legal para PSA, é fundamental, em 14 de janeiro de 2021 foi promulgada a Lei nº 14.119 que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), dando regulamentação específica ao instrumento PSA, apresentando os conceitos, ordenando e demais aplicações (BRASIL, 2021). O

Art. 5ª desta lei apresenta as diretrizes legais e aponta o PSA “como instrumento de promoção do desenvolvimento social, ambiental, econômico e cultural das populações em área rural e urbana” (BRASIL, 2021). O amparo legal ao PSA no Brasil fornece suporte aos planejadores territoriais. Vale destacar que a PNPSA considera a área urbana produtora de serviços ambientais, sendo um avanço para municípios que não possuem áreas rurais e são produtoras de água, por exemplo. O reconhecimento da área urbana como provedora de serviços ambientais é mudança de paradigmas, uma vez que algumas legislações ao longo do Brasil praticavam o PSA somente em áreas rurais. No estado de São Paulo, a Lei 13.798/2009 que institui a Política de Mudanças Climáticas, tem como objetivo geral estabelecer o compromisso do estado frente aos desafios das mudanças climáticas globais. O Art. 23 descreve que o instrumento PSA pode ser aplicado por meio do Programa de Remanescentes Florestais (PRF) aos proprietários rurais conservacionistas (ESTADO DE SÃO PAULO, 2009). O PRF, por meio do Decreto Estadual nº 55.947/2010 apresentam fatores limitantes, sendo eles: a aplicação do PSA em áreas rurais e a criação de uma Lei específica que regulamente no território municipal o instrumento Pagamento por Serviço Ambiental (ESTADO DE SÃO PAULO, 2009, 2010). Nesse contexto, para recorrer a recursos do Estado de São Paulo há necessidade de lei específica de PSA e ordenamento territorial rural.

Com a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais o debate de aplicação do instrumento PSA foi ampliado em escala nacional, entretanto, a PNPSA é muito recente, até o momento não foi constatado projetos que usem esse suporte legal.

Destaca-se que os arranjos institucionais específicos podem ser acordados localmente, conforme foi verificado no estudo de caso. Assim, é possível traçar acordos institucionais na escala da municipalidade ou ainda na escala da bacia hidrográfica, envolvendo os Comitês de Bacias Hidrográficas ou ainda Consórcios Intermunicipais, além de Universidades existentes no local, instituições de pesquisa nacionais e internacionais, agências de fomento ou de pesquisa, ONGs, iniciativa privada, entre outros.

Ao longo da pesquisa, também foi verificado que há iniciativas privadas que encaminham recursos para PSA, administradas por empresas ou ONGs específicas. Um exemplo é a Fundação Grupo Boticário com o Projeto Oásis. Neste projeto, não há legislação que o regule, mas há um interesse privado em preservar o ambiente por meio de contrato (Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, 2017).

Como recomendação para políticas públicas municipais com o intuito de instituir programas de PSA apresenta-se:

- Para se recorrer aos recursos regulamentados pela Política de Mudanças Climáticas do governo paulista é necessário que o município tenha área rural e lei específica de Pagamento por Serviços Ambientais.
- Fomentar uma lei específica de PSA fornece ao município maior segurança para utilizar esse instrumento como ferramenta de gestão ambiental.
- Levantar áreas passíveis para a implantação do mecanismo PSA são fundamentais para constatar a quantidade em área de aplicação do projeto. Destacando sempre a regularidade do lote e sua forma de ocupação regular.
- Verificar Fundos ou fontes de recursos que sejam saudáveis, durante período de tempo específico, ou seja, que garantam a geração de um ou mais serviços ambientais.
- Não há uma fórmula que calcule o valor pago pelos programas de PSA, geralmente, há

uma relação entre o valor disponível em dinheiro para o projeto dividida pela área de atuação ao longo de um tempo específico. Nesse sentido é fundamental saber a fonte de recurso e a área de aplicação do projeto.

- A municipalidade pode contratar ou desenvolver estudos específicos e verificar qual o valor dos serviços ambientais existentes no território, isso pode gerar uma relação entre valor pago fidedigno ao local.

- Alguns projetos de PSA pagam em dinheiro ou serviços, nem sempre há troca financeira pelo SA, ou seja, assessoria técnica para uso mais sustentável da área também pode ser uma forma de PSA.

- A metodologia para adotar áreas prioritárias pode pautar-se em relações ambientais como estágio sucessionais de vegetação, rede hidrográfica do local, proximidades com áreas protegidas sejam elas áreas de preservação permanentes (APPs) ou Unidades de Conservação (UC), geomorfologia entre outros aspectos.

- Documentos técnicos podem dar suporte para o item anterior como Dissertações e Teses, Diagnósticos de cobertura vegetal, Planos de manejo das UCs, Cartas geotécnicas dentre outros estudos existentes.

Ao longo dos dados apresentados, espera-se que gestores públicos utilizem esses dados para iniciar tratativas específicas no âmbito da municipalidade para a aplicação do mecanismo PSA em seu território de forma duradoura garantindo uma melhoria na qualidade ambiental e social

REFERÊNCIAS

ALTESOR, A. et al. Servicios ecosistémicos: un marco conceptual en construcción. Aspectos conceptuales y operativos. In: LATERRA, P.; JOBBÁGY, E.G.; PARUELO, J.M. (Org.). Valoración de servicioecosistémicos: conceptos, herramientas y aplicaciones para elordenamiento territorial. Buenos Aires: INTA, 2011. p. 645-657.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Usos e abusos dos estudos de caso. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, set./dez. 2006. p. 637-651.

ARRIAGADA, R.; PERRINGS, C. Making Payments for Ecosystem Services Work. Ecosystem Services Economics, UNEP, 2009, 33p.

BARRAL, M. P.; MACEIRA, N. O. Evaluación ambiental estratégica delordenamiento territorial. un estudio de caso para el partido de balcarcebasado sobre el análisis de servicioecosistémicos. In: LATERRA, P.; JOBBÁGY, E.G.; PARUELO, J.M. (Org.). Valoración de servicioecosistémicos: conceptos, herramientas y aplicaciones para elordenamiento territorial. Buenos Aires: INTA, 2011. p. 443-459.

BARBIER, E. B. Poverty, development, and ecological services. International Review of Environmental and Resource Economics, v. 2, n. 1, p. 1-27, 2008. ISSN 19321465 (ISSN).

BOYD, J.W.; BANZHAF, S. What are ecosystem services? The need for standardized

environmental accounting units. *Ecological Economics*, v. 62, p.616-626, 2007.

BRASIL. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios, Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966.

_____. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981.

_____. Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, Lei nº 7.797 de 10 de julho de 1989.

_____. Regulamenta a Lei nº 7.797 de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, Decreto nº 3.524 de 26 de junho de 2000a.

_____. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000b.

_____. Projeto visa instituir a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais, Projeto de Lei nº 792/2007.

_____. Programa Nacional de Recuperação da Cobertura Vegetal, Projeto da Lei nº 3.134/2008.

_____. Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, altera os arts. 6º e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências, Lei nº 12.114 de 09 de dezembro de 2009a.

_____. Institui a Política Nacional dos Serviços Ambientais e Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais. Projeto de Lei nº 5487/2009b.

_____. Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC, regulamenta a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, Decreto nº 7.343 de 26 de outubro de 2010.

_____. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011a.

_____. Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde, Decreto nº 7.572 de 28 de setembro de 2011 – Regulamenta dispositivos da Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011b.

_____. Sistema Nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal (REDD+), Projeto de Lei da Câmara 195/2011c.

_____. Sistema Nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal (REDD+), Projeto de Lei do Senado nº 212/2011d.

_____. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. regulamenta a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

_____. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. Projeto de Lei nº 312/2015.

CALVO-ALVARADO, J. et al. Deforestation and forest restoration in Guanacaste, Costa Rica: Putting conservation policies in context. *Forest Ecology and Management*, v. 258, n. 6, p. 931-940, 2009. ISSN 03781127 (ISSN).

CAPOBIANCO, J. P. R.; WHATELY, M.; Billings 2000: ameaças e perspectivas para o maior

reservatório de água da região metropolitana de São Paulo: relatório do diagnóstico socioambiental participativo da bacia hidrográfica da Billings no período de 1989-99. Instituto Socioambiental, São Paulo, 2002. 59p.

CARIDE, C., PARUELO, J. P., PIÑEIRO, G. Manejo agrícola y secuestro de carbono. In: LATERRA, P.; JOBBÁGY, E.G.; PARUELO, J.M. (Org.). Valoración de servicios ecosistémicos: conceptos, herramientas y aplicaciones para el ordenamiento territorial. Buenos Aires: INTA, 2011. p. 461-483.

CHICHILNISKY, G.; HEAL, G. Economic returns from the biosphere. *Nature*, vol. 391, p.630, 1998.

COLE, R. J. Social and environmental impacts of payments for environmental services for agroforestry on small-scale farms in southern Costa Rica. *International Journal of Sustainable Development and World Ecology*, v. 17, n. 3, p. 208-216, 2010. ISSN 13504509 (ISSN).

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO GRANDE ABC, UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização: Instrumento de planejamento para prevenção de desastres naturais no município de Santo André, região do grande ABC, Estado de São Paulo, outubro de 2016, p.150.

COSTANZA, R. Ecosystem services: multiple classification systems are needed. *Biological Conservation*, v. 141, p. 350–352, 2008.

_____. "What is ecological economics?". *Ecological Economics*, 1.p.1-18, 1989.

COSTANZA, R. et al. The value of the world's ecosystem services and natural capital. *Nature*, v. 1, p. 3-15, 1997.

CTPA – Câmara Técnica de Proteção das Águas. Relatório sobre a Viabilidade de Financiamento de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) pelo FEHIDRO e outras fontes. Novembro, 2017, p.54. Acesso em 26/11/2018: <http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents//CRH/CTPA/12398/ctpa-relatorio-psa-versao-final-aprovada-01-12-2017.pdf>.

CRESWELL, J. W. *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. 4th ed. Los Angeles: SAGE, 2014.

DANIELS, A. E. et al. Understanding the impacts of Costa Rica's PES: Are we asking the right questions? *Ecological Economics*, v. 69, n. 11, p. 2116-2126, 2010. ISSN 09218009 (ISSN).

ENGEL, S.; PAGIOLA, S.; WUNDER, S. Designing payments for environmental services in theory and practice: An overview of the issues. *ECOLOGICAL ECONOMICS*, 65, 2008. P. 663 – 674.

ESTADO DE SÃO PAULO. Define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings - APRM – B, Lei nº 13.579, de 13 de julho de 2009.

_____. Política Estadual de Mudanças Climáticas, Decreto nº 13.798/2009 de 29 de outubro de 2009b.

_____. Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental. Billings. Cadernos de Educação Ambiental – Edição Especial Mananciais, vol. I, 2010a. 150p.

_____. Política Estadual de Mudanças Climáticas, Decreto nº 55.947 de 24 de junho de 2010b.

_____. Institui o Programa de Incentivos à Recuperação de Matas Ciliares e à Recomposição de Vegetação nas Bacias Formadoras de Mananciais de Água, institui a unidade padrão Árvore-Equivalente e dá providências correlatas, Decreto 60.521 de junho de 2014.

FAZZA, E.V.; Avaliação do instrumento – Pagamentos por Serviços Ambientais – Aplicado na área de manancial de Santo André – SP. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do ABC, Santo André (SP).

FEARNSIDE, P. M. Brazil's Amazon forest in mitigating global warming: Unresolved controversies. *Climate Policy*, v. 12, n. 1, p. 70-81, 2012. ISSN 14693062 (ISSN).

FLETCHER, R.; BREITLING, J. Market mechanism or subsidy in disguise? Governing payment for environmental services in Costa Rica. *Geoforum*, v. 43, n. 3, p. 402-411, 2012. ISSN 00167185 (ISSN).

FISHER, B.; TURNER, R.K.; MORLING, P. Defining and classifying ecosystem services for decision making. *Ecological Economics*, v.8, p. 643-653, 2009.

FOLEGATTI, M. V. et al. Transposição de água e disponibilidade hídrica das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (BC-PCJ). *Anais, Sociedade Brasileira de Engenharia Agrícola*, Vitória, 2010. P.1-10.

FOREST TRENDS. Incentivos Econômicos para Serviços Ecossistêmicos no Brasil. *Forest Trends*, Rio de Janeiro, 2015, p.119.

FSA – Food Security Act of 1985. United States, Public Law 99 – 198, Title XII: Conservation. 99 Stat. 1504, 23 dec. 1985.

FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA, THE NATURE CONSERVANCY DO BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR INTERNATIONALE ZUSAMMENARBEIT. Guia para a formulação de Políticas Públicas Estaduais e Municipais de Pagamento por Serviços Ambientais. 2017, 76p.

GUEDES, F.B.; SEEHUSEN, S.E. (Org.). Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios. Brasília: MMA, 2011. Série Biodiversidade, 42. 272p.

GOBBI, J. A. Pago por servicios ambientales: ¿qué son y cómo funcionan? In: LATERRA, P.; JOBBÁGY, E.G.; PARUELO, J.M. (Org.). Valoración de servicios ecosistémicos: conceptos, herramientas y aplicaciones para el ordenamiento territorial. Buenos Aires: INTA, 2011. p. 293-312.

GONÇALVES, N. J. B.; SANTOS, A. H. S.; AGUIRRE, J.S. Identificação da nascente que dá origem aos rios Grande e Pinheiros. *Arquitextos*, São Paulo, ano 16, n. 188.07, Vitruvius, jan. 2016 ISSN 18096298 (INSS) <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.188/5934>>.

HÄGER, A. The effects of management and plant diversity on carbon storage in coffee agroforestry systems in Costa Rica. *Agroforestry Systems*, v. 86, n. 2, p. 159-174, 2012. ISSN

01674366 (ISSN).

HAYES, T.; MURTINHO, F.; WOLFF, H. An institutional analysis of Payment for Environmental Services on collectively managed lands in Ecuador. *Ecological Economics*, v. 118, p. 81-89, 2015. ISSN 09218009 (ISSN).

HONEY-ROSÉS, J. et al. To pay or not to pay? Monitoring performance and enforcing conditionality when paying for forest conservation in Mexico. *Environmental Conservation*, v. 36, n. 2, p. 120-128, 2009. ISSN 03768929 (ISSN).

JARDIM, M. H.; BURSZTYN, M. A. Pagamento por serviço ambiental na gestão de recursos hídricos: o caso de Extrema (MG). *Eng. Sanit. Ambient.*, v.20, n 03, 2015. p.353-360.

KAPLOWITZ, M. D.; LUPI, F.; ARREOLA, O. Local Markets for Payments for Environmental Services: Can Small Rural Communities Self-Finance Watershed Protection? *Water Resources Management*, v. 26, n. 13, p. 3689-3704, 2012. ISSN 09204741 (ISSN).

KERR, J. M.; VARDHAN, M.; JINDAL, R. Incentives, conditionality and collective action in payment for environmental services. *International Journal of the Commons*, v. 8, n. 2, p. 595-616, 2014. ISSN 18750281 (ISSN).

KERR, J.; VARDHAN, M.; JINDAL, R. Prosocial behavior and incentives: Evidence from field experiments in rural Mexico and Tanzania. *Ecological Economics*, v. 73, p. 220-227, 2012. ISSN 09218009 (ISSN).

KFOURI, A.; FAVERO, A. Projeto Conservador de Águas Passo a Passo: Uma Descrição Didática sobre o Desenvolvimento da Primeira Experiência de Pagamento por uma Prefeitura Municipal no Brasil. *Série Água Clima e Floresta, Volume IV*, Brasília; The Nature Conservancy do Brasil, 2011. 58p.

KLINK, J. Regionalismo e reestruturação urbana: uma perspectiva brasileira de governança metropolitana. *Educação*, v. 32, n. 2, 2009, p. 217-226.

KROEGER, T. The quest for the "optimal" payment for environmental services program: Ambition meets reality, with useful lessons. *Forest Policy and Economics*, v. 37, p. 65-74, 2013. ISSN 13899341 (ISSN).

LAVRATTI, P.; TEJEIRO, G. (Org.). *Direito e mudanças climáticas: Pagamento por Serviços Ambientais: experiências locais e latino-americanas*. São Paulo: Direito e Mudanças Climáticas: 7, Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2014. 143p.

LIMA, J. E. F. W. et al. Assessing the use of erosion modeling to support payment for environmental services programs. *Journal of Soils and Sediments*, v. 14, n. 7, p. 1258-1265, 2014. ISSN 14390108 (ISSN).

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro,

2001. p.143.

MA, S. et al. Farmers' Willingness to Participate in Payment-for-Environmental-Services Programmes. *Journal of Agricultural Economics*, v. 63, n. 3, p. 604-626, 2012. ISSN 0021857X (ISSN).

MACHADO, M. R. R.; SILVA, C. A. T.; MACHADO, L. S. Custo de oportunidade para a parte autora em processos judiciais eletrônicos: um estudo na procuradoria da União em Goiás. *Rev. Adm. Pública* — Rio de Janeiro v. 48, nº5, p. 1165-1189, set./out. 2014.

MAILLE, P.; COLLINS, A. R. An index approach to performance-based payments for water quality. *Journal of Environmental Management*, v. 99, p. 27-35, 2012. ISSN 03014797 (ISSN).

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 121-192.

MATARAZZO-NEUBERGER, W. M. et al. *Serviços Ambientais Prestados pelas Florestas da Bacia da Represa Billings*, São Bernardo de Campo: Ed. Do Autor, 2010. 16p.

MAY, P. Economia Ecológica e o Desenvolvimento Equitativo no Brasil. In: CAVALCANTI, C. (Org). *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2011. p.235-255.

MOURA, L. A. A. *Economia Ambiental Gestão de custos e de Investimentos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2011 296 p.

MILDER, J. C.; SCHERR, S. J.; BRACER, C. Trends and future potential of payment for ecosystem services to alleviate rural poverty in developing countries. *Ecology and Society*, v. 15, n. 2, p. 6, 2010. ISSN 17083087 (ISSN).

MORENO-SANCHEZ, R. et al. Heterogeneous users and willingness to pay in an ongoing payment for watershed protection initiative in the Colombian Andes. *Ecological Economics*, v. 75, p. 126-134, 2012. ISSN 09218009 (ISSN).

MOTTA, R. S. *Economia ambiental*. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

MOYA, J. A. C.; QUIRÓS, L.; JIMÉNEZ, M. Challenges in the implementation of conservation policies in the Reventazón Model Forest, Costa Rica. *Forestry Chronicle*, v. 88, n. 3, p. 261-265, 2012. ISSN 00157546 (ISSN).

MURGUEITIO, E. et al. Native trees and shrubs for the productive rehabilitation of tropical cattle ranching lands. *Forest Ecology and Management*, v. 261, n. 10, p. 1654-1663, 2011. ISSN 03781127 (ISSN).

NAHLIK, A. M. et al. Where is the consensus? A proposed foundation for moving ecosystem

service concepts into practice. *Ecological Economics*, v.77, p.27-35, 2012.

NUNES, M. L. S. et al. Projeto Oásis São Paulo e Apucarana. In: PAGIOLA, S.; GLEHN, H. C. V.; TAFARELLO, D. (Org.). *Experiências de pagamento por serviços ambientais no Brasil*. Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais, São Paulo, 2012, p. 49 – 63.

PAGIOLA, S.; BISHOP, J.; LANDER-MILLS, N. *Mercados para serviços ecossistêmicos: instrumentos econômicos para conservação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: REBRA, 2005.

PAGIOLA, S. et al. Paying for the environmental services of silvopastoral practices in Nicaragua. *Ecological Economics*, v. 64, n. 2, p. 374-385, 2007. ISSN 09218009 (ISSN).

PAGIOLA, S. Payments for environmental services in Costa Rica. *Ecological Economics*, v. 65, n. 4, p. 712-724, 2008. ISSN 09218009 (ISSN).

PAGIOLA, S.; GLEHN, H. C. V.; TAFARELLO, D. (Org.). *Experiências de pagamento por serviços ambientais no Brasil*. Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais, São Paulo, 2012. 274p.

PAGIOLA, S.; PLATAIS, G. *Payments for Environmental Services*. World Bank, Environment Strategy Notes, n.3, Washington, 2002. 4p.

PEIXOTO, M. *Pagamento por Serviços Ambientais: Aspectos teóricos e proposições legislativas*. Brasília: Núcleo de Estudo e Pesquisas do Senado, 2011. 31p.

PENTEADO, C. L. C., ALMEIDA, D. L.; BENASSI, R. F. Conflitos hídricos na gestão dos reservatórios Billings e Barra Bonita. *Estudos Avançados* 31 (89), 2017, p. 299 – 322.

POLLINI, J. Agroforestry and the search for alternatives to slash-and-burn cultivation: From technological optimism to a political economy of deforestation. *Agriculture, Ecosystems and Environment*, v. 133, n. 1-2, p. 48-60, 2009. ISSN 01678809 (ISSN).

POSTEL, S. L.; THOMPSON, B. H. Watershed protection: Capturing the benefits of nature's water supply services. *Nat. Res. Forum*, 29: p. 98-108, 2005.

PREFEITURA DE DIADEMA. Plano Diretor do Município de Diadema, Lei Complementar nº 273 de 08 de julho de 2008, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Diadema estabelecendo as diretrizes gerais da política municipal de desenvolvimento urbano, e dá outras providências.

PREFEITURA DE RIBEIRÃO PIRES. Plano Diretor do Município de Ribeirão Pires, Lei nº 4791/2004 – Institui o Plano Diretor da Estância Turística de Ribeirão Pires.

PREFEITURA DE RIO GRANDE DA SERRA. Plano Diretor do Município de Rio Grande da Serra, Lei municipal nº. 1.635, de 5 de outubro de 2006, que institui o Plano Diretor Participativo

AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: ESTUDO DE CASO EM DIADEMA - SP

LUCAS SILVA SOUZA
Universidade Federal do ABC

INTRODUÇÃO

A relevância da agricultura urbana e periurbana para as metrópoles tem sido amplamente destacada na literatura no que tange aos seus benefícios ambientais, sociais e econômicos. No Brasil essa atividade ganhou mais relevância a partir dos anos 2000, principalmente devido ao incentivo de políticas públicas de âmbito federal e municipal.

Porém, a despeito do fomento por meio de recursos financeiros e políticas públicas para a promoção da prática, são poucos os municípios que conseguiram incentivá-la em seu território. Nesse sentido, Diadema pode ser considerada um caso bem sucedido: o município mantém um programa relacionado à agricultura urbana desde 2003 e, segundo dados oficiais, possui atualmente 55 hortas urbanas.

OBJETIVO

Realizar uma avaliação da implementação do Programa de Agricultura Urbana no município de Diadema, buscando compreender quais os fatores facilitaram ou dificultaram o cumprimento das metas e objetivos do referido programa, com enfoque nos condicionantes sociais, institucionais e políticos dos resultados.

METODOLOGIA

Inicialmente incluiu a revisão bibliográfica sobre as características da agricultura urbana e periurbana, o levantamento teórico e metodológico da análise de implementação de políticas públicas, a análise documental da legislação municipal e entrevista com as gestoras do Programa de Agricultura Urbana de Diadema.

Palavras-chave: agricultura urbana e periurbana; políticas públicas; Diadema.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. (2001). Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In M. C. R. Barreira, & M. do C. B. de Carvalho (orgs.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais (pp. 45-56). São Paulo: PUC/SP.

BARON, Bernardo Chispim. AGROECOLOGIA E URBANIDADE: uma investigação a partir da agricultura urbana na região metropolitana de são paulo. 2017. 201 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: http://www.tcc.sc.usp.br/tce/disponiveis/8/8021104/tce-10082017-184547/publico/2017_BernardoChispimBaron.pdf. Acesso em: 30 mar. 2020.

IBGE. IBGE Cidades - Portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 mar. 2020.

DEL PRETE, Victor Mendes. AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: as hortas da avenida vivaldi. 2018. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Planejamento Territorial, Universidade Federal do Abc, São Bernardo do Campo, 2018.

DIADEMA. Prefeitura do Município de Diadema. Programa de Agricultura Urbana. Disponível em: <http://www.diadema.sp.gov.br/lista-de-artigos-sesa/25568-programa-agricultura-urbana>. Acesso em: 30 mar. 2020.

DIADEMA. Lei 2.272 de 2 de Outubro de 2003. Dispõe sobre a criação, no âmbito do município de Diadema, do programa de hortas comunitárias. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/d/diadema/lei-ordinaria/2003/228/2272/lei-ordinaria-n-2272-2003-dispoe-sobre-a-criacao-no-ambito-do-municipio-de-diadema-do-programa-de-hortascomunitarias?q=agricultura>. Acesso em: 30 mar. 2020.

DRAIBE, S. M. (2001). Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: Barreira, M. C. R.; Carvalho, M. do C. B. de (orgs.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais (pp. 15-42). São Paulo: PUC/SP.

LOVO, Ivana Cristina. Agricultura urbana: um elo entre o ambiente e a cidadania. 2011. 292 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Cfh, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95958>. Acesso em: 01 mar. 2020.

ROSTICHELLI, Michele. Entre a Terra e o Asfalto: a região metropolitana de São Paulo no contexto da agricultura urbana. 2013. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-24042014-120105/pt-br.php>. Acesso em: 01 mar. 2020.

SANTANDREU, A ; LOVO, I C. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção. Belo Horizonte: FAO/MDS/SESAN/DPSD, 2007.

VAN VEENHUIZEN, R; DANSO, G. Profitability and Sustainability of Urban and Peri-urban Agriculture. Roma: FAO, 2007. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-a1471e.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2020.

AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO GRANDE ABC PAULISTA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO DAS SETE CIDADES

SIMONE APARECIDA PELLIZON
Universidade Federal do ABC

RESUMO

O Grande ABC possui mais de 2,7 milhões de habitantes em uma área territorial de 828 km², sendo que aproximadamente 99,50% se encontram em situação domiciliar urbana. A promoção do desenvolvimento humano se configura em grande desafio, tornando necessária a adoção de ações que dialoguem com as perspectivas social, econômica e ambiental. Na construção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a agricultura ganhou destaque, aparecendo no segundo objetivo: “Fome zero e agricultura sustentável”, estimulase que as ações sejam iniciadas de forma localizada, pelos municípios, com políticas públicas ou fomentando iniciativas da sociedade civil. Nossa hipótese é que a promoção da agricultura urbana e periurbana (AUP) se configura como ação preponderante para efetivar a Segurança Alimentar nas cidades. A pesquisa em andamento está discutindo as potencialidades e as dificuldades enfrentadas pelas iniciativas em AUP da região, objetivando verificar quais necessidades estimularam a iniciativa, quais soluções estão sendo promovidas e quais as forças, fraquezas, oportunidades e as ameaças identificadas. Por meio de visitas aos quintais e hortas comunitárias e realizando entrevistas com os agricultores que atuam individualmente, com familiares ou comunidade, pretendese investigar qual a relação dessas iniciativas na consolidação da Segurança Alimentar da população da região.

Palavras-chave: agroecologia; agricultura urbana e periurbana; segurança alimentar.

INTRODUÇÃO

As comunidades pobres das regiões metropolitanas dos países com acentuada desigualdade social, como o Brasil, enfrentam de forma mais brutal as crises econômicas globais, ficando ainda mais vulneráveis, na ocorrência de encarecimento de alimentos, diminuição de renda e aumento do desemprego. A complexidade deste tema está no fato de que seu enfrentamento depende de uma visão interdisciplinar e de ações que levem em consideração a necessidade de desenvolvimento humano equilibrando as necessidades socioeconômicas da população com as limitações do meio ambiente. Existem algumas organizações internacionais adotando diferentes estratégias para combater a fome e a desnutrição, neste estudo adotamos os pressupostos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que é uma agência cuja atuação visa erradicar a fome e combater a pobreza. A FAO trabalha com o conceito de Segurança Alimentar que significa o “acesso de todas as pessoas, em todos os momentos, aos alimentos necessários para uma vida ativa e saudável”.

No mundo todo são produzidos grãos, sementes e cereais em quantidade suficiente para alimentar a humanidade, no entanto, boa parte desta produção é destinada para o mercado de ração de animais (bovinos para produção leiteira e carne) e biocombustíveis, portanto o problema não é insuficiência na produção, a questão está na opção feita pelas sociedades, aceitando

que a produção de alimentos opere na mesma lógica do sistema capitalista, onde o alimento é mercadoria, portanto, a meta primordial é o lucro. Sendo assim, a produção dos latifúndios pode ser destinada para outros fins que não a alimentação humana. De acordo com dados do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) “a agricultura familiar é responsável por 70% do que se consome no país. A indústria do agronegócio, que recebe boa parte do incentivo do governo, está voltada para a exportação”.

Esses alimentos são provenientes das terras de pequenos produtores rurais, incluindo os assentados da reforma agrária, além dos povos e comunidades tradicionais. A produção de alimentos em pequenos terrenos dentro ou nas áreas limítrofes das cidades, em especial, das grandes metrópoles tendem a contribuir para o aumento da disponibilidade de alimentos naturais ou minimamente processados para consumo da população urbana. Sendo assim, a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) disponibiliza alimentos saudáveis, em locais próximos do consumidor final, promovendo uma dieta nutritiva, atuando como promotora da Segurança Alimentar nas cidades.

OBJETIVOS

O principal objetivo desta pesquisa é verificar a hipótese de que a promoção da AUP se configura como ação preponderante para efetivar a Segurança Alimentar nas cidades. Para responder este questionamento estamos investigando qual o objetivo destas iniciativas segundo a visão dos agricultores urbanos que estão atuando nos projetos em andamento nas cidades do Grande ABC Paulista, buscando avançar na compreensão do cotidiano das ações, verificando quais soluções estão sendo promovidas e quais as forças, fraquezas, oportunidades e as ameaças identificadas pelos trabalhadores, em especial, dentro destas três dimensões:

Social: combate à fome e desnutrição, promoção de alimentação diversificada e saudável em quantidade e qualidade suficiente, promoção de hábitos alimentares com valorização de itens nativos da região, melhoria no convívio e segurança da comunidade;

Econômica: geração de trabalho e renda, combate à pobreza e redução de desigualdade;

Ambiental: melhoria de questões ambientais, promoção de cidades mais resilientes, diminuição da poluição, reaproveitamento de resíduos, promoção de desenvolvimento sustentável nas comunidades urbanas.

Consideramos como projetos de AUP os pequenos empreendimentos em terrenos públicos ou privados, próprios, cedidos ou ocupados, quintais, terraços, pátios, hortas e jardins, realizados em espaços considerados urbanos nas áreas centrais das cidades ou em suas periferias, de forma individual, familiar ou comunitária. A opção pelas iniciativas de organizações voluntárias da comunidade dos 7 municípios do Grande ABC Paulista ocorreu pelo entendimento de que a sociedade civil pode desempenhar um papel importante como executora de ações, geradora de indicadores e proponente de políticas públicas, além de exercer seu papel como controle social, cobrando o Poder Público sobre as questões que a afetam exigindo mudanças.

Por outro lado, há parte dos planejadores municipais, bem como os moradores das cidades que enxergam riscos na implantação de AUP, tais como: podem atrair insetos e roedores; colheitas podem estar contaminadas com parasitas, bactérias ou vírus; colheitas podem estar

contaminadas com produtos químicos ou metais pesados pela proximidade de reas industriais ou pelo uso anterior do terreno; agrotóxicos e fertilizantes químicos podem contaminar água, solo e ar urbanos; odor gerado pode ser desagradável em caso de manejo incorreto, etc. Não se pode negar que os riscos são reais e a AUP mal conduzida pode gerar danos aos trabalhadores e consumidores, além de incômodos à vizinhança do terreno, mas a agricultura rural também pode acarretar riscos para a saúde humana se for praticada de forma desregulamentada.

Para minimizar ou, até mesmo, eliminar os riscos, é necessário que o poder público municipal esteja envolvido no planejamento e no acompanhamento dos projetos de AUP e que os poderes públicos estaduais e federais normatizem as atividades. As políticas públicas devem reconhecer sua existência e regular suas diretrizes, apoiando o manejo apropriado e potencializando seus benefícios, sendo que a proposta que defendemos para evitar que a AUP tenha impactos negativos vai além do método de plantio e colheita, se trata da agroecologia, que pode ser entendida como o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva, com propostas de desenvolvimento participativo, desde as formas de produção até a circulação alternativa de seus produtos, estabelecendo relações entre produção e consumo capazes de encarar a crise ecológica e social.

A agroecologia deve ser compreendida em uma dimensão integral onde as variáveis sociais ocupam um papel muito relevante. Entendemos que a valorização da AUP agroecológica e o estímulo para que os plantios convencionais iniciem o processo de transição para a agroecologia é uma boa prática que traria benefícios para a região pesquisada.

METODOLOGIA

Optou-se pela realização de visitas a pequenos empreendimentos, como quintais, terraços, pátios, hortas urbanas, realizadas em espaços privados, comunitários ou espaços públicos cedidos, dispersos nas sete cidades do Grande ABC, buscando compreender os problemas que levaram ao início das atividades e as soluções que foram encontradas, investigando quais ameaças, oportunidades e dilemas enfrentados. Será adotada a técnica da observação direta participante para se inserir no ambiente e vivenciar o dia a dia dos envolvidos, além disso, pretende-se aplicar a técnica de entrevista semiestruturada para tabelar algumas informações básicas como idade, sexo, escolaridade e profissão, mas também, registrar as percepções e falas dos entrevistados.

REFERÊNCIAS

BELIK, Walter. Muito além da porteira: mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 2001.

CASTRO, Josué de. Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. 3 ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954.

ESTEVE, Esther Vivas. O negócio da comida: quem controla nossa alimentação? 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FURTADO, C. Introdução ao desenvolvimento: Enfoque Histórico Estrutural – Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, José & Tavares, Lucas (2008). Segurança alimentar e a alta dos preços dos alimentos: oportunidades e desafios. In: Segurança Alimentar e Nutricional, 15(1), 62–75. Unicamp, 2008.

IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]. Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação / IBGE, Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

MALUF, Renato. A agricultura e a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional: entraves e desafios. In MIETILZ NETTO, Carlos Guilherme A. (org.) Desenvolvimento agrícola e questão agrária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. Pp. 135-154

MOUGEOT, Luc J.A. Agricultura Urbana - conceito e definição. International Development Research Centre (IDRC), Cities Feeding People Programme, Ottawa, Canadá Revista de Agricultura Urbana nº 01 - Julho de 2000 Edição inaugural. RUAF Foundation – Resource Centres on Urban Agriculture & Food Security.

NESTLE, Marion. Uma verdade indigesta: como a indústria alimentícia manipula a ciência do que comemos. Tradução Heloisa Menzen. São Paulo: Elefante, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). Criar cidades mais verdes: Programa de Horticultura e Periurbana da FAO (2012). Disponível no site www.fao.org. Consultado em 05/08/2017 às 17h00.

_____. O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional. Relatório 2014. Disponível no site https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf. Consultado em 05/08/2017 às 17h00.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE-FAO). Perspectivas agrícolas 2020-2029. In: Capítulo 2. Agricultura brasileira: Perspectivas e Desafios - Revista FAO. Relatório completo em inglês no site: https://www.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/oecd-faoagricultural-outlook-2020-2029_1112c23b-en.

POLLAN, Michael. O dilema do onívoro: uma história natural de quatro refeições. Tradução: Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

ROSSET, Peter; ALTIERI, Miguel. Agroecología: ciencia y política. Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología SOCLA. Fundación Tierra, 2018.

SACHS, Ignacy. A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.

_____. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, RJ : Garamond, 2009.

SAMPAIO, Maria de Fátima Archanjo. Agricultura e segurança alimentar: uma análise sobre a produção e a disponibilidade de alimentos na América Latina. Autora: Maria de Fátima Archanjo Sampaio. - Orientador: João Luiz Cardoso. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

Campinas, SP: [s.n.], 2005.

SANTOS, B. S. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SCHINCARIOL, Vitor Eduardo. Acumulação de capital e economia ecológica. São Paulo: LCTE Editora, 2013.

SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo, SP : Gaia, 2003.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Revista Estudos Avançados, n.18, v.51, 03 jul. 2004.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de (org.); SCHINCARIOL, Vitor Eduardo (colaborador). Economia e Sustentabilidade. São Paulo: LCTE Editora, 2008. Série Economia de Bolso.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. São Paulo: Garamond, 2005

A RETÓRICA NO CONTEXTO ESCOLAR: O ENSINO DA LEITURA PARA OS NATIVOS DIGITAIS

CLAUDIA RODRIGUES DA SILVA NASCIMENTO
CLÁUDIA ABUCHAIM
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

[...] as revoluções não concernem a pequenas questões,
mas nascem de pequenas questões e põem em jogo grandes questões.

Aristóteles

Formar leitores é um dos objetivos prioritários da educação básica. A leitura sempre foi uma habilidade imprescindível, capaz de fundamentar qualquer disciplina e auxiliar no desenvolvimento das capacidades, das competências e das estratégias que compõem o dia a dia dos alunos. Assim, a leitura hoje vai além das páginas do livro, perpassa a cartazes, jornais, folhetos, gibis, filmes, videogames, ipads, obras de arte.

Com o incremento das inovações no campo da tecnologia e sua inevitável introdução no ambiente escolar, se faz necessária uma profunda reflexão a respeito do ensino da leitura. Nossa pesquisa objetiva investigar a relação dos atuais nativos digitais com a leitura e de como fazer da retórica uma ferramenta para persuadir esse tipo de aluno quanto à sua importância.

Destacam-se no discurso retórico três elementos: ethos, pathos e logos. Ethos e pathos correspondem, inicialmente, à relação entre intenção do orador ao elaborar o discurso e a aceitação do exposto por seu público-alvo, enquanto logos diz respeito ao contexto em que o ethos está inserido: o próprio discurso, o lugar da argumentação.

As artimanhas retóricas de sedução do professor (ethos) deve levar em conta as habilidades dos alunos (pathos), pois estes dominam as tecnologias, captam muitas informações, conseguem manusear várias mídias simultaneamente. Ao conhecer o auditório e identificar suas idiossincrasias o orador conseguirá persuadi-lo.

Nosso arcabouço teórico quanto ao conceito de nativos digitais e ao uso das tecnologias elegeu os estudos de PRENSKY (2001) e SILVA (2013); no âmbito da retórica FERREIRA (2010), EGGS (2015), TRINGALI (2004), MELATI (2017), PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA (1999).

QUEM SÃO OS NATIVOS DIGITAIS?

O termo nativo digital foi cunhado pelo norte americano Marc Prensky para classificar os estudantes nascidos depois de 1980. Prensky apresenta o seguinte questionamento: Como devemos chamar esses 'novos' alunos de hoje? (...) a designação mais útil que encontrei para eles é nativos digitais. Nossos estudantes de hoje são todos 'falantes nativos' da linguagem digital de computadores, videogames e internet (PRENSKY, 2001, p. 1, tradução nossa).

Segundo Prensky (2001), os jovens estão naturalmente habituados a buscar informações e distrações por meio do computador e entendem a tecnologia digital como uma linguagem normal. Diferentemente dos Imigrantes Digitais, que aprendem tarde na vida a mandar e-mails e fazer uso das redes sociais como o antigo Orkut e Facebook (SILVA, 2013).

A RETÓRICA NO CONTEXTO ESCOLAR

O ethos está sempre presente como realidade problemática de todo ato retórico, não é dito explicitamente, mas mostrado. O lugar que engendra o ethos é, portanto, o ato retórico, o logos do orador, e esse lugar se mostra apenas mediante as escolhas feitas por ele. É preciso que a credibilidade do orador “seja o efeito do seu discurso” (EGGS, 2005, p.30).

No ato retórico, envolvem-se o orador – aquele que cria o discurso – e o auditório – o público que aprecia, julga, acata ou não o ato retórico. O discurso, por sua vez, “tem como finalidade persuadir um auditório a aceitar a opinião preferível, a propósito de uma questão” (TRINGALI, 2014, p. 125). Nesse sentido, todo o discurso retórico busca conduzir o auditório na direção do ponto de vista do orador sobre determinada questão (MELATI, 2017, p.11).

A LEITURA E A RETÓRICA

A escola, como instituição, tem a responsabilidade de formar leitores, mas como fazer isso é a discussão que tem intrigado alguns pesquisadores, pois como vivemos na era digital, temos um novo perfil de aluno, os chamados Nativos Digitais. Esses Nativos Digitais nascem com habilidades diferentes em relação às tecnologias.

Nas palavras de Manguel: “Ler, então, não é um processo automático de capturar um texto como um papel fotossensível captura a luz, mas um processo de reconstrução desconcertante, labiríntico, comum e, contudo, pessoal” (MANGUEL, 1997, p. 54).

Os computadores fazem parte da vida em especial dos jovens, pois aparentemente os torna independentes e desbravadores de campos desconhecidos. Os recursos da tecnologia os capacitam a navegar, a pesquisar inicialmente dentro de um tema proposto, mas simultaneamente, ampliam-se as possibilidades de afazeres e assim, respondem e-mail, jogam, escutam músicas e transitam pelos hiperlinks apresentados, enfim, tornam-se livres no mundo virtual. Os nativos digitais são uma geração híbrida, que aprende tanto presencialmente quanto à distância – online. Essa nova geração de alunos considerados híbridos se encaixa em um novo conceito de leitor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, independentemente do tipo, o auditório é um elemento essencial na atividade retórica. Cabe ao auditório o protagonismo dessa interação orador-auditório, pois, conforme explicam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999), o orador tem que se adaptar, continuamente, ao auditório, que determinará a qualidade da argumentação e o comportamento do orador.

Os projetos de leitura necessitam de trabalho em conjunto, que envolvam diretores, professores, supervisores, com o objetivo de concretizar uma postura dialógica, propiciando liberdade aos educadores para desenvolverem técnicas e métodos que propiciem aos “nativos digitais” a formação de leitores competentes.

Em síntese, é fundamental que a escola seja um núcleo coeso que promova a liberdade responsável, positiva e saudável para essa nova geração de leitores do século XXI.

REFERÊNCIAS

EGGS, Ekkehard. 2005. Ethos Aristotélico, Convicção e Pragmática Moderna. In: Amossy, Ruth (Org.) *Imagens de si no Discurso: a Construção do Ethos*. São Paulo: Contexto, p. 29-56.

FERREIRA, Luiz Antonio. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

MELATI, Nathalia Martins. *Avaliação e retórica: uma análise da proposta de redação do Enem*. Dissertação. Orientador Luiz Antonio Ferreira. 2017. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PRENSKY, Marc. Digital natives, digital immigrants. *On the Horizon*. V.9, n.5, p. 1-6, 2001. Disponível em <http://www.marcprensky.com/writing/Prensky>. Acesso em 01/11/2016.

SILVA, Lilian. Quem são os Nativos Digitais. Blog Educação a distancia.com. 28 jan. 2013. Disponível em: <http://www.educacao a distancia.com/quem sao os nativos digitais/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

TRINGALI, D. *A Retórica antiga e outras retóricas. A Retórica como crítica literária*. São Paulo: Musa, 2014.

CONSEQUÊNCIAS DA EXPANSÃO URBANA DESORDENADA NA MICROBACIA DO CÓRREGO MIRASSOL, SÃO PAULO/SP, BRASIL.

ANDRÉ CONTRI DIONIZIO
MARTA ANGELA MARCONDES
PAULA SIMONE DA COSTA LARIZZATTI
FERNANDA AMATE LOPES
ANGELA MARIA MANFREDA VILLALOBOS
LETÍCIA PICCOLO GALINA
RAIENE CASTIONI DE SOUZA
Universidade Municipal de São Caetano do Sul

RESUMO

Nos últimos anos, São Paulo vem passando por um momento de grande dinamismo nos processos de ocupação do espaço urbano e, conseqüentemente, vários problemas e impactos decorrentes desse processo de expansão urbana (IPVS, 2010). O Córrego Mirassol (Distrito Sacomã) sofre constante transformação de suas áreas naturais devido sua utilização para os processos de expansão e urbanização de suas margens e entornos, ocorrendo implicações sociais e ambientais, gerando situações de risco e vulnerabilidade aos residentes (IPT, 2010). Faz-se necessário conceituar e caracterizar os conflitos de interesses existentes na microbacia, onde há previsão de aumento da especulação imobiliária e adensamento populacional (SEADE, 2014). Através de levantamentos bibliográficos de literatura especializada, referente às temáticas sobre cidades e pesquisas documentais, propõe-se o uso de políticas públicas sociais, com maior efetividade em ações de monitoramento, fiscalização e punição às atividades e processos que possam comprometer a qualidade socioambiental da microbacia.

Palavras-chave: expansão; microbacia; vulnerabilidade.

INTRODUÇÃO

A partir do início do século XX, verificou-se por parte da gestão pública a desvalorização dos rios e córregos da cidade. Para minimizar os efeitos de seus regimes, como as enchentes naturais nas temporadas de chuvas, as obras de infraestrutura acabaram encobrindo, retificando e canalizando-os, para que se tornassem invisíveis aos olhos dos cidadãos que, por sua vez, se distanciavam cada vez mais dos aspectos benéficos: a interação com a água, paisagem e a natureza. (OLIVEIRA, 2014).

A cidade de São Paulo expandiu-se além dos limites naturais do território, estendendo as taxas de impermeabilização sobre as áreas permeáveis da cidade, drenando as áreas alagadas dos fundos de vales dos rios e córregos retificados, áreas frágeis que deveriam ser mantidas para equilibrar a reposição do lençol freático (MARICATO, 2000).

Atualmente, existem iniciativas no mundo que buscam restaurar rios e córregos urbanos, colocando-os como um elemento central em projetos de revitalização do ambiente urbano. No entanto, o Brasil ainda está se movendo lentamente em direção ao verdadeiro objetivo de possuir cidades mais saudáveis, onde haja a proteção integral de seus córregos urbanos, como é o caso

do Córrego Mirassol. (JACOBI & SANCHEZ, 2012).

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Atualmente, o Córrego Mirassol se estende por, aproximadamente, 1.932 metros. Localiza-se nas coordenadas Latitude 23°38'09.5 "S / Longitude 46°36'38.1" W, em uma área de microbacia de 1,5 km² (SIURB, 2011). Sua fisionomia sem padrão definido, alterna-se entre galerias subterrâneas e canais abertos, com margens e fundo artificiais. Faz a divisão dos distritos do Cursino, a oeste, e a leste do Sacomã. Ambos, estão inseridos na subprefeitura do Ipiranga. Em 30 de agosto de 2018, na área da microbacia existiam 14.315 residências (SABESP, 2018).

ÁREA DE VULNERABILIDADE E RISCO GEOLÓGICO

A situação dos moradores da área de estudo é extremamente vulnerável, sendo expostos diariamente a doenças e contaminação, devido ao lançamento de efluentes diretamente nas águas do Mirassol. Como visto na Figura 1, as residências foram instaladas no leito do córrego, uma das áreas onde há registro de solapamento (IPT, 2010).

Na Figura 1 observa-se um trecho do Córrego Mirassol e verifica-se áreas de risco geológico em distintos graus, que variam de R1 como menor a R4 como de maior grau de risco (BRASIL, 2007). Destaca-se a existência dos graus R3 e R4 na área, representados na foto e mapa.



Figura 1. Mapa de áreas de risco na microbacia do Córrego Mirassol.

Desde a elaboração do relatório em questão (ano de 2010), poucas ações foram eficazes na área para evitar a exposição dos residentes ao ambiente de vulnerabilidade e risco. Pelo contrário, o número de casas nas margens do córrego aumentou e a administração pública pouco fez especificamente sobre o tema. Ressalta-se que, segundo estudos, até o ano 2030 há projeções de adensamento populacional na área da microbacia (SEADE, 2014), o que pode gerar aumento de residências nas áreas de risco destacadas, caso não sejam adotadas medidas alternativas ao problema.

Conflitos legais e a falta de fiscalização efetiva contribuem para a degradação ambiental. Casas precárias e clandestinas ao longo do Córrego Mirassol estão dispostas em áreas ambientalmente vulneráveis e legalmente protegidas. Estão localizadas em áreas de proteção ambiental, as chamadas Áreas de Proteção Permanente (APP), definidas pelo art. 3º do Código Florestal (Lei nº 12.651 / 2012).

A proteção acarreta restrições de construção e faixas de proteção fixas, estabelecidas nos artigos 7º a 9º do Código Florestal e Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA Nº 303/2002 que, de acordo com o Código Florestal, também define e delimita essas faixas de proteção; no caso do Mirassol, deve haver 30 metros de proteção nas margens.

Restrições são necessárias, considerando que a intervenção inadequada nas APPs leva a problemas ao longo do tempo, como: remoção da vegetação nativa; impermeabilização do solo; aumento do fluxo das águas do córrego em dias de chuva intensa, entre outras.

O que já é visto no Córrego Mirassol é: a ocupação de áreas de inundação natural do rio, que causa intensa degradação ambiental e riscos para as pessoas com inundações frequentes; confinamento de fluxo; contaminação com lançamentos de esgotos *in natura*; o acúmulo de resíduos nas margens, entre outros.

Os assentamentos irregulares e clandestinos ao redor do Córrego Mirassol estão localizados em APPs, que discordam de toda a legislação municipal relativa ao uso e parcelamento de solo. Nessa situação, o município deve, em princípio, adotar as ações de regularização fundiária, que podem ou não envolver a remoção do assentamento irregular. No entanto, o que se verifica são conflitos de leis, resultando na omissão do Poder Público que não avança com ações efetivas na área.

Se houver a intenção de regularização das habitações pelo Poder Público, o procedimento correto seria, inicialmente, realizar estudos sobre possíveis impactos ambientais para a retirada ou manutenção do atual assentamento irregular, na área ambientalmente vulnerável (COELHO JUNIOR, 2010).

O grande desafio que resta é definir a maneira pela qual o Poder Público deve administrar a situação atual dos assentamentos irregulares, principalmente no que diz respeito ao déficit habitacional existente. A discussão é complexa e frequentemente contempla um conflito de interesses e direitos / princípios constitucionais. Por um lado, por exemplo, a proteção necessária para o meio ambiente ecologicamente equilibrado (artigo 225 da Constituição Federal) e, por outro, o direito à moradia digna (artigo 6º da CFB). Sem mencionar direitos reflexos como o direito à saúde, a dignidade da pessoa humana, o direito à vida, à propriedade e à função socioambiental da propriedade (ANTUNES, 2015).

CONCLUSÕES

Entende-se que não é viável considerar os problemas que envolvem uma cidade

isoladamente, bem como os problemas que envolvem a saúde da população, uma vez que existe uma relação entre todos os campos, exigindo da sociedade a interligação de problemas complexos e buscar resolvê-los, visando tornar a cidade mais saudável.

Nesse contexto, os cidadãos envolvidos devem se unir a objetivos comuns, como a equidade social e a busca de soluções para a insustentabilidade gerada no ambiente urbano. Um conjunto de leis não será suficiente para enfrentar os problemas com tantos interesses diferentes e todos com grande relevância.

Na realidade brasileira, ainda falta uma técnica normativa que permita articular as diferentes questões, com uma visão abrangente e transversal da dimensão ambiental existente. Que haja objetivos de Estado e não de governos transitórios, sendo claros e independentes de interesses políticos ou crises financeiras, isto é, que permaneçam inalterados ao longo do tempo, sejam encarados como prioridade.

Sugere-se fazer uma nova e rigorosa análise ambiental na área da Microbacia do Córrego Mirassol, uma vez que processos erosivos no solo são verificados desde 2010, o que pode levar a deslizamentos e tragédias; caso contrário, a gestão pública do município tem o dever e a responsabilidade de remover a população da área de risco.

REFERÊNCIAS

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em: 13 Mar 19.

_____. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. – Código Florestal - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651> Acesso em: 13 Mar 19.

_____. Relatório Técnico Nr 119.614-205 Instituto de Pesquisas Tecnológicas [IPT] São Paulo, 2010.

_____. Resolução nº 303, de 20 de março de 2002 (CONAMA) - Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30302>> Acesso em: 13 Mar 19.

ANTUNES, P. B. Áreas de Preservação Permanente Urbanas: O Novo Código Florestal e o Judiciário. Revista de Informação Legislativa, 52(206), p. 83 – 102, 2015.

BRASIL - Ministério das Cidades/Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT. Mapeamento de Riscos em Encostas e Margem de Rios. Carvalho, C.S.; Macedo, E.S.; Ogura, A.T. (org). Brasília: Ministério das Cidades; Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, 2007.

COELHO JUNIOR, L. Intervenções nas áreas de preservação permanente em zona urbana:

uma discussão crítica acerca das possibilidades de regularização. Revista Eletrônica do Ministério Público. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010.

IPVS (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social) 2010. Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx> Acesso em: 13 Mar 19.

JACOBI P. R; SÁNCHEZ S. S - Políticas de recuperação de rios urbanos na cidade de São Paulo: possibilidades e desafios R. B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS v.14, N.2 Novembro (2012).

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. São Paulo em Perspectiva, 14(4), pp.21-33, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9749.pdf>> Acesso em: 13 Mar 19.

OLIVEIRA, A. B. K. de O rio Tietê: o processo histórico e sua importância para São Paulo. I Simpósio Mineiro de Geografia: das diversidades à articulação geográfica. Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais, 2014.

SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) - Mapa de Esgotamento Sanitário da Microbacia do Córrego Mirassol, São Paulo, 2018. Acesso em: 30 Ago 18 via consulta a Lei de Acesso à Informação.

SEADE (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS) - SP Demográfico. Resenha de Estatísticas Vitais do Estado de São Paulo. Ano 14, 1, 17p, 2014.

SIURB (Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras de São Paulo) - Projeto Executivo de Canalização do Córrego Mirassol – Compec Galasso– Superintendência de Projetos Viários – PROJ 4. São Paulo, 2011.

CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS DE BAIXO CUSTO COMO ESTRATÉGIA ECOSSOCIOECONÔMICA

MARCIO DE CASSIO JULIANO
Centro Universitário Fundação Santo André

OBJETIVO

A partir de uma atividade de extensão universitária, proporcionada pela participação de uma Instituição de Ensino Superior no “Projeto Rondon”, surgiu a oportunidade de executar um projeto que envolveu a construção de uma cisterna de baixo custo e, ao mesmo tempo, capacitar mão de obra local para multiplicar a metodologia de construção. Este trabalho objetiva descrever a construção dessa cisterna econômica, na cidade de Anajatuba no Estado do Maranhão, embasado em uma perspectiva ecossocioeconômica. A construção da cisterna de ferro cimento se apresentou como uma alternativa viável e exequível, levando em consideração a conjuntura socioeconômica da cidade. Este trabalho descreverá a metodologia utilizada, envolvendo método e procedimentos empregados para a sua construção, quantificação e precificação dos materiais utilizados, e ainda fornecerá orientações para o seu dimensionamento e os cuidados periódicos para a sua manutenção. Constatou-se que a construção da cisterna de ferro cimento, como exposto nesse trabalho, além de contribuir para amenizar o problema da falta de água de um posto de saúde, capacitou a mão de obra local visando a replicação da metodologia e multiplicando o conhecimento sobre a tecnologia.

Também se constatou que o processo de construção é simples, rápido e de baixo custo (aproximadamente R\$2.300,00), utilizando materiais regionais facilmente encontrados na cidade.

Palavras-chave: captação da água da chuva; armazenamento da água da chuva; cisternas de baixo custo; sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Luiz H. M. Projeto Rondon: planejamento, opiniões e motivações. Editado pelo próprio autor. Salvador – BA. 2008.

BIGIO, Elias dos S. Candido Rondon: A integração nacional. Petrobras. Rio de Janeiro – RJ – 2000.

COSTANZA, Robert. Ecological Economics: the Science and Management of Sustainability. New York: Columbia University Press, 1991.

GNADLINGER, João. Apresentação Técnica de Diferentes Tipos de Cisternas, Construídas em Comunidades Rurais do Semi Árido Brasileiro. Palestra IRPAA. Juazeiro – BA. 2001.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa USP nº 118. São Paulo – SP – 2003.

NUCASE. Núcleo Sudeste de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental. Transversal: saneamento básico integrado às comunidades rurais e populações tradicionais. Guia do profissional em treinamento nível 2. Brasília – DF. 2009.

Ministério da Ciência e Tecnologia. Centro de previsão de tempo e estudos climáticos (CPTEC). Disponível em <http://www.cptec.inp.br> Acessado em 15 de julho de 2010.

Rede Nacional de Consumo Responsável. http://www.consumoresponsavel.com/wpcontent/rncr_fichas/RNCR_Ficha_C.pdf. Acessado em 25 de setembro de 2010.

SAMPAIO, Carlos A. C. Gestão que privilegia uma outra economia: Ecosocioeconomia das Organizações. Editora EDIFURB. Blumenau – SC – 2010.

SCHISTEK, Harald. Uma Nova Tecnologia de Construção de Cisternas Usando como Estrutura Básica Tela Galvanizada De Alambrado. 5º Simpósio Brasileiro de captação e manejo de água de chuva. Petrolina –PE. 2005.

The Story of Stuff. <http://www.youtube.com/watch?v=gLBE5QAYXp8>. Acessado em 01 de outubro de 2010.

THOMAS, Terry. Escolha de Cisternas para Captação de Água de Chuva no Sertão. 3º Simpósio Brasileiro de captação de água de chuva. Petrolina –PE. 2001.

WORLD BANK. World Development Report 1992: Development and Environment. Washington: Oxford University Press, 1992.

DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE ACESSIBILIDADE EM PONTO DE ÔNIBUS PARA CADEIRANTES E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL POR MEIO DA LEITURA BRAILLE

ELISEU WILLIAM DE SOUZA

DANILO MARIN FERMINO

JOSÉ PAULO PEREIRA

ELISON ELIAS DE MELO

Faculdade de Tecnologia da Zona Leste

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como proposta o desenvolvimento de um dispositivo voltado para melhorar a acessibilidade de um deficiente visual – DV ao embarque em ônibus. O dispositivo em questão é simples e pode ajudar não apenas os deficientes visuais, mas também aos cadeirantes. Apesar dos investimentos realizados, com vistas à ampliação da acessibilidade, nota-se que os DVs ainda dependem de outras pessoas no que diz respeito ao acesso aos ônibus. A deficiência visual é uma realidade que atinge parte da população brasileira, todavia, na maioria das vezes, não são postos em prática os direitos e garantias previstas na legislação competente, seja em âmbito nacional ou internacional.

Conforme o (IBGE 2010), estima-se que 3,5% (6,5 milhões de pessoas) da população brasileira possua deficiência visual. Sendo que 28.624 pessoas são incapazes de enxergar (cegos); 6.056.654 pessoas possuem baixa visão ou visão subnormal (grande e permanente dificuldade de enxergar). (FUNDAÇÃO, 2019).

Segundo RIBAS (1994), deficiência é a falta de funcionamento ou anormal. Dividem-se em três tipos: deficiência física, deficiência mental e deficiência sensorial, a qual é subdividida em auditiva e visual. Elas podem ser congênitas ou adquiridas, o que pode dificultar o direito igual assim como é dito na Constituição Federal Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Algumas doenças podem levar à deficiência, porém deficiência não é considerada doença, deficiência é um estado físico ou mental de limitação de certa parte do corpo. Em países do terceiro mundo, há mais casos de deficiência devido à falta de estrutura e falta de uma alimentação saudável. Um exemplo é a falta de vitamina A, que pode facilitar a ocorrência de deficiência visual. (RIBAS, 1994).

Segundo Milanezi (2017), 10% da população mundial tem algum tipo de deficiência. Nos países subdesenvolvidos esse número é maior devido à carência de vitaminas (desnutrição) e condições precárias de vida (falta de saneamento, acesso à saúde, e informações).

OBJETIVOS

O objetivo principal é aumentar o grau de independência dos cadeirantes, portadores de deficiências visuais ou baixa visão quando do acesso aos ônibus, principalmente nos locais de maior disponibilidade de linhas.

METODOLOGIA

A metodologia adotada foi a construção de um dispositivo que permite que o cadeirante ou o DV, quando num ponto de ônibus, comunique ao motorista o itinerário de sua escolha por meio do acionamento de uma botoeira. O dispositivo é constituído de um painel feito de poliéster insaturado com fibra de vidro onde foi acondicionado o circuito elétrico que controla o processo de acionamento das lâmpadas com os respectivos itinerários que podem ser sinalizadas por meio de botoeiras localizadas na parte externa do painel. Há, próximo ao painel do dispositivo, uma placa polimérica em PVC reciclável onde estão escritos os itinerários. A escrita dos itinerários para os DVs será em Braille e para os cadeirantes em letras comuns. Essa lâmpada com número do itinerário ficará visível para o motorista que, ao vê-la acesa, saberá que deve parar naquele ponto para o embarque de algum cadeirante ou DV. O acesso a esse painel de acionamento deverá ser facilitado tanto por piso tátil para os DVs quanto por facilidade de acesso por parte dos cadeirantes. Além da construção do protótipo, foram realizadas entrevistas com DVs permitindo conhecer a quantidade de leitores em Braille, grau de independência e um e obter dos mesmos um parecer sobre o protótipo com o sistema de acessibilidade. Os resultados mostraram que a maioria dos DVs apresentam alto grau de independência, leem Braille e consideram que o dispositivo poderá facilitar o acesso ao embarque nos ônibus. O laminado de PVC reciclável também se mostrou como uma boa opção para escrita dos itinerários em Braille, fato confirmado pela leitura dos DVs durante as entrevistas. Por meio desse trabalho, foi possível conhecer um pouco mais sobre acessibilidade, inclusão social, sobre leis que garantem direitos iguais, independentes de classe social, gênero ou tipos de deficiências.

Palavras-chave: acessibilidade; deficiente visual; leitura braille.

REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL. Estatísticas da deficiência visual. Disponível em: </https://www.fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/estatisticas-da-deficiencia-visual/>. Acesso em: 20/02/2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com deficiência. Disponível em </https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf/>. Acesso em 20/02/2019.

MILANEZI, Larissa. Acessibilidade e deficiência: Qual a relação com as políticas públicas. 2017. Disponível em: </https://www.politize.com.br/acessibilidade-e-o-direito-das-pessoas-com-deficiencia/> Acesso em: 19/05/2019.

RIBAS João Batista Cintra. O que são pessoas deficientes, 6.ed. São Paulo: editora brasiliense, 1994.

DESENVOLVIMENTO HUMANO E DIREITOS HUMANOS: FORTALECIMENTO DA CIDADANIA TRANSEXUAL

KIMBERLY FELICIDADE DA SILVA
THIAGO SARTORI
Universidade Anhanguera

INTRODUÇÃO

De acordo com a legislação brasileira vigente, toda pessoa humana possui direito de cidadania, dignidade e a não discriminação. A população transexual, ao longo do tempo, conquistou muitos direitos, mas está longe de atingir a realidade que dita as leis.

OBJETIVOS

Promover e fortalecer a cidadania transexual, garantir seus direitos humanos, problematizar e demonstrar os desafios corriqueiros dos homens e mulheres transexuais.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se do levantamento bibliográfico acerca do assunto em livros, artigos científicos, periódicos, a legislação e jurisprudência brasileiras, como também decretos, portarias e diretrizes no que diz respeito à temática da pesquisa.

RESULTADOS

Houve novas conquistas para a população transexual como o direito de usar o nome social e realizar a cirurgia de transgenitalização, porém, ainda há casos de constrangimento, discriminação e preconceito no dia a dia dessas pessoas.

CONCLUSÃO

Existem diversos projetos de leis acerca dos direitos dos transexuais que permanecem em discussão. Ainda há um grande caminho a percorrer, mas a sociedade LGBT segue lutando por seus direitos e para facilitar essa caminhada. Faz-se necessária a inclusão dessa população no trabalho, na sociedade e na política.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cecília Barreto de; VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? Rev. direito GV, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 303-333, agosto de 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322018000200303&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 jan. 2020.

BUNCHAFT, Maria Eugenia. A jurisprudência brasileira da transexualidade: uma reflexão à luz de Dworkin. Sequência (Florianópolis), Florianópolis, n. 67, p. 277-308, dezembro 2013. Disponível

em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552013000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso

LONGARAY, DEISE AZEVEDO; RIBEIRO, PAULA REGINA COSTA. Espaços educativos e produção das subjetividades gays, travestis e transexuais. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 62, p. 723-747, setembro. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782015000300723&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 jan. 2020.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual e política eleitoral: Analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. *Sex., Salud Soc. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 58-96, agosto. 2016.. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872016000200058&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 jan.

SANTOS, Thais Felipe Silva dos; MARTINELLI, Maria Lúcia. Associabilidade das pessoas travestis e transexuais na perícia social. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 134, p. 142-160, abril. 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000100142&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 jan. 2020.

ONU – Plataforma Agenda 2030. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods10/>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

DESENVOLVIMENTO HUMANO E DIREITOS HUMANOS: PRESERVAÇÃO DOS VÍNCULOS FAMILIARES DA PESSOA IDOSA NOS PROGRAMAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA

LAÍS GABRIÉLLY OLIVEIRA DINIZ
THIAGO SARTORI
Universidade Anhanguera

RESUMO

O princípio-base dos Direitos Humanos é a dignidade humana, fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. Objetiva-se a compreender a dignidade da pessoa idosa através dos direitos e garantias fundamentais, garantindo uma sadia qualidade de vida, saúde, da moradia, do direito à crença e à liberdade, através das Instituições de Longa Permanência para Idoso (ILPI), que têm por finalidade proporcionar à pessoa idosa os cuidados necessários, assegurando os vínculos familiares.

Palavras-chave: abandono; direitos humanos; pessoa idosa.

INTRODUÇÃO

As Instituições de Longa Permanência para Idoso (ILPI) são instituições governamentais ou não-governamentais de caráter residencial destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania.

A preservação dos vínculos familiares do idoso é um dos princípios que regem o programa de ILPI presente no art. 49º, inciso I, do Estatuto do Idoso. As entidades que desenvolvem este programa devem buscar métodos que aproximem os idosos e os seus familiares, entretanto, esse vínculo ainda que preservado pelo programa, muitas vezes é deixado de lado pela família do idoso. Em alguns casos, o idoso recebe auxílio monetário de sua família, mas sofre pelo abandono afetivo.

O Estatuto do Idoso e a Constituição Federal estabelecem o dever dos pais em assistir os seus filhos e os filhos maiores dever de assistirem os pais na velhice, é o que chamamos de “dever mútuo de assistência” (Abrão, Constituição Federal Interpretada, 2019, pg. 1171).

O Estatuto do Idoso dispõe que a instituição de longa permanência prestará serviços de habitação quando verificada a existência de grupo familiar [...] abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família. A entidade que desenvolve o programa de institucionalização de longa permanência adotará o princípio de preservação dos vínculos familiares.

No ano de 2015, foi realizada uma pesquisa na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) para o Saúde em Debate do Rio de Janeiro por meio de um recorte: ‘quem cuidará de nós em 2030?’. Nessa pesquisa buscou-se compreender os serviços oferecidos no ano de 2015 e os que seriam necessários para 2030 para os idosos. Sob a ótica dos conselheiros de saúde, houve preferência para programas que propunham fortalecimento de vínculos familiares.

Por essa razão, se fazem necessárias políticas públicas para que possam ser preservados os vínculos familiares durante o processo de envelhecimento.

OBJETIVO

Compreender a dignidade da pessoa idosa, preservação dos vínculos familiares no programa de institucionalização de longa permanência, demonstrar a necessidade de políticas públicas de conscientização sobre o respeito à pessoa idosa no Brasil.

METODOLOGIA

O trabalho foi realizado através livros, revisão de artigos da plataforma e posicionamento dos Tribunais Superiores.

CONCLUSÃO

Por essa razão, notamos a necessidade de políticas públicas de conscientização em relação aos idosos promovidas pelos municípios em repartições públicas e escolas, para que haja mobilizações em relação ao fortalecimento do vínculo familiar entre o idoso e seus familiares.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, P. D. (2019). Constituição Federal Interpretada (10ª ed.). Barueri: Editora Manole LTDA.

CREUTZBERG, M., HISAKO, L., ALBERT, S., & REGINA, B. (2007, Maio 26). A comunicação entre a família e a Institucionalização de Longa Permanência para Idosos. Retrieved Janeiro 16, 2020, from Scielo: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-98232007000200147&script=sci_arttext.

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 283, DE 26 DE SETEMBRO DE 2005. (2005, Setembro 27). Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. (d. 2. (Publicada em DOU nº 186, Ed.) Retrieved Janeiro 19, 2020, from Portal Anvisa: http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_283_2005_COMP.pdf/a38f2055-c23a-4eca-94ed-76fa43acb1df

PAULO LEAL, A., TOLETO, O., & CÔRTE, B. (2015, fevereiro). O olhar dos conselheiros de saúde da Região Metropolitana de São Paulo sobre serviços de saúde para idosos: 'Quem cuidará de nós em 2030'. Retrieved janeiro 16, 2020, from Scielo: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042015000200469

DIAGNÓSTICO MICROBIOLÓGICO DE QUALIDADE DA ÁGUA DO CÓRREGO CASSAQUERA

ANDRÉ CONTRI DIONIZIO
MARTA ANGELA MARCONDES
PAULA SIMONE DA COSTA LARIZZATTI
FERNANDA AMATE LOPES
ANGELA MARIA MANFREDA VILLALOBOS
LETÍCIA PICCOLO GALINA
RAIENE CASTIONI DE SOUZA
Universidade Municipal de São Caetano do Sul

RESUMO

A Microbacia do Córrego Cassaquera, localizada na cidade de Santo André-Brasil, sofre constante degradação ambiental, sendo um espaço pouco valorizado tanto pela comunidade local quanto pela gestão pública. Este estudo propôs fornecer o monitoramento da qualidade das águas do córrego, onde foi coletada amostra de água em junho de 2018, logo após a desembocadura do Aterro Sanitário de Santo André/SEMASA. Foram feitas análises microbiológicas através da técnica de tubos múltiplos para a determinação de coliformes termotolerantes. Os resultados das análises mostraram concentrações elevadas de Unidades Formadoras de Colônias (UFC) e a presença das bactérias *Shigella sp.*, *Salmonella sp.*, *Escherichia coli*, Klebsiella e Pseudomonas. Com base nos resultados, foi possível verificar a alta concentração de lançamentos de esgotos e enquadrar o Córrego Cassaquera como Classe IV, pior classificação para os rios de água doce, de acordo com a Resolução 357/2005 - CONAMA.

Palavras-chave: microbacia; microbiologia; monitoramento.

INTRODUÇÃO

Segundo Guedes et al. (2012), o monitoramento da qualidade da água é um dos principais instrumentos de apoio a uma política de planejamento e gestão dos recursos hídricos, pois funciona como um sensor que permite o monitoramento do processo de uso dos corpos hídricos, representando seus efeitos sobre os recursos hídricos e as características qualitativas das águas, com o objetivo de fornecer informações que possibilitem o planejamento de ações de controle ambiental.

Conforme Brasil (2013), o objetivo do exame microbiológico da água é fornecer evidências sobre a condição patogênica. Para tanto, comprova a existência ou ausência de risco de ingestão ou contato com microrganismos causadores de doenças, geralmente a partir da contaminação por fezes humanas e outros animais de sangue quente (coliformes termotolerantes). Por esta razão, o objetivo deste trabalho é identificar e monitorar os parâmetros de qualidade da água do Córrego Cassaquera, com base na avaliação microbiológica de suas águas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Caracterização da Área de Estudo

De acordo com SVMA (2018), o Córrego Cassaquera localiza-se no município de Santo André, na Região Metropolitana de São Paulo. É um curso d'água urbano que durante a urbanização da cidade de Santo André passou por diferentes processos de transformação. Possui um comprimento aproximado de 5.400 metros, localizado nas coordenadas Latitude 23°40'45.1 "S / Longitude 46°29'45.5" O. Com altimetria variável de 900 metros no montante e 715 metros na jusante, alternando sua fisionomia entre galerias subterrâneas, canais abertos com margens e fundo naturais e artificiais.

Segundo a CETESB (2018), o Saneamento Básico do município é realizado pela SEMASA, que fornece o atendimento em coleta de esgoto em 99% e tratamento de 60%.

COLETA E ANÁLISE DE ÁGUA

Segundo Ana (2011), a metodologia utilizada em coletas foi para amostragens simples e superficiais. As amostras foram levadas para o Laboratório de Análises Ambientais da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, onde as análises foram realizadas.

Para as análises microbiológicas, foram utilizadas técnicas de tubos múltiplos em triplicata, sendo consideradas as mais tradicionais para a análise de coliformes termotolerantes. Esta metodologia permitiu a quantificação de microrganismos e unidades formadoras de colônia (UFC). Para a identificação de bactérias, utilizou-se a metodologia de bacterioscopia de Gram nas análises em triplicata, com o número de diluições (10-1, 10-2, 10-3), conforme Cetesb (2018).

Segundo Guerra (2016), em uma placa de Petri, é possível contar até aproximadamente 300 UFC. O cálculo é obtido pela seguinte equação:

$$\text{Resultado} = \text{Média} \times 1 / (\text{Nível diluição}) \times 1 / (\text{Volume alíquota})$$

Média = Média aritmética dos resultados da contagem de UFC das amostras em triplicata

Nível diluição = 10-1

Volume alíquota = 10-3

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Córrego Cassaquera está classificado como Classe IV, segundo o decreto nº 10.755, de 22 de novembro de 1977, que dispõe sobre o enquadramento dos corpos de água receptores, o que não exige Valores Máximos Permitidos (VMP) quanto a parâmetros microbiológicos de qualidade da água. Contudo, para possibilitar a verificação de valores que seriam minimamente exigidos para rios de Classe III, a linha laranja mostra os VMP de Coliformes Termotolerantes (4000/100mL), de acordo com Brasil (2005). Os números expressos no Gráfico 1 foram calculados em Log-10.

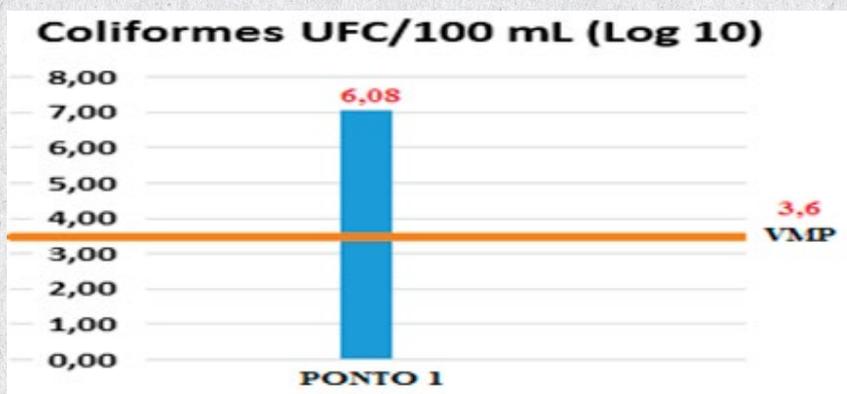


Gráfico 1 – Comparação dos resultados de Coliformes Termotolerantes.

BACTÉRIAS ENCONTRADAS

No caso do Córrego Cassaquera, a falta de coleta e tratamento de esgoto é o principal responsável pela má qualidade da água, evidenciada pelas notórias concentrações de bactérias (*E. coli*, *Salmonella sp.*, *Shigella sp.*, Klebsiella e Pseudomonas), implicando um enorme risco para a população que reside às margens, já que podem ser determinantes para contrair infecções gastrointestinais e outras muito graves devido ao contato indireto com a água transmitidas por mosquitos e animais, e no contato direto quando em épocas de chuvas havendo enchentes no local.

Conforme trata Brasil (2018), a exposição ambiental ao esgoto causa doenças que afetam a saúde de crianças, jovens e adultos. Além das implicações imediatas na saúde e qualidade de vida da população, a falta de coleta e tratamento de esgotos têm impacto direto no mercado de trabalho e nas atividades econômicas que dependem de boas condições ambientais para o exercício pleno da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível verificar que a Microbacia do Córrego Cassaquera sofre diariamente diferentes degradações ambientais ocasionadas pela falta de coleta e tratamento de esgoto e, por consequência, o lançamento de esgotos domésticos. Esses fatores estão afetando drasticamente a qualidade da água, em relação aos parâmetros microbiológicos avaliados.

A análise dos parâmetros microbiológicos permitiu verificar que os valores encontrados não estão condizentes com os valores de referência conforme a Resolução 357/2005 - CONAMA. Portanto, a água do Córrego Cassaquera não é propícia a qualquer outro uso além daqueles estabelecidos para a Classe IV de água doce, uma vez que sua destinação não permite a captação para o abastecimento público.

É importante ressaltar que, embora as análises microbiológicas sejam fundamentais para a caracterização da qualidade da água, não foi possível avaliar os efeitos da contaminação nos seres vivos, necessitando estudos específicos sobre o assunto. Além disso, os estudos foram realizados de maneira pontual e medidos instantaneamente nos pontos de coleta e, portanto, necessitam de um grande número de medições para obter maior precisão nos resultados e verificar os focos de lançamento de efluentes, clandestinos ou não, que estão degradando o córrego.

REFERÊNCIAS

Brasil. Conselho Nacional de Meio Ambiente [CONAMA] (2005) Resolução nº. 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Publicação DOU nº. 053 18/ 03/ 2005 p. 56-68. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=43>> Acesso em: 12 Fev 19

Brasil. Fundação Nacional de Saúde [FUNASA] (2013). Manual prático de análise de água. Brasília - 4. ed. 150 p.

Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB. Relatório de qualidade das águas interiores do Estado de São Paulo 2018. São Paulo: CETESB (2018). (Série Relatórios).

Guedes, S. A. H.; Silva, D. D. da.,Elesbon, A. A. A.;Ribeiro, C. B. M.; Matos, A. T. de.; José H y P. Soares, J. H. P. (2012). Aplicação da análise estatística multivariada no estudo da qualidade da água do Rio Pomba, MG. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, 16(5), p.558–563.
Guerra, A. F. (2016) Métodos de contagem microbiana. Ed. Valença, 1ª Edição, 28p. Disponível em <www.microbiologia-de-alimentos.com> Acesso em: 20 Jun 19.

Guia nacional de coleta e preservação de amostras: água, sedimento, comunidades aquáticas e efluentes líquidos (2011) Agência Nacional de Águas [ANA]. 326 p Brasília-Brasil.

Instituto Trata Brasil [Trata Brasil] (2018). Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. Benefícios Econômicos da Expansão do Saneamento Brasileiro. São Paulo: Instituto Trata Brasil/CEBDS;

Norma técnica L5.202 (2018) Coliformes totais, coliformes termotolerantes e Escherichia coli - Determinação pela técnica de tubos múltiplos, 5ª Ed, 29 p. Companhia de Tecnologia Ambiental [CETESB], São Paulo.

SVMA – SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE (7 de junho de 2018). Projeto DataGEO. Fonte: DataGEO Sistema Ambiental Paulista: <http://datageo.ambiente.sp.gov.br/web/guest/sobre>

DIFICULDADES E BARREIRAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS EM INSTITUIÇÃO FEDERAL

DEBORA CAVALCANTE
DENISE DE MICHELI
Universidade Federal de São Paulo

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

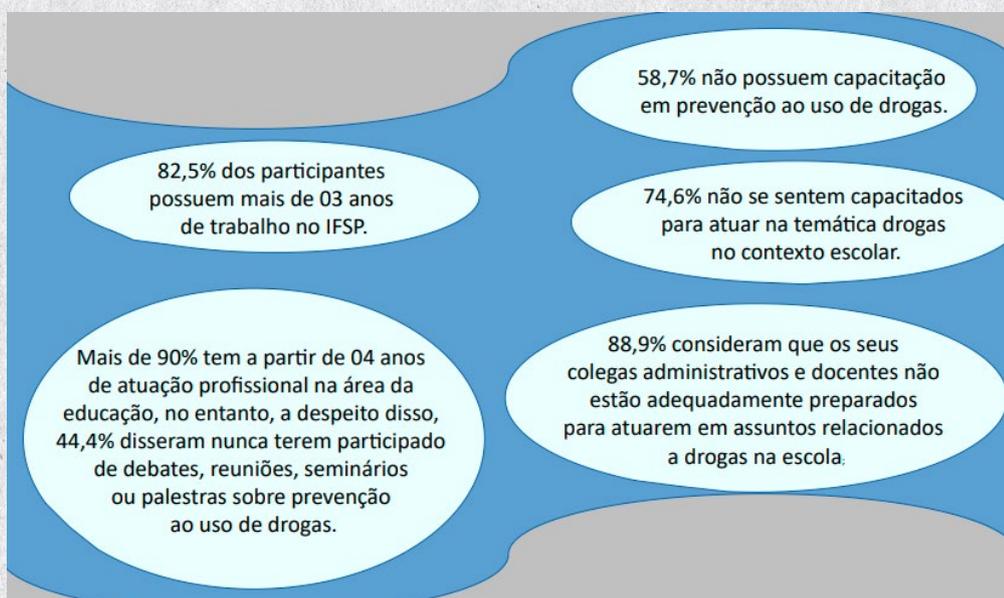
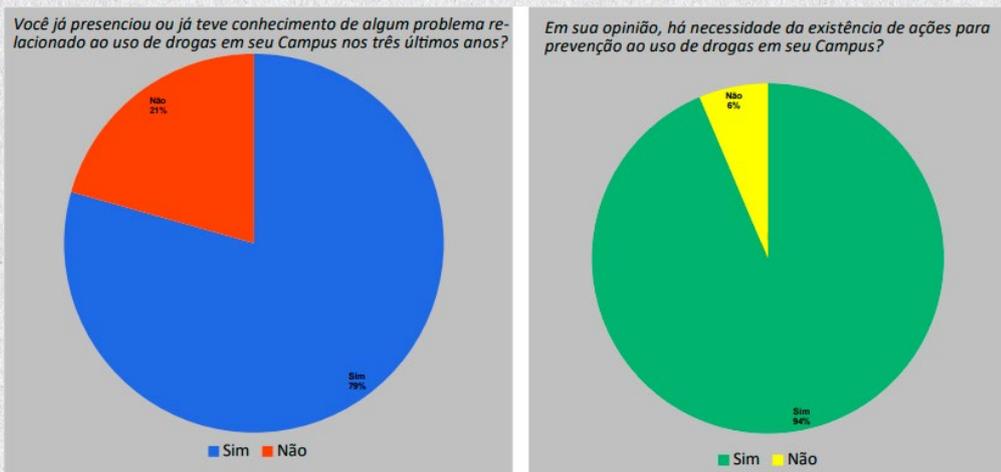
O uso de álcool e outras drogas têm afetado milhares de pessoas ao redor do mundo, deixando um grande desafio à nossa geração no sentido de atuar para melhoria desta questão. Os transtornos pelo uso de drogas atingem em torno de 35,3 milhões de pessoas em todo o mundo (UNODC, 2019). Cerca de 237 milhões de homens e 46 milhões de mulheres vivem com transtornos em razão do consumo de álcool (WHO, 2018). O número de mortes mundiais por consumo do tabaco, do álcool e de outras drogas é também um motivo de grande preocupação, atingindo milhares de pessoas (WHO, 2018, 2019; UNODC, 2019). No Brasil, o uso de drogas entre estudantes iniciam antes mesmo dos 10 anos de idade (CEBRID, 2010). A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar mostrou que 55,5% dos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental já haviam experimentado álcool em 2015, identificando um considerável aumento em relação a 2012 (IBGE, 2016), e esta experimentação se refere a “uma lata de cerveja, uma taça de vinho ou uma dose de cachaça ou uísque (IBGE, 2016, p. 58). A adolescência é um período que requer cuidados e atenção especial. Diversos estudos têm mostrado que esta é uma fase de risco para o início do uso de álcool e outras drogas, sendo que o uso precoce pode trazer prejuízos no desenvolvimento presente do adolescente (abandono escolar, violência, direção insegura, etc.), podendo levar ao uso prejudicial na fase adulta. Nesse sentido, a prevenção no contexto escolar surge como uma importante estratégia a ser adotada, existindo princípios com base em evidências científicas recomendados para sua eficácia (NIDA, 2016), no entanto, alguns fatores podem afetar e dificultar a sua implementação, sendo importante conhecê-los para buscar contribuir em implementações futuras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realizamos um estudo com servidores administrativos e docentes de uma Instituição Federal de Educação no Estado de São Paulo, por meio de questionário online contendo perguntas abertas e fechadas, o qual foi encaminhado, junto com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), via e-mail aos setores pesquisados (Coordenadorias: de Extensão; de Apoio ao Ensino; e Sociopedagógicas), e também divulgado nos grupos de whatsapp da Instituição. O questionário continha perguntas elaboradas pelas autoras, e também algumas questões que foram extraídas do questionário utilizado no trabalho de Pereira (2018). O objetivo foi estudar a prevenção do uso de álcool e de outras drogas na Instituição, com a finalidade de compreender as barreiras e dificuldades para a sua realização. A presente pesquisa foi aprovada pelos Comitês de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Houve 63 servidores que participaram da pesquisa, os quais tinham exercício em 28 Campi localizados em diversas cidades do Estado de São Paulo. As atividades preventivas do uso de drogas predominantes na Instituição foram as palestras feitas de forma isolada e sem frequência regular, sendo que as seguintes dificuldades e barreiras foram identificadas: falta de capacitação sobre o tema drogas; falta de sensibilização em relação à temática na Instituição; inexistência de sugestões, orientações e suporte Institucional; falta de apoio da comunidade escolar; dúvidas sobre como proceder; sensação de não estar preparado, e também de não haver preparo da equipe para atuar no assunto; escassez de eventos e discussões do assunto na escola. Além destes fatores, também estão presentes as dificuldades relacionadas ao clima institucional, etc., os quais podem afetar a implementação das ações de prevenção ao uso de drogas no contexto escolar. Diversos estudos demonstram a importância da capacitação, da divulgação científica, do envolvimento de toda a comunidade escolar, além de aspectos como liderança, clima e cultura organizacional para que os serviços alcancem sua eficácia, sendo que na ausência destes, pode haver impacto negativo em sua realização (GLISSON, 2015; LANGLEY et al., 2010; MOREIRA, VÓVIO, e DE MICHELI, 2015; PEREIRA, 2018).



CONCLUSÕES

O presente estudo nos leva a observar a necessidade urgente de implementar intervenções que sejam eficazes para a prevenção do uso de álcool e outras drogas na escola, sendo necessário avançarmos neste sentido, superando as dificuldades existentes, para que a escola proporcione oportunidades e ações que promovam a saúde e desenvolvimento integral de seus estudantes. Outros estudos são necessários, em especial envolvendo as práticas preventivas no contexto escolar.

Palavras-chave: prevenção & controle; promoção da saúde; transtornos relacionados ao uso de substâncias.

REFERÊNCIAS

CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS (CEBRID). VI Levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio das redes pública e privada de ensino nas 27 capitais brasileiras - 2010. São Paulo: SENAD, 2010. 503p.

GLISSON, C. The role of organizational culture and climate in innovation and effectiveness. *Human Service Organizations, Management, Leadership & Governance*, v. 39, n. 4, p. 245–250, 2015.
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2021.

LANGLEY, A. K. et al. Evidence-based mental health programs in schools: barriers and facilitators of successful implementation. *School Mental Health*, [s. l.], v. 2, 2010. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2906726/>. Acesso em: 19 nov. 2021.

MOREIRA, André; VÓVIO, Claudia L.; DE MICHELI, Denise. Prevenção ao consumo abusivo de drogas na escola: desafios e possibilidades para a atuação do educador. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n1/1517-9702-ep-41-1-0119.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2021.

NATIONAL INSTITUTE ON DRUG ABUSE (NIDA). Principles of substance abuse prevention for early childhood: A research-based guide. 2016. Disponível em: <https://www.drugabuse.gov/publications/principles-substance-abuse-prevention-early-childhood/introduction>. Acesso em: 19 nov. 2021.

PEREIRA, A. P. D. Fatores associados à implantação de programas de prevenção ao uso de drogas nas escolas brasileiras. 2018. (Tese de Doutorado) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. World drug report 2019. Disponível em: <https://wdr.unodc.org/wdr2019/>. Acesso em: 19 nov. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global status report on alcohol and health 2018. Geneva: WHO; 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Relatório da OMS sobre a epidemia global do tabaco, 2019: resumo. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/325968/WHONMH-PND-2019.5-por.pdf?ua=1&ua=1>. Acesso em 19 nov. 2021.

EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: OBSERVAR, ANALISAR E COMPREENDER

EVERTON VIESBA
GIOVANNA TONZAR-SANTOS
LARA SANTANA CORREIA COSTA
MARILENA ROSALEN
Universidade Federal de São Paulo

INTRODUÇÃO

O município de Diadema está em segundo lugar no país como cidade com maior densidade demográfica, de acordo com o último censo, e sua história é marcada pelos movimentos socioambientais, desde a década de 60. Sabe-se que a alta concentração humana gera uma série de conflitos socioambientais, considerando a limitação dos bens e serviços naturais existentes e o gerenciamento inadequado dessas. Desta forma é essencial que a construção da Educação e dos processos educativos seja voltada para a Sustentabilidade, na perspectiva de possibilitar aos estudantes uma formação crítica e reflexiva, necessária ao exercício da cidadania socioambiental. Assim, compreendendo que Diadema tem substancial importância no desenvolvimento econômico e social no Grande ABC, surgiu a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP Campus Diadema) que em sua implementação levou em consideração as questões socioambientais pertinentes à região e seu desenvolvimento industrial, se tornando um Campus com forte viés ambiental e educacional.

Tendo em vista o papel social da Universidade, e de iniciativas como os programas de extensão (VIESBA-GARCIA et al., 2017) e projetos de iniciação à docência (CARVALHO, 2017) que contribuíram para a integração da Universidade-Escola-comunidade, vimos que havia a necessidade de constituir um instrumento que pudesse servir de conexão entre o município de Diadema dentro da academia, foi aí que, derivando de projetos realizados pelo grupo de pesquisa Movimentos Docentes, o Observatório de Educação e Sustentabilidade (Obes) surgiu.

ESTRUTURAÇÃO E OBJETIVO

Ainda em relação à educação, destaca-se que a cidade de Diadema possui 57 escolas estaduais distribuídas quase que uniformemente em todos os 11 bairros que compõem o município, há ainda um maior número de escolas municipais, privadas e também de ensino técnico e superior. Partindo do pressuposto constitucional de integração Universidade-Escola-Comunidade, apontado no artigo 207 da Carta Magna, foi criado, em 2019, o Observatório de Educação e Sustentabilidade (ObES), que tem como objetivo atuar como um instrumento sistemático da Unifesp na coleta, pesquisa, organização, tratamento e difusão dos dados dessas áreas, a princípio no município de Diadema – fase de implementação (2019-2021). Em sua primeira fase de implementação o ObES está atuando com as 57 escolas estaduais da cidade com a colaboração de docentes e discentes destas instituições, da própria Unifesp e membros da sociedade civil, onde pretende-se fomentar as discussões relacionadas aos temas, auxiliar na estruturação de políticas públicas e promover o acesso à informação e a participação da sociedade civil nos processos de tomada de decisão, utilizando para isso uma ampla coleta de dados que, uma vez tratados, servirão de subsídios às tomadas de decisão e formulação, tanto de políticas públicas quanto para ações e proposições das

próprias instituições.

Reforçamos que o Observatório tem por objetivo disseminar conhecimentos e discussões acerca da Educação Ambiental e da Sustentabilidade. Todas as ações são feitas em conjunto. A EA possui características de interdisciplinaridade, formação de valores e enfoca o uso racional e sustentável do ambiente, de forma que contribua na formação das pessoas como cidadãos responsáveis, solidários e cooperativos (JACOBI, 2003).

OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DURANTE A PANDEMIA

No ano de 2020 demos início a fase de implementação do Observatório de Educação e Sustentabilidade, contudo, assim como todo o mundo, tivemos nossas ações interrompidas pela pandemia de Covid -19. Considerando que a Fase 1 deveria continuar, readequamos nossas atividades para o ensino remoto.

Desenvolvemos um formulário online, com diversas questões sobre infraestrutura, meio-ambiente e educação, denominado de Marco Zero. Aplicamos o formulário a todas as 57 escolas da rede pública do município de Diadema, onde está localizado o Campus Diadema da Universidade Federal de São Paulo. A maior dificuldade relatada pelos grupos de coleta era o contato com as escolas, visto que a demanda de funcionários era menor, por vezes não obtivemos retorno do envio dos formulários até que no 2º semestre de 2021 conseguimos finalizar a aplicação do Marco Zero em todas as 57 escolas.

Após a coleta dos dados, demos início ao processo de tratamento dos dados a fim de organizarmos o Dossiê do Observatório, que organizará as informações pertinentes a fim de divulgar para a sociedade de Diadema um panorama sobre a educação do município.

Ainda durante o processo de coleta de dados, a equipe do Observatório de Educação e Sustentabilidade, ou Obes como chamamos, utilizou de satélites e tecnologias GPS's para a elaboração de mapas e infográficos, fornecendo dados sobre georreferenciamento que estará disposto no Dossiê.

UNIVERSIDADE-COMUNIDADE: UNIÃO NOS PROCESSOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

A resolução dos conflitos e problemáticas socioambientais requer a participação de todos os atores envolvidos e isto tem se tornado cada vez mais difícil, uma vez que a tomada de decisão tende a ocorrer em uma linha vertical, de cima para baixo, o que ocasiona no fato de que quem realmente sente o impacto das decisões, pouca ou nenhuma participação tem em sua tomada. A Universidade deve participar destes processos, seja disponibilizando recursos e formação para tal, ou mesmo mediando as discussões. Dessa forma, se evidencia a importância de instrumentos, como o Observatório na busca e construção de uma sociedade sustentável.

Como mencionado anteriormente, o objetivo do Observatório é ser um elo representativo da comunidade na universidade, e isso vem sendo possível graças à participação de membros da comunidade civil e da educação dentro dos eventos e produtos ofertados pelo Obes durante os anos de implementação - até os dias atuais.

Alguns dos produtos desenvolvidos ao longo dos anos de 2020-2021 foi o Podcast Ecoversa que trata de entrevistas semi-estruturadas com membros da comunidade educacional e da universidade, de forma a conectar o público com as ações e pesquisas da educação.

O Observatório atuou como parceiro de eventos promovidos pelo grupo de pesquisa Movimentos Docentes, como no Congresso Internacional Movimentos Docentes, assim como os eventos semestrais, Today 's Talk, Cenfor e a Semana de Educação e Sustentabilidade - que ocorreu no 1º semestre de 2022.

CONCLUSÃO

Compreendemos que as ações do Observatório só foram e são possíveis graças aos membros atuantes, parceiros e apoiadores. Reforçamos nossa compreensão sobre a importância da interdisciplinaridade e presença de conceitos da Sustentabilidade no dia a dia da nossa prática educacional.

A educação, tem papel catalisador na sociedade atual, vindo a reformular opiniões, visões e desafios dispostos diante do dia a dia da população (UNESCO, 2015). Por este motivo o Obes iniciou sua implementação voltado às escolas do município de Diadema.

Foram realizados encontros, palestras, mini-cursos, workshops, congressos e eventos de alcance internacional que nos mostraram a importância de integrarmos a comunidade social com a comunidade acadêmica.

Desejamos que as ações sigam sempre em frente, tendo como base a pedagogia freireana que nos conduz ao diálogo, à criticidade e à esperança. Educação e Sustentabilidade, observar, analisar e compreender, este é o nosso objetivo

REFERÊNCIAS

CARVALHO, João do Prado Ferraz de. Desafios da Formação Inicial Docente no Contexto do Pibid: experiências de formação de professores nos arrabaldes das cidades de Diadema e Guarulhos, SP. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

DIADEMA. Secretaria de Educação. Diagnóstico Situacional da Educação de Diadema. Diadema: Secretaria de Educação, 2017. 79 p.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática ducativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa. Cadernos de Pesquisa, São, Paulo: Autores Associados, n.118, p.189-205, 2003.

UNESCO. Education for Sustainable Development Goals: learning obojectives. Educação para o desenvolvimento sustentável – um instrumento fundamental para atingir os ODS, p.7. Publicado em 2017 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

VIESBA-GARCIA, Everton, et al. Programa Escolas Sustentáveis: aproximando Universidade e Escola por meio de ações extensionistas. Humanidades e Tecnologia em Revista (FINOM), Ano XI, vol. 11. p. 271-287. Jan/Dez 2017

EDUCAÇÃO NO ABC: ASPECTOS GERAIS E LINGUÍSTICOS

ISABELLA TAVARES SOZZA MORAES
Universidade Santo Amaro

RESUMO

As pesquisas educacionais são de grande importância para a sociedade; é a partir delas que há o levantamento de melhorias da educação.

OBJETIVOS

Desenvolver melhorias na educação de Santo André; estabelecer alternativas para o aprendizado dos discentes; estabelecer caminhos para que haja melhorias no eixo de desenvolvimento humano.

METODOLOGIA

Para realizar este trabalho foram realizadas pesquisas de campo de caráter exploratório na região de Santo André. Os sujeitos entrevistados foram, principalmente, alunos da UFABC, FSA e ETEC. Conforme o levantamento de resultados, destacaram-se as bibliotecas, os computadores e os meios pedagógicos das instituições e as metodologias dos docentes, mas, em maioria, houve críticas sobre a estrutura física e, além disso, sobre as administrações e secretarias. Ademais, muitas universidades de Santo André possuem estruturas arcaicas e, por conta disso, prejudicam de certa forma o desenvolvimento discente. Para que isso mude, é preciso melhorar a administração estrutural das escolas e universidades, melhorar a área tecnológica – com mais espaços para uso e contato com a tecnologia e seus meios de comunicação, além de preparar melhor os docentes para essa tecnologia. A Base Nacional Comum Curricular propõe o uso da semiótica em sala de aula e isso poderia potencializar-se nas aulas de língua portuguesa com o auxílio dos meios tecnológicos.

REFERÊNCIAS

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192/acesso em 16/03/2020.

<https://pt.surveymonkey.com/r/JYBFXJB/> acesso em 20/03.

Garcia, Paulo. (2017). Avaliação da Educação Escolar no Grande ABC Paulista: Múltiplas Análises

ENTENDER O COMPORTAMENTO XENOFÓBICO ATRAVÉS DA PSICANÁLISE

AMANDA KASSIA MUNIZ BATISTA SKORONSKI

GABRIELA CALDERÓN YONAHA

MARIA MÉRCIA SANTOS

SUELLEN VINTURI

TAINÁ RICCI GOMES

Centro Universitário Fundação Santo André

INTRODUÇÃO

Há uma defasagem quando falamos em pesquisas voltadas à saúde mental de indivíduos que têm comportamentos xenofóbicos, por este motivo há a necessidade de uma pesquisa redirecionada a esses agressores para que se possa entender quais os motivos por trás de tal comportamento. Assim, o objetivo deste trabalho é trazer uma possível explicação do comportamento xenofóbico à luz da psicanálise, pois a hipótese levantada é que este possa, de certa forma, se relacionar ao psiquismo humano. Para isso foi realizada uma revisão bibliográfica em banco de dados científicos e a montagem de uma cartilha referente ao tema. Link da cartilha: <https://drive.google.com/file/d/13cLlgHdUemNVwJ2QZ4Fc5XUeRus2H85G/view?usp=drivesdk>

OBJETIVOS

O presente estudo buscou abordar os traumas causados pela xenofobia e entender os motivos do agressor através de uma revisão bibliográfica do tema.

MATERIAL E MÉTODOS

O método de pesquisa utilizado é o qualitativo, apoiando-se em técnicas de coleta de dados, em bases científicas como: Scielo, Google Acadêmico e Livros, para que o projeto possa obter dados descritivos que mostrem a real importância do tema.

RESULTADOS

Freud, no ano de 1921, traz uma parábola de uma sociedade de porcos-espinhos de Schopenhauer de 1851, que pretende mostrar como os seres humanos se comportam afetivamente entre si; se precisamos do outro para que possamos nos constituir, em contrapartida, este pode nos ferir por partilhar de características tão semelhantes. (HERZOG apud FREUD, 1921). O indivíduo que tem fobia de estrangeiros - xenofobia, provavelmente passou por algum episódio traumático que desencadeou esta fobia, como destaca Freud, a fobia é uma neurose, o indivíduo na presença do objeto, que proveio de um processo de repressão, do próprio agente repressor. Em qualquer relação há de se encontrar afetos de aversão e hostilidade, esses afetos são percebidos porque são recalcados, ou seja, é realizado a partir de um processo que visa manter no inconsciente ideias e representações que foram rechaçadas na consciência por causar dor e desprazer. (HERZOG apud FREUD, 1921).

Segundo Nelson Mandela, ninguém nasce odiando a outra pessoa por causa da cor de sua pele, da sua origem ou religião. Os seres humanos são classificados a partir de juízos de valor e atributos físicos. É a partir de tal análise que os negros são considerados lentos, inferiores e os

europeus belos e inteligentes (PISETTA apud FREUD, 1926/1976,2017).

O narcisismo das pequenas diferenças cria um empecilho com relação à aceitação do outro e dita a diferença, que é muito mais semelhante a si do que se é suposto (HERZOG,2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A xenofobia abordada a partir de uma revisão bibliográfica com objetivo de se entender os seus aspectos a partir da luz psicanalítica confirmou a hipótese, pois é possível verificar explicações para o comportamento xenofóbico desde a relação mãe-bebê, onde inicia-se a relação social, em que os extremismos xenofóbicos podem advir de um trauma e também a partir da teoria narcísica onde o que difere da pessoa é vivido como uma ameaça a integridade do indivíduo. Assim, os textos psicanalíticos deixam clara a explicação para o comportamento xenofóbico e a existência deste impulso, mas a questão é o que fazer para transformar este impulso? Assim, se fazem necessários mais estudos no sentido de esclarecer os atos xenofóbicos e conseguir controlá-los, mesmo que ainda haja a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre o tema.

REFERÊNCIAS

PISETTA, M. A. A. M. Considerações sobre as teorias da angústia em Freud. *Psicol. cienc. prof.* vol.28 no.2 Brasília 2017. Acesso em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932008000200014&script=sci_arttext

HERZOG, R. Do preconceito à intolerância: quando se rouba a humanidade do outro. *Ágora (Rio J.)* vol.22 no.3 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2019 Epub Sep 23, 2019. Acesso em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982019000300273&script=sci_arttext&tlng=pt

AGRADECIMENTOS

Centro Universitário Fundação Santo André e Prof.ª Dra. Lilian Pereira de Medeiros Guimarães.

EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS ÚMIDOS E SECOS NO ABC PAULISTA NO PERÍODO 2000-2020: IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE VIA SPI

ANITA DRUMOND
MARINA DE OLIVEIRA
NILTON ÉVORA DO ROSÁRIO
Universidade Federal de São Paulo

RESUMO

Os impactos associados às mudanças climáticas evidenciam as alterações na dinâmica social e ambiental, e têm sido foco de estudos nos últimos anos. Um dos temas abordados é a alteração na precipitação, associada ao aumento da intensidade e frequência de eventos extremos úmidos e secos. O ABC Paulista é uma região de grande importância hídrica, econômica e industrial no Estado de São Paulo, e com uma vulnerabilidade social importante. Neste contexto, a análise da precipitação é fundamental para os estudos climáticos nesta região. O Índice de Precipitação Padronizada (SPI) identifica os extremos climáticos da precipitação acumulada em diferentes escalas temporais. O objetivo deste trabalho é a identificação e caracterização dos eventos climáticos extremos úmidos e secos durante 2000-2020 no ABC Paulista utilizando o SPI nas escalas de acumulação de precipitação de 1, 3, 6 e 12 meses. Os dados de precipitação provêm do GPM-IMERG, projeto que disponibiliza dados mensais com alta resolução espacial (~10 km). Os eventos climáticos extremos foram identificados e caracterizados através de diferentes parâmetros. Os resultados mostram predominância de condições úmidas na primeira década (2000-2010) e secas na segunda (2010-2020). O uso do SPI pode auxiliar nas ações de planejamento público e na mitigação de problemas ambientais relacionados a esses eventos.

Palavras-chave: SPI; precipitação; eventos extremos climáticos.

REFERÊNCIAS

MCKEE, T. B.; DOESKEN, N.J.; KLEIST, J. The relationship of drought frequency and duration to time scales. In: Proceedings of the Eighth Conference on Applied Climatology, Boston, MA, USA, 17–22 Jan, 1993; p. 179–184. Disponível em: <https://www.droughtmanagement.info/literature/AMS_Relationship_Drought_Frequency_Duration_Time_Scales_1993.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

WMO - WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. Standardized Precipitation Index User Guide. Org.: SVOBODA, M.; HAYES, M.; WOOD, D. (WMO-No. 1090), Geneva, 2012.

EVENTOS EXTREMOS DE CHUVA EM DIADEMA: UMA ANÁLISE INTEGRADA DA FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA E DAS AÇÕES PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO

NILTON MANUEL ÉVORA DO ROSÁRIO
VANESSA NEVES AQUINO DA SILVA
Universidade Federal de São Paulo

RESUMO

Os eventos extremos de chuva têm recebido cada vez mais atenção devido ao aumento da sua ocorrência e dos prejuízos que acarretam. Entre os desafios dos governos, em particular o local, é a implementação de políticas públicas que mitiguem os impactos dos eventos extremos, preservando principalmente a integridade física dos habitantes. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é estudar a evolução histórica dos eventos extremos de chuva no Município de Diadema, assim como efetuar um diagnóstico do sistema de defesa civil que ordena a resposta municipal a tais eventos. Para a análise da evolução dos eventos extremos foram utilizados os dados de chuva diária das estações pluviométricas no município pertencentes ao DAEE e ao CEMADEN, que cobrem o período de 1972 a 2019. O diagnóstico do sistema de defesa civil consistiu em um levantamento da legislação municipal e de todo o aparato legal e operacional nas esferas estadual e federal. A ocupação urbana em Diadema é densa e desordenada que, associada à vulnerabilidade socioeconômica, resulta em parte significativa da população residindo em áreas de risco. Portanto, um sistema de defesa civil eficiente nas suas ações e no diálogo com a população é fundamental, pois possibilita respostas em curto prazo, dando assistência aos mais expostos e mantendo a população informada, permitindo a ação preventiva.

Palavras-chave: eventos extremos de chuva; defesa civil; Diadema.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6960, de 7 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre a Operação Período de Chuvas. Diário Regional, 12 fev. 2014.

MARENGO, J. A. et al. Trends in extreme rainfall and hydrogeometeorological disasters in the Metropolitan Area of São Paulo: a review. *Annals of The New York Academy of Sciences*, p. 1-16, 13 fev. 2020. Disponível em: [link](#).

ROSSI, C. et al. Best practices on Public Warning Systems for Climate-Induced Natural Hazards. European Commission, 30 set. 2018. Disponível em: [link](#).

SILVA DIAS, M. A. F. et al. Changes in extreme daily rainfall for São Paulo, Brazil. *Climatic Change*, São Paulo, p. 705-722, 20 maio 2012. Disponível em: [link](#)

FORTALECIMENTO DA CIDADANIA: COTA EM CONCURSOS MUNICIPAIS PARA PESSOAS TRANSGÊNERAS

LUIZ HENRIQUE CATASTRA
THIAGO LUIZ SARTORI
Universidade Anhanguera

RESUMO

Os fatos observados em nossa realidade, relacionados às pessoas transgêneras, não corroboram a igualdade resguardada pelo artigo 5º de nossa Constituição Federal. Nosso país lidera diversas marcas com maestria e de forma ignomínia que salientam disparidade de oportunidades, de modo a parecer que a realidade e os princípios de Yogyakarta são conceitos antagônicos. A metodologia descritiva foi escolhida diante dos alarmantes índices de violência e evasão escolar que evidenciam os problemas aqui tratados, consignando o objetivo de demonstrar a necessidade da criação de ações afirmativas com a finalidade de resguardar princípios protegidos por nossa Lei Maior.

Palavras-chave: concursos municipais; transgênero; cota.

INTRODUÇÃO

Não é segredo que a população transgênero é amplamente marginalizada pela estrutura binária qual a sociedade se moldou ao decorrer de toda sua evolução. O pensamento conservador herdado por essa estrutura acaba por validar discursos que em seu cerne são carregados de preconceitos e que se subvertem à uma espécie equivocada de ideia de legitimidade moral superior ideológica na tentativa de negar direitos e oportunidades às pessoas não adeptas ao seu pensamento. Deste modo, os pensamentos inerentes à estruturação binária ressaltam a não evolução do pensamento social de grande parcela da população, deixando para trás diversos conceitos norteadores presentes em nossa Magna-Carta que, em seu âmago, preceituam majoritariamente a liberdade de escolha individual.

Os concursos públicos têm importância magistral no que concerne à garantia da democracia, o caráter impessoal de sua aplicação e o princípio da igualdade – neste artigo amplamente defendido – entretanto, ainda possuem áreas inexploradas no âmbito municipal em que faltam ações afirmativas com a finalidade de continuar expandindo oportunidades para parcelas vulneráveis de nossa população.

Destarte, inegável é a necessidade de intervenção do Poder Público para que este proteja os tão importantes direitos assegurados por nosso dispositivo legal norteador de nossa sociedade.

OBJETIVO

É o foco deste artigo promover a expansão de medidas inclusivas aos transgêneros, considerando as dificuldades enfrentadas por este grupo advindas dos preconceitos da sociedade,

visando equiparar as condições de concorrência a cargos públicos municipais, respeitando a igualdade amplamente resguardada em nossos dispositivos legais supracitados.

METODOLOGIA

Utilizamos o método descritivo para o desenvolvimento deste trabalho, baseado em dados que refletem o cotidiano das pessoas transgêneras para exposição da relevante importância do tema abordado.

CONCLUSÃO

Por fim, considerando todo contexto educacional deficitário somado à criação escassa de ações afirmativas em decorrência de discursos segregacionistas, evidente torna-se a necessidade da expansão destas medidas no que tange à sua abrangência. Ainda neste sentido, o município exerce a administração pública de forma direta, tendo o dever de zelar pelos princípios norteadores expostos por nossa Constituição Federal e pelos tratados internacionais assinados por nosso país.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. 2ª ed. 4ª tir. São Paulo: Malheiros, 2015.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Pesquisas anuais de assassinatos. 2021. Disponível em: < <https://antrabrazil.org/assassinatos/> >. Acesso em: 18 de janeiro de 2020.

BRASIL DE FATO. Argentina aprova lei de cota de trabalho trans e garante inserção no setor público. 2021. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/25/argentinaaprova-lei-de-cota-de-trabalho-trans-e-garante-insercao-no-setor-publico> >. Acesso em: 25 de Jun de 2021.

INSTITUTO UNIBANCO. Preconceito Contra Travestis E Transexuais Impacta No Direito À Educação. 2021. Disponível em: < <https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/preconceito-contra-travestis-e-transexuaisimpacta-no-direito-a-educacao/> >. Acesso em: 25 de Jun 2021.

PORTAL APRENDIZ. O Acesso À Educação Para População Trans E A Importância De Políticas De Permanência. 2019. Disponível em: < <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2019/07/26/o-acesso-educacao-para-populacao-trans/> >. Acesso em: 18 de Jan de 2020.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. 2006. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf . Acesso em: 18 de Jan. de 2020.

FORTALECIMENTO DA CIDADANIA: DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DOS TRANSEXUAIS

KIMBERLY FELICIDADE DA SILVA
THIAGO LUIZ SARTORI
Universidade Anhanguera

RESUMO

Não sabemos com exatidão a quantidade de transexuais que existem no Brasil, porém sabemos que aqueles que se mostram passam por constante luta para reivindicar seus direitos fundamentais. Agir mais ativamente na sociedade, promovendo sua cidadania, é o principal objetivo e através de pesquisas em livros, artigos e legislações, passamos a entender que, embora sejam protegidos pelos direitos humanos, essa população ainda sofre discriminação e desigualdade.

Palavras-chave: transexual; LGBT; direitos humanos.

INTRODUÇÃO

A população transexual ainda é minoria e não há uma estimativa correta da quantidade de mulheres e homens trans, pois o IBGE não possui uma categoria para eles, porém tanto nossa Constituição quanto os Direitos Humanos Internacionais os protegem, embora na prática não seja exatamente assim.

A primeira coisa que devemos ressaltar é a política de nossa Constituição Federal de 1988 (CF/88) a qual assegura o direito de cidadania e dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988, art. 1.º, inc. II e III), sendo que, trata-se dos objetivos principais construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e, o mais importante de todos, promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988, art. 3.º, inc. I, II, III e IV).

No que tange aos direitos humanos internacionais, sabemos que se trata da liberdade e da igualdade para todos os seres humanos, como também nenhuma discriminação, de qualquer origem, pode ser feita e todos tem direito à vida, à liberdade e à segurança. (Lei Internacional de Direitos Humanos, 1976).

O objetivo 10 da ONU busca a redução das desigualdades, como também existem movimentos promovidos por transexuais e travestis com o mesmo objetivo. Através de manifestações, feiras e convenções, essas pessoas se reúnem e, de modo pacífico, protestam e reivindicam a sua cidadania.

Existem leis que permitem o processo transexualizador no SUS, por ter muita demanda de pedidos. Esse processo foi protocolado pela Portaria nº 2.803 de 19 de novembro de 2013, a qual legaliza a cirurgia de mudança de sexo com o intuito de ser terapêutico.

Ainda falando de leis, temos o Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que permite o uso do nome social em documentos oficiais de livre uso para a pessoa que se identifica com outro gênero, ainda veda a discriminação contra transexuais ou travestis. No estado de São Paulo, o Decreto Nº 55.589 de 17 de março de 2010 criminaliza e penaliza a prática de discriminação LGBTIQ+.

RESULTADO E DISCUSSÕES

No que se discorre do tratamento das pessoas transexuais e travestis, estes possuem grande acessibilidade através do SUS (Sistema Único de Saúde), mas no que tange o atendimento geral, há relatos de constrangimento do uso do nome registral. (SANTOS & MARTINELLI, 2019).

Ao que considera uma pessoa transexual, ela precisa estar insatisfeita com o seu sexo anatômico ao ponto de querer retirar seus órgãos genitais. Se o distúrbio permanece por dois anos com ausência de outros, pode-se considerar um transgênico. Com o Novo Código Civil, foi possível alinhar a identidade de gênero e a cirurgia de transtransgenitalização com a lei (BUNCHAFT, 2013). Em nossa sociedade temos algo chamado discurso da heteronormatividade, no qual, seguindo as diretrizes de uma cultura conservadora, ser heterossexual significa ser normal, porém o movimento LBGT forma-se em contradição à norma imposta, logo, acabam por ser vítimas de desigualdade e discriminação social. Por dada causa, é importante problematizar, questionar e contestar a heteronormatividade (LONGARAY & RIBEIRO, 2015).

Logo, o respeito à diversidade sexual faz-se necessário para a autonomia, a cidadania e a não discriminação na busca da promoção dos direitos humanos. (SANTOS & MARTINELLI, 2019).

OBJETIVO

O objetivo dessa pesquisa é problematizar e demonstrar os desafios corriqueiros dos transexuais ao tentarem reivindicar os seus direitos. Logo, tem-se como objetivo principal uma maior promoção e fortalecimento da cidadania, acima de tudo, para garantir que os direitos humanos atinjam essa população.

METODOLOGIA

Trata-se de um levantamento bibliográfico acerca do dado assunto em livros, artigos científicos, periódicos, a legislação e jurisprudência brasileira, como também decretos, portarias e diretrizes no que diz respeito à temática da pesquisa.

CONCLUSÃO

Existem diversos projetos de leis acerca dos direitos dos transexuais que permanecem em discussão, ainda temos um grande caminho a percorrer, mas a sociedade LGBT segue lutando por seus direitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cecília Barreto de; VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? Rev. direito GV, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 303-333, agosto de 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322018000200303&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 jan. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BUNCHAFT, Maria Eugenia. A jurisprudência brasileira da transexualidade: uma reflexão à luz de Dworkin. Sequência (Florianópolis), Florianópolis, n. 67, p. 277-308, dezembro 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552013000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso

LONGARAY, DEISE AZEVEDO; RIBEIRO, PAULA REGINA COSTA. Espaços educativos e produção das subjetividades gays, travestis e transexuais. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 20, n. 62, p. 723-747, setembro. 2015 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782015000300723&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 jan. 2020.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual e política eleitoral: Analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. Sex., Salud Soc. (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 23, p. 58-96, agosto. 2016.. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872016000200058&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 jan.

SANTOS, Thais Felipe Silva dos; MARTINELLI, Maria Lúcia. A sociabilidade das pessoas travestis e transexuais na perícia social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 134, p. 142-160, abril. 2019. disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000100142&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 jan. 2020.

ONU – Plataforma Agenda 2030. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods10/>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

GARIS E A INVISIBILIDADE SOCIAL

ANDREZA MIQUILIN GOMES
BRUNA MULIN LAZARO
EDUARDA MIRELLY GOMES
ELISA SILVA DE ANDRADE
ESTHER FREIRE MARTINS
MICHELLY CAROLINI DE SOUZA
WASHINGTON ANDRADE DA SILVA
Centro Universitário Fundação Santo André

RESUMO

Tendo como base a profissão dos garis, nota-se a profusão de adversidades existentes no caminho desses indivíduos, seja pelas próprias atividades que executam ou até mesmo pelo fenômeno da invisibilidade social que os circunda. O ato de passarem despercebidos, de parecerem estar invisíveis para com a sociedade, traz sofrimentos e angústias para esses sujeitos, ocasionando infortúnios no psicológico desses.

Considerando a coletividade social, algumas profissões são consideradas como inferiores pelas pessoas, que passam a considerar não o indivíduo, mas a posição que ocupa na sociedade (CELEGUIM e ROESLER, 2009). As autoras concluíram que o uso do uniforme de algumas profissões como gari, faxineira, seguranças, entre outros, causa uma exclusão velada pela sociedade.

Resultados de um estudo feito através de entrevistas semiestruturadas que nos levaram a entender melhor o que os garis representam na nossa sociedade, entendeu-se que muitos aspectos foram comumente encontrados nesses trabalhadores e ouviram-se relatos sobre o preconceito, desprezo e péssimas condições de trabalhos que eles são expostos diariamente. Podem-se compreender quais representações e significados esses trabalhadores traziam consigo e como isso refletia dentro do fenômeno da invisibilidade social (LOPES; MACIEL; CARRIERI et al, 2012).

Segundo Costa (2008), a disparidade econômica-social entre as classes é pouco falada; de forma automática deixamos de dar ouvidos aos outros. O autor amplia a discussão em sua tese baseada em 'história de vida através de relatos orais', de forma grupal e pessoalmente aos garis e utilizou de pesquisa participativa. O pesquisador teve de passar por uma integração, visto no episódio da caneca, por volta das nove horas da manhã, reuniram-se para tomar um café, cujo recipiente (caneca), era uma latinha cortada ao meio, amassada e encardida, pegajosa nas mãos de tanta sujeira, por fim quando o café já se havia posto, percebeu que todos a mesa o olhavam com ansiedade, afinal "iria o tal jovem forasteiro – gente de outra classe – sujeitar-se a beber daquela caneca suja?". Quando enfim o investigador bebeu o café, a ansiedade pareceu evaporar, instaurando-se uma espécie de relaxamento "O episódio da caneca pareceu valer como uma prova de integração ao grupo, um ritual de passagem para outro mundo." (Costa, 2008, p.24, 25). Tido como prova silenciosa para que, enfim, ocorresse a integração ao grupo; durante toda a inserção aconteceu-lhe o que é conhecido como "ritos de passagem". Quanto ao fenômeno e o sentimento de estar invisível, o sujeito apagado pode conscientemente recusar, minimizar o fato, aparece como algo padrão em sua vida, aos poucos em seu desenvolvimento se habitua a essa realidade, sem passar ao entendimento de que é um sintoma da classe social.

Ademais, Silva e Araújo (2018) mostram também como o fenômeno da invisibilidade social pode estar presente em relação a uma função considerada por muitos como “de menor importância” (gari), sendo ignorados por outros. Sentimentos de nojo desses profissionais, não separando o lixo do gari, evitando até a interação, não enxergando como um trabalho igual a outro. Assim, gerando sofrimento psíquico, sentimentos de baixa autoestima e inferioridade desses trabalhadores.

Já o estudo de Costa (2004) foi feito por meio de uma pesquisa participante, onde o mesmo passou uma semana trabalhando como gari, após o horário do término de suas aulas na Universidade de São Paulo, o que gerou uma obra extensa e profunda. Foi observado que as mesmas pessoas que anteriormente conversaram com ele, quando passavam por aquele trabalhador, não o reconheciam ou ao menos olhavam diretamente para ele. Tendo em vista esse aspecto, Fernando percebeu que aquilo que estava enfrentando, era um infortúnio denominado invisibilidade social e passou a dialogar com seus “colegas de profissão”, a fim de conseguir compreender o que era sentido ao passar por este triste processo. O resultado gera reflexão, dado que em sua maioria, esses indivíduos diziam se sentir tristes e até mesmo angustiados com a situação. Para Carneiro (2009), explicar a invisibilidade social enfrentada no dia a dia dos garis e construir uma psicologia social crítica não é somente estar na área em que se atua e nem só na sala de aula, é necessário desenvolver um trabalho e tornar-se membro de um grupo na qual os sujeitos são socialmente excluídos e chamados de profissionais que oferecem “apenas” o corpo como ferramenta de trabalho. Os garis fazem parte de profissionais que desenvolvem um trabalho considerado desqualificado, socialmente rebaixado, trabalho de força bruta, de gente bruta, de quem não tem estudo. A obra de Gilberto Freyre, Souza (2003, p. 140) nos mostra a permanência da desigualdade através da divisão e da ocupação dos espaços habitados por negros e pobres e brancos e ricos, da desigualdade.

O objetivo foi verificar a invisibilidade social dos garis, assim levantou-se a hipótese de quais problemas emocionais podem emergir, habituados a situações de exclusão social, sentimentos característicos de baixa autoestima, como inferioridade, além dos preconceitos sofridos corriqueiramente. Para isso foi utilizada uma pesquisa bibliográfica.

DISCUSSÃO

Tendo em vista o contexto atual, observa-se que algumas pessoas inseridas na sociedade ainda são marginalizadas, seja pela sua situação de vulnerabilidade econômica ou até mesmo por terem empregos subvalorizados. Nessa perspectiva, a invisibilidade social é definida como a “inexistência” dessa população para o todo, logo, estudar a exclusão dessas minorias e o impacto na saúde mental acarretados por este fenômeno torna-se de grande valia para a sua compreensão e possíveis intervenções. Estudos correlatos ao tema, apresentados a partir de 1994, apontam a segregação e suas consequências no cotidiano desses indivíduos.

Celeguim e Roesler (2009) apontam que algumas profissões são consideradas pela sociedade como inferiores. As autoras concluem que determinados uniformes levam à exclusão social. De acordo com Lopes, Maciel e Carrieri (2012), após realizarem entrevistas com garis, foi constatado que eles são grandes vítimas de preconceito, desprezo e péssimas condições de trabalho. Segundo Costa (2008), a partir de um estudo de análise biográfica das experiências de dois ex-garis, nota-se o quanto a invisibilidade social aflige de forma acentuada essa parcela da

população, ocasionando angústias.

Já Silva e Araújo (2018) mostram que as humilhações sociais fazem parte da rotina desses trabalhadores, o que desencadeia algum tipo de sofrimento psíquico, como sentimentos de indiferença e baixa autoestima. No estudo de Costa (2004), pesquisa participante onde passou uma semana trabalhando como gari, foi observado que as pessoas que o conheciam não o reconheciam ou olhavam, vivenciando a invisibilidade social na pele.

Finalmente, o estudo de Carneiro (2009), por meio de estudos da literatura, traz uma análise de como a sociologia e a psicologia vem tratando o tema da invisibilidade social como um todo e a importância de diferentes perspectivas da ciência para enriquecer a discussão.

Mediante o exposto, pode-se notar que os autores convergem na ideia de que a invisibilidade social que surge em razão da profissão de gari pode acarretar alguns sofrimentos psíquicos, angústias e sentimentos de inferioridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração o conceito da invisibilidade social, nota-se a presença desse fenômeno em pessoas com cargos de “menor status” a sujeitos marginalizados, na qual perdem sua subjetividade aos olhos dos outros, sendo ignorados e estigmatizados.

Desta forma, de acordo com a literatura, a hipótese foi confirmada, no entanto, percebe-se a importância de mais estudos sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Taiza da Silva. O significado do trabalho para garis. Um Estudo Sobre a Invisibilidade Social 07.2018. Psicologia.pt (ISSN 1646-6977) – Portal dos Psicólogos. Documento online. Acessado em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1219.pdf>

CARNEIRO, Ava da Silva Carvalho. A Desigualdade e a Invisibilidade Social a Formação da Sociedade Brasileira. 2009. V ENECULT – Mestrado do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. Documento online. Acessado em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19360.pdf>

CELEGUIM, Cristiane R. Jorge e ROESLER, Heloisa M. Kiehi Noronha. A Invisibilidade social no âmbito do trabalho. 2009. Revista Interação ISSN-academia.edu

COSTA, Fernando Braga da. Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-09012009-154159/pt-br.php>. Acesso em: 11 de março, 2021.

LOPES, Fernanda Tarabal; MACIEL, Ana Alice Duarte; CARRIERI, Alexandre de Pádua; DIAS, Derli de Souza; MURTA, Ivana Benevides Dutra. O Significado do trabalho para os Garis: um estudo

sobre representações sociais. *Perspectivas Em Políticas Públicas*, 2012 Belo Horizonte, Minas Gerais.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre , v. 16, n. 2, p. 47-58, Aug. 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822004000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Apr. 2021.

IDENTIFICAÇÃO DE ENTEROBACTÉRIAS PRESENTES NO CÓRREGO ALVARENGA DO COMPARTIMENTO DO BRAÇO DO ALVARENGA DO RESERVATÓRIO BILLINGS, NO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

ANDRÉ CONTRI DIONIZIO
MARTA ÂNGELA MARCONDES
MÔNICA TEIXEIRA ANDRADE LEAL
VITORIANA BARBOSA VEIGA REIS
Universidade Municipal de São Caetano do Sul

RESUMO

Este estudo teve por objetivo realizar a identificação de enterobactérias patogênicas nas águas do Córrego Alvarenga pertencente ao braço do Alvarenga do Reservatório Billings. Como resultados, foram identificados três tipos de enterobactérias: *Shigella sp.*, *Salmonella sp.* e *Escherichia coli*. Essas enterobactérias, ao entrarem em contato com o organismo humano, podem causar gastroenterites e dermatites. A hipótese foi corroborada através de testes microbiológicos feitos em fevereiro de 2020 com amostras de água da Represa Billings que foram coletadas em três locais nomeados como BS (Billings Silvapiana), BJD (Billings Jardim Laura) e BPI (Billings Parque Ideal). Os meios de cultura utilizados foram Caldo Lauril Sulfato (LST), Plate Count Agar (PCA), Caldo Lactosado Verde Brilhante e Bile (VBB) e Ágar Eosina Azul de Metileno (EMB). Também foram analisados os parâmetros físico-químicos, pH e turbidez, que mostraram números acima do permitido. Os resultados foram comparados ao que estabelece a RESOLUÇÃO CONAMA 357/2005. Com todos os resultados obtidos, pode-se compreender que, especificamente nesses três pontos de coleta, não há adequação com os limites de Classe II.

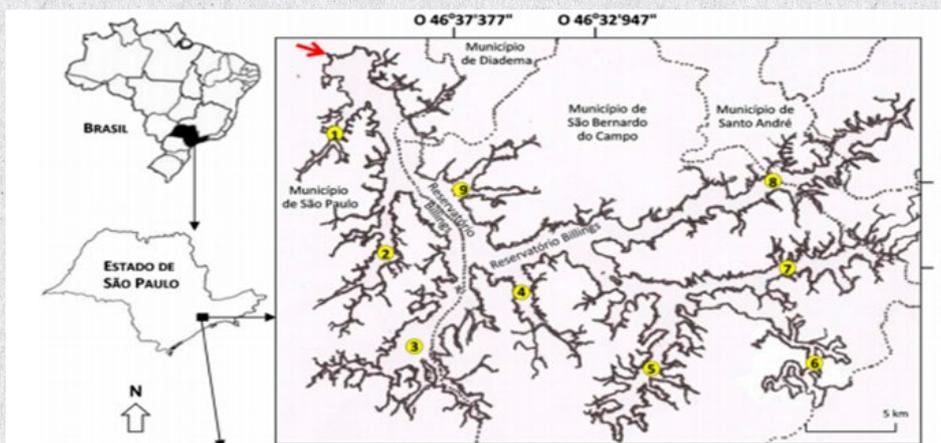
Palavras-chave: Billings; enterobactérias; reservatório.

INTRODUÇÃO

A Represa Billings possui 127 km² de espelho d'água com compartimentos que ao todo reservam nove milhões de litros de água. O conjunto de rios e nascentes que direcionam água para o reservatório estende-se por mais de 580 km² e abrange os municípios de São Bernardo do Campo, Diadema, Ribeirão Pires, Santo André, Rio Grande da Serra e São Paulo. A represa faz limite a oeste com a bacia hidrográfica da Guarapiranga e ao sul com a Serra do mar. Seus principais rios e córregos formadores, como mostra a Figura 1, são: Rio Grande, Ribeirão Pires, Rio Pequeno, Rio Pedra Branca, Rio Taquacetuba, Ribeirão Bororé, Ribeirão Cocaia, Ribeirão Guacuri, Córrego Grota Funda e Córrego Alvarenga (EMAE, 2021).

O reservatório, que foi projetado para armazenar água para a Usina Henry Borden, passou a ser usado também para o abastecimento dos municípios citados. Na Figura 1, observa-se o Mapa de Compartimentos da Represa Billings.

Figura 1. Mapa de Compartimentos da Represa Billings. Fonte: Pompêo & Moschini-Carlos (Org.) Reservatórios que abastecem São Paulo: problemas e perspectivas.



Desde sua criação, em alguns pontos, como é o caso dos coletados neste estudo, o reservatório tem recebido esgotos devido à falta de tratamento, criação de políticas públicas habitacionais e da articulação da sociedade civil que, em muitos casos, foi impelida a ir morar nas regiões do entorno.

Verifica-se constância do despejo de esgotos não tratados diretamente nas águas do reservatório Billings, principalmente nas áreas adensadas que correspondem ao Corpo Central e ao compartimento do Alvarenga.

O presente estudo tem como objetivo verificar a existência de grupos de enterobactérias nas águas de três pontos do Braço do Alvarenga do Reservatório Billings no Município de São Bernardo do Campo: Billings Silvaplana, Billings Jardim Laura e Billings Parque Ideal, e analisar a qualidade da água baseado nos parâmetros de Classe II - Resolução CONAMA 357/2005.

MATERIAIS E MÉTODOS

Cada ponto teve como critério de escolha a proximidade com os bairros, o despejo de esgoto em direção ao reservatório e a pesca constante. Em toda extensão há um grande acúmulo de dejetos, móveis, pequenas navegações e mais uma série de lixos descartados de forma inconsequente. Para as análises microbiológicas e coletas, utilizou-se a metodologia descrita no Guia Nacional de Coleta e Preservação de Amostras. (ANA, 2011).

A Figura 2 apresenta os três pontos de coleta e a Tabela 1 suas coordenadas geográficas.



Figura 2. Mapa dos pontos de coleta na Represa Billings. Fonte: Google Earth (2021) – elaborado pelos autores.

PONTOS DE COLETA

Pontos	Coordenadas Geográficas (WGS-84)
BS – Billings Silvaplane	23°45'30" S / 46°37'54" W
BJDL – Billings Jardim Laura	23°44'37" S / 46°36'32" W
BPI – Billings Parque Ideal	23°45'4" S / 46°37'19" W

Tabela 1. Coordenadas geográficas dos três pontos de coleta.

CARACTERÍSTICAS LOCAIS E ORGANOLÉPTICAS

Billings Silvaplane – BS: Localizado na Estrada dos Alvarengas com diversas chácaras construídas em volta. Nessa extensão é encontrada uma parte mais limpa com uma grande diversidade de peixes, o que atrai muitos pescadores e aves. Não apresenta lixo e nem mau cheiro, segundo a percepção durante as coletas.

Billings Jardim Laura - BJDL: Córrego cujas águas são canalizadas oriundas dos esgotos das moradias do Bairro Jardim Laura e despejadas diretamente na Represa. Por conterem muito sedimento e pela ausência de correnteza, a água é escura, além de apresentar mau cheiro.

Billings Parque Ideal - BPI: Há presença de aves como garças e urubus, uma área de lazer com campo de futebol society, quadra de basquete e pista de skate. Não tem boa preservação, apresenta lixos, embarcações abandonadas, frequentemente são homiziados corpos, além do odor ruim.



Figura 3. A - Vista da Represa de dentro da chácara Silvaplane. B - Esgoto a céu aberto do Jardim Laura. C - Extensão da Represa no bairro Parque Ideal. Fonte: fotos da autora (18/02/2020).

COLETAS

Para a análise das águas da represa Billings, foram coletadas amostras no dia 18 de fevereiro de 2020 em três locais situados na cidade de São Bernardo do Campo, braço Córrego Alvarenga. Em cada ponto foram coletados 45 mL de água e armazenados em três tubos Falcon esterilizados. As amostras foram transportadas em caixa térmica e mantidas em gelo. Na Tabela 2, verificam-se os horários e condições ambientais das coletas.

Ponto	Horário	Temp. atmosférica	Temp. água
BS	06h58	21°C.	25°C
BJDL	08h10	24°C	
BPI	08h53	26°C	

Tabela 2. Horários de coletas e condições ambientais.

ANÁLISES MICROBIOLÓGICAS

Após as amostras serem coletadas, foram levadas e analisadas no Laboratório de Análise Ambiental do Projeto IPH – Índice de Poluentes Hídricos da Universidade de São Caetano do Sul – USCS. No local foram realizadas as análises microbiológicas e de parâmetros físico-químicos, pH e turbidez. (BRASIL, 2013)

A metodologia aplicada neste trabalho é descrita como Metodologia dos Tubos Múltiplos, para coliformes totais ou termotolerantes, em que a quantificação das Unidades Formadoras de Colônias – UFC (medida para verificação da proliferação de bactérias) é realizada e comparada para obtenção de um Número Mais Provável – NMP, utilizando tabelas de probabilidade. (CETESB, 2018)

Segundo Guerra (2016), em uma placa de Petri é possível contar até aproximadamente 300 UFC. O cálculo é obtido pela seguinte equação:

$$\text{Resultado} = \text{Média} \times 1 / (\text{Nível diluição}) \times 1 / (\text{Volume alíquota})$$

Média = Média aritmética dos resultados da contagem de UFC das amostras em triplicata

Nível diluição = 10⁻¹

Volume alíquota = 10⁻³

Os meios de cultivo estão identificados segundo os dados contidos na Tabela 3.

Item	Fabricante/Modelo	Lote
Lauryl Tryotise Broth (LST)	Kasvi K25-610085	82417504
Brilliant Green Broth (VBB)	Kasvi - K25-610010	102717501
EMB - Levine Agar	Kasvi - K25-61001	71216504
PCA - Plate Count Agar	Kasvi - K25-610040	82317507

Tabela 3. Descrição dos meios de cultivo bacteriológico.

O processo de identificação e contagem bacteriológica desenvolvido encontra-se disposto conforme fluxograma da Figura 4.

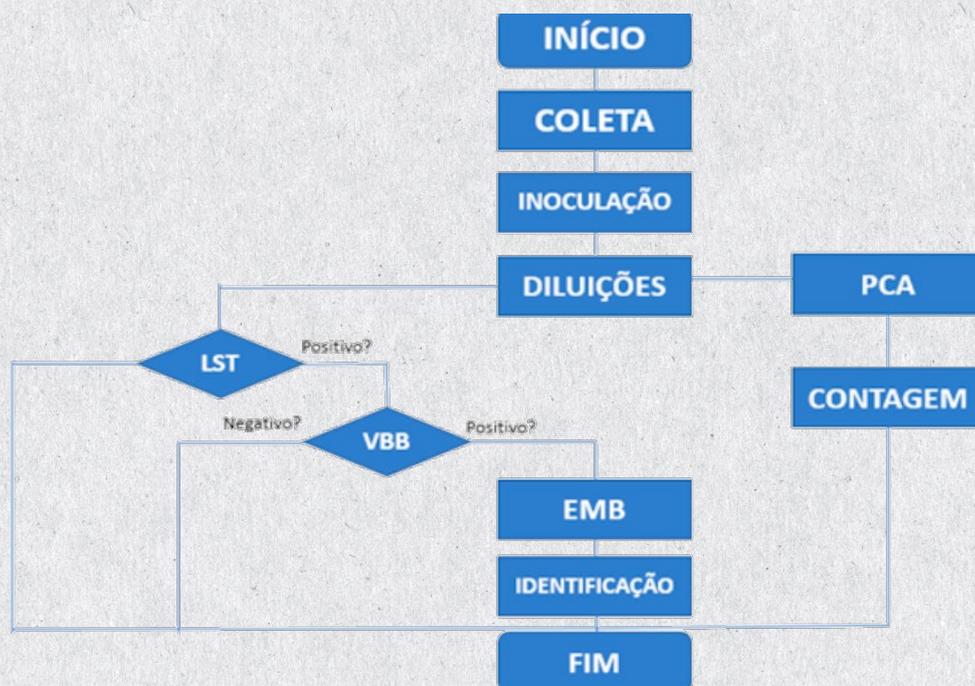


Figura 4. Fluxograma de todo o processo de análise microbiológica. Fonte: criado pela autora (14/04/2021).

ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA

Na análise, foram utilizados os equipamentos, referências e parâmetros descritos na Tabela 4.

Parâmetro	Equipamento Marca: Lovibond	Padrão limite (Classe II)	Unidade
Turbidez	Colorímetro Multiparâmetro MD600	100	NTU
Oxigênio dissolvido	Multiparâmetros	>5	mg/L
pH		6 a 9	-x-
Temperatura Água/Ar		-x-	°C

Tabela 4: Equipamentos, parâmetros e referências para análise.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

ANÁLISE MICROBIOLÓGICA

Após análise, foram identificados os seguintes quantitativos bacteriológicos, conforme os resultados nas Tabela 5 e 6.

Amostra	NMP/ UFCs	Limite Classe II (UFC)
BS	2100	1000
BJDL	240000	
BPI	46000	

Tabela 5. Resultados obtidos do cálculo do NMP para as UFCs de cada ponto.

Amostra	Total	Limite Classe II (UFC)
BS	1800	1000
BJDL	INCONTÁVEIS	
BPI	31000	

Tabela 6. Resultados da contagem das UFCs das aplicações em Placas de Petri com PCA.

Os resultados obtidos demonstram que, nos três pontos estudados, esse parâmetro, ou seja, as Unidades Formadoras de Colônias – UFCs, se encontram acima do que preconiza a legislação, sendo que o limite é de apenas 1.000 UFCs. Desse modo, os valores apresentados no ponto BS estão 2,1 vezes acima do permitido, no ponto BJDL os valores estão 240 vezes e no ponto BPI estão, em média, 40 vezes acima do que preconiza a legislação.

A confirmação do despejo de esgoto doméstico não tratado diretamente nas águas dos pontos estudados se deu a partir da identificação dos grupos de enterobactérias que se proliferaram durante esta pesquisa: *Escherichia coli* (Figura 5A), *Shigella* (Figura 5B) e *Salmonella* (Figura 5C).



Figura 5. Crescimento bacteriano em EMB. A – Placa com proliferação de *E.coli*. Remetem reflexos verde neon e alguns pontilhados. B - Placa com proliferação de *Salmonella*. Aparência pontilhada e incolor. C - Placa com proliferação de *Shigella*. Apresenta textura leitosa e incolor. Fonte: foto da autora (02/03/2020).

As amostras descritas como positivas obtidas dos tubos em VBB no momento das análises, das que foram inoculadas em placas em EMB, obteve-se os seguintes resultados nos três pontos de coleta (Tabela 7, 8 e 9). A quantidade de X está de acordo com a quantidade encontrada.

AMOSTRA	SALMONELLA	E.COLI	SHIGELLA
10/jan	Não identificado		
10/fev		X	XX
10/mar	X		XX

Tabela 7. Resultados do primeiro ponto de coleta nas placas de EMB – BPI.

AMOSTRA	SALMONELLA	E.COLI	SHIGELLA
10/jan	X	XXX	XXX
10/fev	XX	X	XXX
10/mar	Não identificado		

Tabela 8. Resultados do segundo ponto de coleta nas placas de EMB – BJDL.

AMOSTRA	SALMONELLA	E.COLI	SHIGELLA
10/jan	X		XX
10/fev	X	XX	XX
10/mar	Não identificado		X

Tabela 9. Resultados do terceiro ponto de coleta nas placas de EMB – BS.

RESULTADOS FÍSICO-QUÍMICOS

Os dois parâmetros analisados, pH e turbidez são indicadores de qualidade da água sob aspectos físicos e químicos que reconhecem números permitidos para consumo humano. Foram medidos em aparelhos específicos descritos na metodologia e os resultados obtidos estão na Tabela 10.

AMOSTRA	pH	TURBIDEZ (NTU)
BS	6.82	40.6
BJDL	6.47	14.9
BPI	6.61	13.9

Tabela 10. pH e turbidez medidos por aparelhos específicos.

Os resultados não ultrapassaram a média, alternando apenas um pouco os números, sendo o número mais alto no ponto BS, com 6.82; 6.61 no ponto BPI e 6.47 no ponto BJDL. Pode-se compreender que todos os resultados estão em números aceitáveis e apresentam neutralidade, diferente dos resultados obtidos sobre a turbidez. O valor máximo permitido é de 1,0 (NTU) para água subterrânea desinfetada e água filtrada, 5,0 (NTU) como padrão para consumo humano e 2,0 (NTU) para filtração lenta. (BRASIL, 2005)

Nos três pontos de coleta, todos os resultados foram extremamente altos para o permitido. O primeiro ponto, BS, obteve 40.6 NTU, o ponto BJDL, 14.9 NTU e por último, BPI com 13.9 NTU. Assim, verifica-se que em nenhum dos pontos coletados a turbidez estava de acordo com os valores permitidos citados.

Compreende-se com esses resultados que a água está imprópria para alguns tipos de uso, entre eles banho livre e ingestão. Com exceção do ponto BJDL, que é esgoto a céu aberto, parte da população usufrui dos outros dois pontos para lazer. Em comparação, o ponto BS apresenta menor contaminação. É, de fato, uma área conservada pelos moradores e com proliferação de diversas espécies de peixes. O ponto BPI é também utilizado para pesca, banhos e passeios de barcos e lanchas, práticas que deveriam ser reconsideradas pelos moradores, já que, além dos parâmetros de qualidade ultrapassarem os limites permitidos para consumo, a degradação da área é bem visível.

CONCLUSÕES

Os resultados obtidos nas análises microbiológicas realizadas na perspectiva de comprovar a existência de enterobactérias patogênicas em quantidades maiores do que as aceitáveis nos três pontos de coleta - Silvaplana, Bairro Jardim Laura e Parque Ideal - do compartimento Córrego Alvarenga, corroboram com a hipótese inicial, confirmando que os índices encontrados são preocupantes para a população moradora do entorno desses três pontos, além de compreender que o uso livre dessas águas para banhos, lazer e ingestão não são recomendáveis, conforme estabelecidos parâmetros para a Classe II - Resolução Conama 357/2005.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS [ANA] (2011) Guia nacional de coleta e preservação de amostras: água, sedimento, comunidades aquáticas e efluentes líquidos 326 p Brasília-Brasil.

EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. Histórico. São Paulo: EMAE, (s.d.). Disponível em: <http://www.emae.com.br/conteudo.asp?id=Historico>. Acesso em: 04 Abr.2021.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE [CONAMA] (2005) Resolução no. 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos d'água e as diretrizes ambientais para sua classificação, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes e dá outras providências. Publicação DOU nº. 053 18/03/2005 p. 56-68. Disponível em: <http://www>.

mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=43.

NORMA TÉCNICA L5.202 (2018) Coliformes totais, coliformes termotolerantes e Escherichia coli - Determinação pela técnica de tubos múltiplos, 5ª Ed, 29 p. Companhia de Tecnologia Ambiental [CETESB], São Paulo.

BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE [FUNASA] (2013). Manual prático de análise de água. Brasília - 4. ed. 150 p.

GUERRA, A. F. (2016) Métodos de contagem microbiana. Ed. Valença, 1ª Edição, 28p. Disponível em <www.microbiologia-de-alimentos.com> Acesso em: 20 Jun 19.

INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE-ESCOLA: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE

EVERTON VIESBA
LARA SANTANA CORREIA COSTA
MARILENA ROSALEN
Universidade Federal de São Paulo

INTRODUÇÃO

O Programa de Extensão Universitária “Escolas Sustentáveis” (PES) tem relevante contexto social e histórico, construído a partir de significativas experiências em projetos de iniciação à docência desde 2012, possui natureza interdisciplinar no trabalho com o tema “educação para sustentabilidade”, as ações e projetos se originam a partir de 4 eixos que são pilares do projeto-base, Currículo, Ensino, Gestão e Formação.

O objetivo maior Extensão Universitária “Escolas Sustentáveis” é integrar a universidade e a escola utilizando como eixo a sustentabilidade. Além disso, o programa preza por construir e desenvolver coletivamente cursos de formação, minicursos, palestras, ações e projetos extensionistas que estimulem a inserção de práticas sustentáveis na comunidade escolar e universitária e fomentem a práxis – reflexão-participação-ação dos participantes para transformação do espaço em que vivem, possibilitando às escolas a transição para que se constituam como espaços educadores sustentáveis.

Espaços educadores sustentáveis são espaços com intencionalidade pedagógica de se constituírem em referências de sustentabilidade socioambiental, articulando currículo, gestão e espaço físico. Esses espaços educadores sustentáveis pretendem educar pelo exemplo e irradiar sua influência para as comunidades nas quais se situam, promovendo a transição para a sustentabilidade. Para isso, os espaços desenvolvem processos educativos permanentes e continuados, capazes de sensibilizar a comunidade escolar para a construção de uma sociedade de direitos, ambientalmente justa e sustentável. O diálogo é ter a forma de comunicação que não seja excludente para com a diversidade de pessoas dentro do âmbito escolar e local (TRAJBER; SATO, 2010). Desse modo, nota-se a íntima relação entre o Programa de Extensão Universitária “Escolas Sustentáveis” e a construção de uma escola sustentável no que tange, principalmente, a integração entre universidade e escola. A ação do Programa de Extensão Universitária “Escolas Sustentáveis” torna-se imprescindível nesse processo crucial de integração.

DESENVOLVIMENTO

O Programa de Extensão Universitária “Escolas Sustentáveis” tem como objetivo o desenvolvimento coletivo de oficinas pedagógicas, intervenções, cursos de formação inicial e continuada, palestras, ações e projetos extensionistas que estimulem a inserção da Sustentabilidade na comunidade de Diadema e região. Ações que fomentem a práxis – reflexão-participação-ação dos participantes para transformação do espaço em que vivem, possibilitando a transição para que se constituam como espaços educadores sustentáveis. Em 5 anos de desenvolvimento, o programa já atingiu diretamente mais de 7 mil pessoas em ações como curso de formação continuada para professores, oficinas pedagógicas para escolas do Grande ABC, palestras em

empresas, associações e universidades.

Compreende-se que a educação é o principal campo de formação, sensibilização, conscientização e transformação do indivíduo e coletivo, e por este motivo, se torna também a chave e caminho para a construção de sociedades sustentáveis, o que faz jus à existência do Programa de Extensão Universitária “Escolas Sustentáveis”. O programa traz benefícios para a universidade ao possibilitar que ela seja mais sustentável, informando a comunidade sobre a separação de resíduos, redução e seu destino. A comunidade externa é beneficiada por meio da recepção das informações produzidas pela comunidade acadêmica. Como aluno, os benefícios são múltiplos, o aumento do conhecimento da sociedade na qual estou inserido aumenta a percepção sobre a graduação e responsabilidade social, enquanto discente e pessoa que difunde o conhecimento e informação. Nesse enriquecimento acadêmico habilidades como trabalhar em grupo e lidar da melhor forma com pessoas são aperfeiçoadas.

Desde o início do Programa de Extensão Universitária “Escolas Sustentáveis” há 5 anos, há o desenvolvimento de inúmeros projetos e atividades com a fim de atingir os objetivos anteriormente mencionados. No início do programa, as atividades eram realizadas presencialmente nas escolas e com maior enfoque nos estudantes.

Foram realizadas ações como a Oficina Pedagógica Nosso Consumo, Nossa Pegada com foco em trabalhar a questão do consumismo, publicidade infantil, pegada ecológica e consumo sustentável; Oficina Pedagógica Conhecendo as Problemáticas e Potencialidades Socioambientais (escolas e universidades) com foco em levantar e pontuar as principais problemáticas e potencialidades de determinado espaço, para a partir disso, propor um conjunto de ações de forma coletiva; Oficina Pedagógica Construindo um Futuro que visou construir coletivamente soluções e propostas para as principais problemáticas socioambientais do espaço (escola, comunidade, universidade); entre outras. Além disso, ainda como foco a integração universidade-escola, houve a realização de cursos como o Curso Educação Ambiental para a Sustentabilidade voltado à profissionais; Curso Construindo Espaços Educadores Sustentáveis, desenvolvido para professores e alunos, oferecido em conjunto ou em etapas; Curso Educação e Consumo Sustentável que foi oferecido para profissionais, professores, pais ou alunos, visando discutir sobre os padrões de consumo, publicidade, mídia, e estratégias para repensar nossos hábitos.

Além disso, diversas outras atividades em sala de aula, como planos de aula temáticos para aulas pontuais ou contínuas. E ainda palestras com temas diversos dentro do escopo do programa, ministradas por professores doutores, mestrandos, graduados e graduandos do programa e parceiros da comunidade. No início de 2020, com a pandemia do novo coronavírus, o objetivo do Programa de Extensão Universitária “Escolas Sustentáveis” não poderia ser deixado de lado. Mais do que nunca, viu-se como as produções da universidade devem ser levadas de volta às escolas e comunidades a fim de garantir informações verídicas e combater as fake news.

Por isso, na pandemia, o programa precisou trabalhar a sustentabilidade, em março de 2020, com a pandemia do Coronavírus, mais de 2/3 dos estudantes do mundo deixaram de ir às escolas de maneira presencial, bem como professores, pesquisadores e outros profissionais da educação. Nesse novo cenário, no qual estudantes e professores não tiveram tempo hábil para planejamento e adaptação para o ensino remoto emergencial, foi imprescindível a atuação do Programa de Extensão Universitária “Escolas Sustentáveis” no âmbito mais lexical da palavra sustentabilidade, como meio de criar formas, métodos e possibilidades que dessem subsídios para professores e estudantes lidarem com o novo cenário educacional.

Então a sequência de atividades do programa baseou-se em encontros e palestras que

dessem subsídios aos professores para trabalharem no ensino remoto emergencial de maneira satisfatória. Desse modo, as ações foram online e com abrangência nacional e internacional com a realização de três edições do Ciclo de Encontros Formativos da Comunidade Movimentos Docentes e duas edições da Jornada Pedagógica.

Esses eventos consistiram em encontros semanais pelo Google Meet ou pelo Youtube com professores convidados especialistas no assunto da semana com o intuito de auxiliar professores e estudantes a lidarem com as atividades domiciliares emergenciais, com as ferramentas e com as tecnologias digitais, além de abordarem outros diversos temas pertinentes à educação e ao novo cenário, como iniciação científica, ensino remoto na educação infantil, cultura maker, matemática na educação de jovens e adultos, educação inclusiva e cinema na educação.

CONCLUSÃO

As ações extensionistas promovidas pelo Programa de Extensão Universitária “Escolas Sustentáveis” têm contribuído para a integração universidade-escola bem como ultrapassando os muros da escola e integrando-se com a comunidade. As oficinas e cursos realizados de maneira presencial levou os participantes a compreenderem os problemas socioambientais e se perceberem tanto parte do problema, como também parte da solução. Além disso, as ações levaram as escolas a se entenderem e se reconhecerem como espaços educadores de fato, com ações pedagógicas intencionais e conscientes do papel social no que tange à sustentabilidade. Já nas últimas ações do programa, mesmo de maneira remota, houve a preocupação em manter o foco de integração universidade escola ressignificando a palavra sustentabilidade e mantendo o objetivo de vínculo crucial para o bem estar da sociedade. Por fim, a integração universidade-escola por meio de ações extensionistas leva a sociedade como um todo a uma melhor conscientização e noção dos problemas e soluções socioambientais da realidade em que vivemos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal no. 9394/1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). 1996.

SACRISTÁN, Gimeno, GÓMEZ, A. I. Péres. Compreender e transformar o ensino. 4.ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

VIESBA-GARCIA, Everton; CAMELO, Clemil de Sousa; ROSALEN, Marilena de Souza. Programa Escolas Sustentáveis: Construindo Espaços Educadores Sustentáveis na Escola e Universidade. In: BAGGIO, Vilmar. (Org.). Rumos da Educação. 2ed. Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2019, p. 227-240

JUSTIÇA RESTAURATIVA NO AMBIENTE ESCOLAR – PREVENÇÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA

PRISCILLA KELLY DE QUEIROZ MOURA ALVES
THIAGO LUIZ SARTORI
Universidade Anhanguera

RESUMO

Considerando os altos índices de violência nas escolas brasileiras, sobretudo aquelas localizadas em regiões periféricas onde a desigualdade sobressai, a mediação de conflitos dada pela justiça restaurativa, construída por meio da corresponsabilização entre os indivíduos na comunicação não violenta tem se tornado uma poderosa aliada no processo de transformação do ambiente escolar, não somente na mediação, mas, inclusive na prevenção de novos conflitos, trazendo uma convivência harmoniosa e uma cultura de paz para a escola e sociedade onde se tem a aplicação desse instrumento.

Palavras-chave: mediação de conflitos; justiça restaurativa; comunicação não violenta.

INTRODUÇÃO

A justiça restaurativa normalmente é utilizada no âmbito jurídico, civil e criminal a fim de evitar um processo judicial formal buscando um acordo entre as partes envolvidas em uma situação conflituosa, entretanto, diversas pesquisas têm mostrado que esse instrumento pode e deve ser utilizado como prevenção e mediação de conflitos em diversas organizações contemporâneas, entre eles, o ambiente escolar.

No Brasil, embora tenhamos avançado no processo de democratização, existe a consciência de estarmos longe de uma sociedade justa e de um Estado Democrático que tenha os interesses do povo na centralidade das suas ações, para amplo benefício desses. O país, conhecido internacionalmente pelos altos índices de violência, tem a justiça retributiva como punição aos crimes, com a pena. Entretanto, o Código Penal Brasileiro adota o sistema misto que ao mesmo tempo retribui e previne, pois está claro que o castigo por si só não transforma aquele que delinque ou evita que outros o façam. (SANTOS & GOMIDE, 2014)

Ao que tange à conduta relacionada aos conflitos surgidos nos ambientes escolares, especificamente aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, propõe-se a justiça restaurativa como mecanismo indispensável de aperfeiçoamento da jurisdição e do acesso à justiça, dado sobretudo através da comunicação não violenta onde o diálogo é o principal meio de se chegar a conciliação entre as partes envolvidas. (MARTINS et al. 2017)

Pesquisas como a de Slakmon et al (2005), apontam que o modelo restaurativo, se bem aplicado, pode constituir um importante instrumento para a construção de uma justiça participativa que opere real transformação, abrindo caminho para uma nova forma de promoção dos direitos humanos e da cidadania, da inclusão e da paz social, tão necessária para a qualidade de convivência nas diversas instituições.

É possível comprovar, ainda, que dentro do contexto escolar a criação de espaços para realização de práticas restaurativas no enfrentamento de diferentes tipos de conflitos, de questões

disciplinares ou de situações de violência (envolvendo eventuais atos infracionais referidos a delitos de menor potencial ofensivo) podem ser resolvidos por meio de círculos facilitados e organizados por pessoas da própria escola. (MARTINS et al. 2017)

Os ambientes escolares que já possuem práticas de justiça restaurativa revelam que é possível reestabelecer a convivência harmoniosa e pacífica através de tais ações, em considerável número de participantes, dentre os ofendidos, ofensores e demais envolvidos, através do círculo onde capacitadores e facilitadores enfatizam a corresponsabilização ao invés da punição. O fortalecimento dos vínculos como prevenção da violência pelos espaços de diálogos criados nas instituições escolares tende a acontecer, respeitados os hábitos e costumes locais e ao serem disseminados princípios e valores restaurativos como a empatia.

A Agenda 2030 da ONU em seu objetivo 16 visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionando o acesso à justiça para todos, construindo instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis (ONU, 2015). Dessa forma, pensar a justiça restaurativa no ambiente escolar alinha-se à proposta de desenvolvimento da paz por intermédio da prevenção de situações conflituosas e promoção constante da justiça através da escuta ativa, como na comunicação não violenta, compreensão e ações definidas em coletividade por meio de todos os envolvidos.

OBJETIVO

Verificar a eficácia da atuação da justiça restaurativa em ambientes escolares para a prevenção e mediação de situações conflituosas, visando sobretudo a restauração da dignidade dos atores envolvidos por meio da escuta ativa e diálogo que ocorre nesse processo.

METODOLOGIA

Foi realizado um levantamento bibliográfico a respeito do assunto abordado em livros e periódicos.

CONCLUSÃO

Em virtude do que foi mencionado, entende-se que a prática da justiça restaurativa nas escolas gera impacto positivo tanto para os envolvidos em um conflito como para a sociedade como um todo, pois através da comunicação não violenta dada pela escuta sensível e o diálogo – em que todos são incluídos – a corresponsabilização e a empatia conduzem os sujeitos, na maioria das vezes, para a construção de um ambiente harmonioso e de uma cultura de paz onde estiverem inseridos. Sugerimos, ainda, que, para uma maior efetividade nessas ações, hajam oportunidades de formação para que diferentes profissionais da educação, sobretudo professores e gestores, apropriem-se e disseminem a justiça restaurativa nessas instituições.

REFERÊNCIAS

MARTINS, P. F. de M, MARQUES, J. F. & GUIMARÃES, H. M. Educação e Justiça Restaurativa – Os desafios na resolução de conflitos no ambiente escolar. Revista Esmat, 8 (11), 11-28. 2017.

ONU – Plataforma Agenda 2030. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015. Acesso em Janeiro de 2020. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods16/>>

SANTOS, M. L dos; GOMIDE, P. I. C. Justiça restaurativa na escola – Aplicação e avaliação do programa. Ed. Juruá. Curitiba, 2014.

SLAKMON, C. VITTO R. De & PINTO, R. G. Justiça Restaurativa. Brasília – DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2005.

MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS E DA ARQUITETURA DO ABC PAULISTA: UM ESTUDO SOBRE A CIDADE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

FRANCELI GUARALDO
LAÍS DE CARVALHO MACEDO
Universidade Municipal de São Caetano do Sul

INTRODUÇÃO

Esse trabalho procura contribuir com a pesquisa “Memórias e Representações dos Espaços Urbanos, da Arquitetura e do Design das Cidades do ABC Paulista” que, por sua vez, está inserida num projeto maior denominado “Memórias do ABC”, no qual está sendo desenvolvida uma pesquisa sobre memória e o patrimônio cultural das cidades da região do ABC e trata especificamente da memória e sua relação com os espaços urbanos, a arquitetura e o design das cidades do ABC.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 216, define como “patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988).

Dessa forma, patrimônio e cultura são conceitos interrelacionados, sendo que o patrimônio cultural está diretamente relacionado com a memória social, a cultura, e envolve a preservação de significados, o que ocorre por meio dos artefatos materiais e/ou saberes, fazeres e práticas existentes na vida social que podem se constituir em referências que remetem à identidade e à memória de grupos específicos, sendo um recurso para o desenvolvimento das cidades.

Lugares e memórias da cidade são fundamentais para a configuração das comunidades, das culturas, das práticas sociais e comunicativas, sendo que a cidade está impregnada de memórias e significados, e guarda indícios ou traços que sintetizam experiências e vivências ao longo da história, como uma escritura, composta de modos de viver diferenciados e múltiplas temporalidades e/ou um palimpsesto que articula o passado e o futuro, atravessando o presente. Tendo como ponto de partida o próprio conceito de patrimônio, é necessário identificar e considerar, além dos bens de caráter monumental, aqueles que são significativos e representativos da memória dos diversos grupos sociais e da comunidade que vive na cidade de São Bernardo.

1.1 Pergunta Problema e Objetivos

Quais são as representações formuladas nas memórias narradas por moradores da cidade de São Bernardo do Campo sobre os espaços urbanos e a arquitetura dessa cidade? E, como essas representações se apresentam nas imagens fotográficas? Os objetivos gerais desta pesquisa consistem em levantar, analisar e compreender a contribuição da memória social relacionada aos espaços urbanos e à arquitetura para o patrimônio cultural material e valorização da identidade cultural da região do ABC Paulista.

Dessa forma, torna-se necessário identificar narrativas orais de histórias de vida de moradores da cidade de São Bernardo do Campo e identificar registros iconográficos, notadamente

os registros fotográficos realizados pelos próprios moradores, considerando-se as manifestações ligadas à arquitetura e ao urbanismo que envolvem as edificações e os espaços urbanos da cidade.

JUSTIFICATIVA

A pesquisa articula as questões da memória, identidade e cultura material das cidades da região do ABC e particularmente da cidade de São Bernardo do Campo, considerando que existe uma relação direta entre memória e identidade, sendo que uma nutre a outra produzindo uma trajetória e uma narrativa de vida. Através do processo de narrar, as pessoas ordenam e tornam coerente os acontecimentos significativos e experiências de sua vida que se situam no espaço e no tempo.

Esse contexto está alinhado com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU para 2030, que traz no número 11 a proposta de pensar as cidades e comunidades sustentáveis a fim de torná-las cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Como parte desse objetivo, estão as propostas de “fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo” (ODS 11.4, da ONU). A perspectiva da identidade social se alinha com os objetivos sustentáveis da Agenda 2030 da ONU de tornar os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem metodológica qualitativa, de nível exploratório e descritivo, e o seu delineamento envolve a pesquisa documental com a identificação de memórias em narrativas orais de história de vida de moradores da cidade de São Bernardo e região do ABC, relacionando tais memórias aos registros fotográficos existentes sobre a Cidade. Na primeira etapa, que antecedeu a pesquisa documental, foi realizado um levantamento de referências teóricas e análise comparativa de estudos e pesquisas aplicadas na área de patrimônio, memória social e representações do espaço urbano, selecionando-se referências que abordam uma contextualização geral sobre o espaço urbano, fundamental para compreender como essas representações e a memória social interferem na maneira como as pessoas interagem e constroem vivências no meio urbano; assim como a análise de uma produção literária mais específica e focada, cujo objeto é tratar desses reflexos da interação espaço-pessoas na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo.

Na segunda etapa do trabalho, foi realizada a pesquisa documental com a busca, seleção e análise de narrativas orais e de registros fotográficos junto ao sistema digital HiperMemo, que é o Acervo HiperMídia de Memórias da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), associada às narrativas postadas no perfil “Fotos Antigas de São Bernardo do Campo”, e a pesquisa dos registros fotográficos foi realizada no sistema digital de memória e acervo online do Centro de Memória do município de São Bernardo do Campo.

Na terceira etapa, os depoimentos encontrados no HiperMemo e na rede social foram associados aos registros fotográficos do acervo online do Centro de Memória de São Bernardo do Campo e da rede social. Os resultados obtidos sistematizados e apresentados através de mapas,

quadros de referência e trechos extraídos de narrativas orais de depoentes e/ou comentários de moradores foram articulados com os registros fotográficos encontrados sobre a Cidade.

RESULTADOS OBTIDOS

A partir dos relatos coletados no acervo do HiperMemo, é possível observar que nas memórias expressas nas narrativas orais de história de vida dos depoentes existe uma grande associação entre fatos e lugares relacionados à história e à identidade cultural local, tais como o Teatro Cacilda Becker, a Companhia Vera Cruz, o Cine São Bernardo, rádios locais e outros espaços urbanos do centro da cidade de São Bernardo a partir da década de 1950. A pesquisa no acervo do Centro de Memória de São Bernardo do Campo evidencia também uma correspondência dos registros fotográficos de lugares e edificações da cidade com os evocados pela memória através das narrativas orais, o que enfatiza a importância dos espaços, lugares, artefatos e das relações do cotidiano que interferem na memória, nas experiências e vivências dos moradores da cidade de São Bernardo, conforme indicam os estudos de Lynch (2011), Kossoy (2016) e Possamai (2008). A partir dos resultados obtidos com as narrativas orais e registros fotográficos é interessante verificar também que alguns dos espaços/locais e edificações que fazem parte da memória e das vivências de moradores da cidade e que foram evidenciados nos relatos, comentários e fotografias já se encontram valorizados e tombados como patrimônio cultural de São Bernardo do Campo, como é o caso de edificações situadas na área central da Cidade, como o edifício Sr. José Pasin (antigo Cine São Bernardo), a Capela Santo Antônio, e o pavilhão da Companhia de Cinema Vera Cruz, que se constitui como espaço referencial da memória artística e cultural da comunidade da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lugares e memórias da cidade são fundamentais para a configuração das comunidades, das culturas e das relações sociais, sendo expressos através de narrativas orais de história de vida e de representações fotográficas, que surgem como método e fonte para estudos sobre memória e cultura, fomentando a valorização do patrimônio cultural das cidades.

Desse modo, essa pesquisa, oriunda de demanda social ancorada na realidade, deve auxiliar na elaboração de ações de comunicação para o patrimônio cultural da cidade de São Bernardo do Campo e da região do ABC como um todo, propiciando uma melhoria da qualidade de vida dessas comunidades locais e reforçando nessas comunidades o senso de pertencimento às próprias cidades em que vivem.

REFERÊNCIAS

FACEBOOK. Fotos Antigas de São Bernardo do Campo. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/1698118567066852>> Acesso 19 Agosto 2021.

KOSSOY, Boris. Fotografia e Memória: Reconstituição Histórica Através da Fotografia. In: KOSSOY, Boris. Realidades e Ficções na Trama Fotográfica. 5.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2016.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). 17 objetivos para transformar nosso mundo. Agenda ODS 2030. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/pos2015/> Acesso 18 Agosto 2021.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. Memória e Acervo Online. Disponível em: < <https://memoria.saobernardo.sp.gov.br/pages/home.php> > Acesso em 18 Agosto 2021.

PORTAL HIPERMEMO. HiperMemo – Acervo Multimídia de Memórias do ABC. Página Inicial. Disponível em: <<http://hipermemo.uscs.edu.br>> Acesso em: 18 Agosto 2021.

PORTAL PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. COMPAHC. Disponível em: < <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/sbc/compahc> > Acesso em 18 Agosto 2021.

POSSAMAI, Zita Rosane. Fotografia, História e Vistas Urbanas. História, São Paulo, 27 (2), p. 253-277, 2008.

THOMPSON, P. História oral e contemporaneidade. História Oral, [S. l.], v. 5, 2009. Disponível em: < <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/47> > Acesso em: 01 Agosto 2021.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho foi financiado pelo Programa de Pesquisa e Iniciação Científica da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

O DESAFIO DE PROMOVER E ASSEGURAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS PRÁTICAS ESCOLARES: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA FAMÍLIA E DOS PROFESSORES

ADIL MARGARETE VISENTINI KITAHARA
BERNARDETE BEZERRA SILVA IMONIANA
Centro Universitário Fundação Santo André

OBJETIVO

O ser humano normalmente tem dificuldades de aceitar o “diferente” e ao longo da história da humanidade, o que parecia impossível, a convivência entre alunos com deficiência e os ditos “normais” está acontecendo, mesmo que a passos lentos e não muito certos. A inclusão por força da lei está no dia a dia das escolas.

A Educação Inclusiva é atualmente uma proposta essencial para a construção e desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, em que as diferenças sejam consideradas e respeitadas.

Destacamos inicialmente os benefícios que a cidade de Santo André tem promovido para a Educação Inclusiva: o programa educacional TiX Letramento, que utiliza tecnologia para inclusão de crianças com deficiência, beneficiando cerca de 500 alunos da rede municipal desde março de 2020.

A utilização do programa TiX Letramento desenvolve competências e habilidades de leitura, produção de textos e cálculos matemáticos, além de ampliar as possibilidades de acessibilidade, comunicação, criatividade, de empoderar e garantir autonomia, oferecendo possibilidade de independência e ampliação de horizontes aos alunos com deficiências físicas, motoras ou cognitivas. A rede municipal de ensino de Santo André conta com 22 salas de Recursos Multifuncionais. Diante desses dados, verificou-se o esforço, assim como de outras localidades do país para tornar a Educação Inclusiva uma realidade e não somente uma lei a ser cumprida.

Ao longo dos últimos anos, o ingresso de alunos com deficiência gerou reflexos nas práticas da docência em todos os graus de ensino. Surgiram, assim, indagações sobre como foi feita e implementada a Educação Inclusiva e, associada a esta, como foi a prática da docência com os alunos inclusos. Vivenciamos atualmente um crescimento populacional mundial. No Brasil observamos que não foi diferente esse aumento populacional desordenado, principalmente nas grandes cidades.

A partir da Constituição de 1988, o Brasil começou a privilegiar a discussão sobre a cidadania. Esses problemas, que poderíamos chamar de problemas urbanos, têm sido tratados pela mobilização social por meio de associações de bairros. Surge então o Terceiro Setor como um mercado social formado por ONG's e organizações congêneres.

A partir de 2013, firmou-se uma parceria da Associação do Bairro com uma Escola Estadual de Ensino Fundamental em uma cidade da Grande São Paulo, conhecida como “cidade dormitório” porque grande parte de sua população é composta por trabalhadores que atuam na metrópole de São Paulo. O trabalho foi realizado por uma psicóloga que desenvolveu atividades com alunos, professores e direção da escola juntamente com familiares e comunidade do entorno.

Diante do exposto, essa profissional, os professores e a direção da escola solicitaram a apresentação da pesquisa sobre Educação Inclusiva. A presente pesquisa relata as práticas de ações desenvolvidas em escolas da Rede Pública da Grande São Paulo e tem como principal

objetivo caracterizar a família e os professores sobre as representações sociais de alunos com deficiência e a educação inclusiva.

A análise dos dados coletados foi fundamentada na teoria das Representações Sociais de Moscovici. A metodologia qualitativa fez uso de entrevistas com 14 professores e 2 grupos focais com coordenadores pedagógicos. Dos professores entrevistados, quase todos revelaram experiência (entre 2 e 32 anos de profissão) com alunos inclusos, sendo que somente um não possuía pós-graduação.

As entrevistas foram analisadas de acordo com as categorias: Formação e Experiência, Alunos com deficiência, Preconceito, Coordenação e Educação Inclusiva, Docência e Dificuldades Políticas Públicas e Trabalhos bem-sucedidos e o Encontro do Participante com a Entrevista. Nos Grupos Focais as categorias foram: Atuação Profissional a saber: Gestão Escolar na Atuação Profissional, Rotina e Educação Inclusiva, Projeto Político Pedagógico e O Profissional Diante do Preconceito. Os Alunos com Deficiência: Análise de Casos de Inclusão entre a Gestão e os Professores e Capacitação dos Professores de Alunos Com Deficiência pelos Gestores Escolares, além de Casos Bem-Sucedidos e Casos ou Situações Não Muito Satisfatórios.

Os temas abordados pelos participantes foram: o aluno com deficiência, capacitação profissional, entendimento das diversas patologias, troca de informações entre pares, locais de ajuda e apoio pedagógico para alunos, dificuldades na prática e na docência da educação inclusiva, práticas pedagógicas direcionadas para melhor atendimento aos alunos com deficiência e o preconceito.

As dificuldades na prática da Educação Inclusiva foram: quantidade de alunos por classe, falta de estagiária, falta de material, falta de apoio da escola e do órgão competente, falta de conhecimento, falta de capacitação, capacitações muito burocráticas, dificuldades de ordem emocional e a barreira do preconceito.

As dificuldades na prática da docência da Educação Inclusiva foram apontadas: os alunos laudados e os não laudados, entendimento e o procedimento diante da patologia, falta de preparo, sempre é um desafio, não conseguir dar a atenção ao aluno, passar o conhecimento para que os alunos com deficiência entendam, dúvidas de como elaborar os procedimentos pedagógicos e não temos só os alunos inclusos, temos todos.

As práticas da Educação Inclusiva, algumas inovações ou nem tanto são: Portfólio, Alfabeto Móvel, Quadro da rotina, Material Dourado, Atividades em duplas, Histórias, Registro das atividades, Avaliação do aluno de acordo com suas potencialidades, Docência compartilhada e Classificação de acordo com sua idade social.

A pesquisa apresentou algumas dificuldades metodológicas a saber: resistência de autorização para a realização pelo Órgão Público, dificuldades para acesso às escolas, professores indicados pela gestão para realizarem as entrevistas, tempo e o espaço limitados e conturbados para as reuniões dos grupos focais, problemas de disciplina, organização e acesso tornaram-se assim um paradoxo diante da busca e do direito para os alunos com deficiência.

O estudo aqui registrado tem um caráter exploratório, mas diante das dificuldades pode propiciar importante reflexão. Como caso bem-sucedido de Educação Inclusiva destacou-se a alfabetização de aluno autista através do computador, assim ressaltamos a importância da cidade de Santo André utilizar o programa TiX na Educação Inclusiva.

Como considerações finais, entre outras, destacaram-se: o quadro de lições e desafios na presente pesquisa demonstrou que os gestores públicos, educadores, funcionários e alunos com deficiência e familiares devem ser incluídos num processo de escola promotora de saúde, ou seja,

a formação de uma comunidade “aprendente”.

O atual cenário da Educação Inclusiva deve ser debatido, questionado, fundamentado nas determinações internacionais, legislado nas instâncias Federal, Estadual e Municipal, entre tantos aspectos e materializado em um espaço democrático, de respeito à diversidade, para que o processo ensino-aprendizagem e sociocultural integre a educação de todos.

Apesar de qualquer deficiência, as crianças, os jovens e os adultos precisam estudar, não importando sua condição.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos com necessidades especiais na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. (5 vols.).

ARÁOZ, S. M. M. Inclusão de alunos com deficiência múltipla: análise de um programa de apoio. Orientador: Maria da Peidade Resende da Costa. 2009. 206 f. Tese (Doutorado em educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2009.

BLEGER, J. Temas de psicologia entrevista e grupos. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 12 jan. 2022.

CARVALHO, R. E. Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”. 4. ed. Porto Alegre: Medicação, 2006.

CUSTÓDIO, E. M.; KITAHARA, A. M. V. A inclusão e as representações sociais dos professores: uma revisão da literatura. Boletim Academia Paulista de Psicologia, v. 37, n. 92, p. 79-93. 2017.

DECLARAÇÃO de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade. Salamanca, ES, 1994. Disponível em: http://redeinclusao.pt/media/fl_9.pdf. Acesso em: 12 jan. 2022.

GALERY, A.; VIEIRA, P.; RUBINSTEIN, E.; AMARO, D. G.; PINTO, A. A escola para todos e para cada um. São Paulo: Summus, 2017.

GATTI, B. A. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília: Líber Livro, 2012.

MANTOAN, M. T. É. Inclusão escolar: o que é? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. 7. ed. Petrópolis,

RJ: Vozes, 2010. SÃO PAULO (Estado). Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Sancionada pela presidência da república a Lei Brasileira de Inclusão. 2015. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/ultimas-noticias/sancionada-pela-presidencia-darepublica-a-lei-brasileira-de-inclusao>. Acesso em: 11 jan. 2022.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997. TIX Tecnologia Assistiva: Acessibilidade humanizada. TIX letramento. Disponível em: <https://tix.life/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

TURATO, E. R. Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teóricoepistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

ZANEI, P. Santo André amplia Centro de Atendimento Educacional Multidisciplinar. Santo André: Prefeitura de Santo André, 2016. Disponível em: <https://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/noticias/item/10693-santo-andre-amplia-centrode-atendimento-educacional-multidisciplinar>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ZANEI, P. Alunos com transtornos de aprendizagem recebem atendimento a distância em Santo André. Santo André: ABC do ABC, 2020a. Disponível em: <https://www.abcdoabc.com.br/santo-andre/noticia/alunos-transtornos-aprendizagem-recebematendimento-distancia-santo-andre-102987>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ZANEI, P. Santo André adota o programa educacional TIX Letramento. Santo André: ABC do ABC, 2020b. Disponível em: <https://www.abcdoabc.com.br/santo-andre/noticia/santoandre-adota-programa-educacional-tix-letramento-97441>. Acesso em: 11 jan. 2022, p. 6, apud, Araújo & Xavier, 2014, p. 5).

PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS CONSELHOS DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO GRANDE ABC: PARIDADES E DISPARIDADES

JORGE SANTIAGO CARVALHO SEQUEIRA
Universidade 9 de Julho

RESUMO

O estudo compara a legislação dos conselhos de defesa do patrimônio cultural dos sete municípios do Grande ABC. Buscou-se verificar, por meio da constituição jurídico-legal desse órgãos, se há estímulo à participação popular nos conselhos, fomentando a gestão participativa e buscando a gestão integrada do Grande ABC, no que tange o patrimônio cultural das sete cidades. Foram avaliadas as formas de constituição, composição, paridade de membros entre sociedade civil e Poder Público, bem como alternância na presidência e autonomia do conselho em relação ao Poder Executivo. Justifica-se a realização desta análise considerando que o patrimônio cultural é assunto relevante e pertinente quando se discute o desenvolvimento humano, relacionado à qualidade de vida de cidadãos, além de ser um meio para o alcance do bem-estar social. Dos resultados obtidos, verificamos que não há estímulo à participação popular e em um cenário de tantas disparidades não é possível observar caminhos para uma atuação em sinergia nas sete cidades do ABC quando o assunto é a preservação do patrimônio cultural.

Palavras-chave: : patrimônio cultural; direitos fundamentais; gestão pública.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), no § 1º do art. 216, determina que é responsabilidade do Poder Público, “com a colaboração da comunidade”, a promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, “por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988, g.n.). No que tange o patrimônio cultural, vemos no art. 24 da CF/88, que é competência concorrente entre União, Estados e o Distrito Federal legislar sobre “proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico”. Ainda na Carta Magna, conforme o art. 215, § 3º, I, da CF/88, tem-se assegurado o desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzam à “defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro” (BRASIL, 1988).

Em âmbito estadual, a Carta Constitucional Paulista determina, em seu art. 261, que o Poder Público “pesquisar, identificar, proteger e valorizar o patrimônio cultural paulista, através do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT, na forma que a lei estabelecer” (SÃO PAULO, 1989).

Assim, por meio da análise das leis referentes à preservação do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico, paisagístico e turístico (de maneira engloba, aqui chamado “patrimônio cultural”) das cidades de Diadema, Mauá, Santo André, São Bernardo, São Caetano, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, buscamos oferecer aos gestores públicos uma base legal, científica e acadêmica em prol da gestão das sete cidades, a fim de garantir a eficiência da máquina pública e propiciar uma gestão democrática e compartilhada com a sociedade civil quando se aborda a salvaguarda do patrimônio cultural desses povos.

METODOLOGIA

Para a presente pesquisa, analisamos diplomas legais relativos aos conselhos de defesa do patrimônio cultural dos municípios do Grande ABC.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Partindo da leitura de leis, decretos e portarias que versam sobre a criação, regulamentação e funcionamento de cada um dos sete Conselhos de Defesa do Patrimônio Cultural dos municípios que compõem o Grande ABC, analisamos os dados compilados, apresentados no quadro a seguir, por meio da confrontação das seguintes condições: paridade entre membros da sociedade civil e poder público; seleção popular ou restrita dos membros; origem da indicação de presidentes; tevezamento de presidentes entre poder público e sociedade civil; e autonomia do Conselho – vinculação ao Executivo.

Quadro 1. Compilação de dados.

	Membros	Poder Público x Sociedade Civil	Seleção	Mandato	Seleção de presidente	Revezamento presidencial	Autonomia/Vinculação
Diadema	6 (seis)	3 Prefeitura 3 Sociedade Civil	Dep. Educação e Cultura	4 anos	Nada consta	Nada consta	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Mauá	13 (treze)	4 Prefeitura 2 Câmara 1 ent. preservação 1 inespecífico 5 Sociedade	Nada consta	Nada consta	Escolha do prefeito	Nada consta	Gabinete do Prefeito
Santo André	12 (doze)	6 Poder Público 6 Sociedade Civil	Poder Público: Prefeito Sociedade civil: pares	2 anos (reconduz)	eleito pelos membros - voto direto e secreto	Sim (art. 66, § 2º, Lei 9.071/2008)	Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer
São Bernardo	14 (catorze)	7 Prefeitura 1 Câmara 1 OAB 1 Cons. Arquit. 4 Universidades	Indicação (via edital) e sorteio (caso de empate)	2 anos (reconduz)	eleito pelos membros	Nada consta	Secretaria de Educação e Cultura
São Caetano	10 (dez)	4 Prefeitura 2 Fundações 1 Câmara 1 OAB 1 Arqº/Engº 1 prof. da USCS	Indicação dos órgãos	2 anos (reconduz)	eleito pelos membros	Não se aplica	Secretaria Municipal de Cultura
Ribeirão Pires	7 (sete)	Não especificado	Entidades podem indicar (requer comprovação) -> prefeito escolhe	2 anos (reconduz)	eleito pelos membros	Nada consta	Chefia de Gabinete do Prefeito
Rio Grande da Serra	15 (quinze)	5 Prefeitura 5 Câmara 5 Sociedade	Eleição (sociedade civil)	Nada consta	eleito pelos membros	Nada consta	Nada consta

Fonte: o autor, 2021.

Partindo dos princípios e mandamentos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que apresenta diretrizes para a proteção do patrimônio cultural brasileiro, observamos nas Leis Orgânicas dos municípios do Grande ABC a replicação desses ditames. Por conta da autonomia dos municípios em legislar sobre assuntos de interesse local, bem como devido à competência concorrente entre os entes federativos na defesa do patrimônio histórico e artístico nacionais, notamos que cada conselho municipal com esse escopo tem uma formação distinta.

Todos os Conselhos possuem função deliberativa, porém poucos estão vinculados diretamente ao Chefe do Poder Executivo (dois de um total de sete), o que nos faz supor que devam existir diferentes caminhos (e talvez muitos obstáculos) a serem percorridos para a tomada de decisão desses conselhos.

Em que pese os conselhos terem como princípio basilar a participação da sociedade civil nas discussões de políticas públicas, a maioria dos conselhos de defesa do patrimônio cultural apresentam maior composição por servidores do Poder Público (quer sejam de Prefeituras e/ou Câmaras), sendo apenas dois Conselhos paritários. Sobressaltam-nos os conselhos de São Bernardo do Campo e de São Caetano do Sul, que não apresentam pessoas diretamente oriundas do povo – apenas gente vinculada a órgãos de classe e instituições de ensino superior.

Na contramão dos princípios da democracia, há um caso em que a escolha do presidente do Conselho não se dá por eleição entre pares e sim por livre escolha do prefeito de Mauá – o que retira dos conselheiros a livre escolha de quem presidirá os trabalhos, bem como diminui a possibilidade de o Conselho ser presidido por pessoa da sociedade civil. A lei mauaense ainda é omissa quanto aos critérios de seleção de membros de notório saber, não especifica a origem do conselheiro “historiador” nem estabelece nenhum critério para representante de entidade preservacionista e membros da sociedade civil. A situação mostra-se problemática, tendo em vista que a ausência de critérios objetivos pode ensejar práticas antidemocráticas. Nesse diapasão, apenas a legislação do conselho de Santo André determina a alternância de presidência entre conselheiro do Poder Público e da Sociedade Civil.

Assim, entendemos que por conta das estruturas jurídico-legais, a participação popular nos conselhos de defesa do patrimônio cultural no Grande ABC encontra-se defasada e é desestimulada em sua origem. Faz-se assim necessário um amplo debate social em prol da revisão das leis e atos normativos para que o Poder Público estimule, de fato, membros da sociedade civil a participarem, terem voz e voto nas decisões relativas à salvaguarda da história, das artes, da arquitetura, da arqueologia e das demais formas do fazer cultural existentes nos municípios do Grande ABC.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 07 abr. 2020.

DIADEMA. Lei nº 2.194, de 13 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a alteração dos Artigos 1º e 4º, da Lei Municipal nº 1.346, de 1º de junho de 1994, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Diadema. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/nbijp>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

MAUÁ. Lei nº 3.387, de 15 de maio de 2001. Dispõe sobre a criação, a Competência, Organização

e o Funcionamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico. Disponível em: <<http://consulta.camaramaua.sp.gov.br/arquivo?Id=248333>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

RIBEIRÃO PIRES. Decreto nº 5.297, de 09 de maio de 2003. Dispõe sobre a regulamentação da Lei Municipal nº 4.235, de 14 de abril de 1999, referente a proteção e preservação do patrimônio cultural e/ou natural da Estância Turística de Ribeirão Pires e dá disposições correlatas à matéria. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/qomcw>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

RIO GRANDE DA SERRA. Lei nº 1.252, de 07 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Rio Grande da Serra – CONDEPHAC, e dá outras providências. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/omnsh>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SANTO ANDRÉ. Lei nº 9.071, de 6 de setembro de 2008. Institui o Plano de Preservação do Patrimônio Cultural no Município de Santo André- PPPC. Disponível em: <<https://consulta.siscam.com.br/camarasantoandre/arquivo?Id=12879>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SÃO BERNARDO DO CAMPO. Lei nº 6.851, de 28 de novembro de 2019. Dispõe sobre o Patrimônio Cultural do Município, o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de São Bernardo do Campo - COMPAHC-SBC, e dá outras providências. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/dtpux>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SÃO CAETANO DO SUL. Lei nº 4.927, de 15 de setembro de 2010. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, cultural e ambiental da cidade de São Caetano do Sul e autoriza a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Caetano do Sul - CONPRESCS. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/xlmsw>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

QUALIDADE DE VIDA DOS CUIDADORES DAS PESSOAS COM ALZHEIMER

ANDRÉIA VIEIRA SANTOS

NATHALY SUELEN

Centro Universitário Fundação Santo André

RESUMO

Tendo em vista que cada vez está mais comum pessoas diagnosticadas com Alzheimer e que esta ocorre principalmente em pessoas mais velhas e o aumento de vida da humanidade aumentou consideravelmente, pode-se inferir que este número só tende a crescer. O Alzheimer, além de impactar a pessoa que sofre com a doença, afeta diretamente os seus familiares e amigos, podendo trazer a eles sofrimentos emocionais consideráveis, principalmente àqueles que têm o papel de cuidar desses. Desta forma, muito se é questionado sobre a saúde física e mental dos cuidadores de idosos, assim, esse trabalho teve como objetivo verificar em base de dados científicos o que já pesquisou até o momento sobre este assunto. Levantou-se a hipótese que os cuidadores são afetados tanto física quanto emocionalmente ao realizar esse trabalho. Os resultados encontrados foram que, os cuidadores de pessoas com Alzheimer são, na maioria das vezes, os próprios parentes e as pesquisas apontam grandes impactos a esses que sofrem emocional e fisicamente, visto que a dedicação é maior e mais estressante. No entanto, dois dos estudos apresentados trazem resultados diferentes, assim, percebe-se a necessidade de mais pesquisas, pois há contradições entre os teóricos e é preciso averiguar a questão da resiliência das mulheres.

Palavras chaves: cuidadores de idosos, qualidade de vida, Alzheimer.

REFERÊNCIAS

CESÁRIO, Vanovya Alves Claudino, LEAL Márcia Carréra Campos; MARQUES Ana Paula de Oliveira e CLAUDINO Karolyny Alves. Estresse e qualidade de vida do cuidador familiar de idoso portador da doença de Alzheimer. *Saúde em Debate* [online]. 2017, v. 41, n. 112 [Acessado 9 Junho 2021], pp. 171-182. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104201711214>>. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711214>. Site <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/YPgdVBvzrhMy7XKcxXNj9Hn/?lang=pt#>

FERREIRA, Caroline Gomes, ALEXANDRE, Tiago da Silva e LEMOS, Naira Dutra. Fatores associados à qualidade de vida de cuidadores de idosos em assistência domiciliar. *Saúde e Sociedade* [online]. 2011, v. 20, n. 2 [Acessado 9 Junho 2021], pp. 398-409. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000200012>>. Epub 27 Jul 2011. ISSN 1984-0470. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000200012>. Site <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/fscxFCQDYc7pnNvGjyLJwqM/?lang=pt#>

GAIOLI, Cheila Cristina Leonardo de Oliveira; FUREGATO, Antonia Regina Ferreira e SANTOS, Jaír Lício Ferreira. Perfil de cuidadores de idosos com doença de Alzheimer associado à resiliência. *Texto & contexto enferm*; 21(1): 150-157, jan.-mar. 2012. Tab Artigo em Português | LILACS, BDENF

- Enfermagem | ID: lil-618538 Biblioteca responsável: BR17.1 Site <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-618538?src=similardocs>

INOUE, Keika, PEDRAZZANI, Elisete Silva e PAVARINI, Sofia Cristina Implicações da doença de Alzheimer na qualidade de vida do cuidador: um estudo comparativo. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 2010, v. 26, n. 5 [Acessado 9 Junho 2021], pp. 891-899. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2010000500011>>. E pub 11 Jun 2010. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2010000500011>. Site <https://www.scielo.br/j/csp/a/c38Syyv5mNJ4SMjnFYNRMrdg/abstract/?lang=pt#>

PINTO, Meiry Fernanda, BARBOSA, Dulce Aparecida; FERRETI Ceres Eloah de Lucena; SOUZA, Lídia Ferreira de; FRAM, Dayana Souza e BELASCO, Angélica Gonçalves Silva.. Qualidade de vida de cuidadores de idosos com doença de Alzheimer. *Acta Paulista de Enfermagem* [online]. 2009, v. 22, n. 5 [Acessado 9 Junho 2021], pp. 652-657. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-21002009000500009>>. Epub 26 Feb 2010. ISSN 1982-0194. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002009000500009>. Site <https://www.scielo.br/j/ape/a/g3prCnVygDQrKqVMZ4gHh8j/?lang=pt#>

RESENDE, M., TURRA, D., ALVES, F., PEREIRA, F., SANTOS, S., & TREVISAN, V. (2008). Cuidar de idosos com Alzheimer: influências sociais, físicas e psicológicas envolvidas nesta tarefa. Edição v. 5 n. 1 (2008) da *Revista Brasileira De Ciências Do Envelhecimento Humano*, 5(1). Disponível no site <http://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/105>

REFLEXÕES SOBRE OS ESTIGMAS VIVENCIADOS PELOS PACIENTES COM HIV E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL COM RISCO NO AGRAVAMENTO DA DOENÇA

BRUNA ANDRÉA COSTA
FELIPE DA SILVA POLETTI
FERNANDA SANTOS CARLOTA
KEILA JOANA DOS SANTOS MARQUES
MARIANA MACHADO FURTADO DO PRADO
RITA DE CÁSSIA GONÇALVES
Centro Universitário Fundação Santo André

RESUMO

A pandemia da SARS-CoV-2 já matou mais pessoas em um ano do que 30 anos da história HIV/AIDS, segundo o Ministério da Saúde, entretanto no senso comum perpetuado pela sociedade é reforçado estereótipos preconceituosos sobre indivíduos acometidos pelo HIV/aids, limitando a qualidade de vida e aumentando a rejeição social. Neste estudo, analisamos artigos científicos que corroboram com tal afirmação. Existem muitos fatores que afetam e colaboram para o agravamento da doença HIV/aids, como comorbidade da doença (depressão, ansiedade, sentimento de desesperança, transtornos psíquicos e mentais), fatores sociais (estigma) e financeiros (empregatício, alimentação, saneamento básico, moradia e acesso à saúde).

Conforme análise de Carvalho et al. (2004), é de grande complexidade a demanda dos profissionais em saúde mental, refletindo sobre o profundo sofrimento psíquico que o paciente se encontra, ao apresentar reações emocionais relativas à morte, vergonha por ter a doença, as implicações dos novos hábitos no convívio familiar, social e profissional. Se faz necessário o levantamento de questões advindo aos preconceitos, medos e tabus que dificultam a adesão ao tratamento e a queda da qualidade de vida oriundos da contaminação. O psicólogo(a) deve pensar em não apenas proporcionar anos de vida à pessoa acometida pelo vírus, mas também na qualidade de vida destes pacientes. E sobretudo, não cabe apenas boa vontade do profissional de saúde mental em querer oferecer ajuda, mas o psicólogo(a) deve estar munido de conhecimentos teóricos e prático da psicologia. Estar atento aos determinantes sociais que envolve o paciente, refletindo sobre estes aspectos a fim de fazer levantamentos que não foque apenas na “causa” doença, mas estressores de ordem psicossocial que possam contribuir na perspectiva de determinado grupo/população.

As restrições socioafetivas e a perda da qualidade de vida potencializam o agravo da doença. Relação com a família, amigos, o parceiro sexual, fragilidade no âmbito profissional decorrente da doença podem evoluir de forma positiva ou negativa. Os reflexos do preconceito como fonte para o isolamento influem na autoestima e o autocuidado interferindo ou não na adesão ao tratamento. O sentimento de “repulsa” proveniente de familiares, amigos e colegas de trabalho resultará na piora do quadro do paciente onde “Um simples gesto de carinho, como um beijo ou um abraço, torna-se carregado de tensão ou mesmo são negados”, (CARVALHO et al., 2004 - pág. 51). No senso comum perpetuado pela sociedade reforça estereótipos preconceituosos sobre tais indivíduos, limitando a qualidade de vida e aumentando a rejeição social. Ser soropositivo acarreta uma instabilidade emocional, que deriva da ideia de que sua existência pode ser breve.

A literatura científica e acadêmica conforme estudos Beltrão et al. (2020), e Blandón et al. (2019), pode se observar-se que a eclosão de sentimentos de raiva, culpa, autopiedade e ansiedade são manifestações emocionais que podem se transformar em ameaças à vida dessas pessoas, assim como gerar resistência aos tratamentos de ordem psíquica. Sendo as restrições sociais um aspecto negativo é recorrente a pacientes com o vírus da imunodeficiência humana.

A mesma premissa pode ser observada no estudo de Camargo et al. (2014), onde pacientes com HIV apresentam maior adesão ao tratamento quando obtido suporte familiar. A saúde mental também se mostrou com maior qualidade, apontando menos indivíduos com depressão ou transtorno de humor, diagnósticos mais frequentes nessa população específica. Dentro deste eixo, Castanha et al. (2006), alerta-nos a refletir na doença depressão e a Aids como uma enfermidade que atinge o ser humano em sua globalidade, pois as mesmas repercutem em vários problemas na vida da pessoa. Feitosa et al (2018) relata que o conhecimento em relação a AIDS é o caminho para lidarmos com a situação de preconceitos, sendo essencial para intervenções mais efetivas e uma maior qualidade de vida dos soropositivos, além de uma prevenção positiva. Desta forma, torna-se possível a edificação de estradas efetivas a fim destes pacientes apresentarem uma boa qualidade de vida no domínio físico e psicológico.

Mas devemos estar alerta às questões socioeconômica e política conforme apresentado por Santos et al. (2007). Podemos observar diferença significativa na qualidade de vida em pacientes segundo sua cor de pelo (negro e pardo), baixo nível de renda e escolaridade e gênero (mulheres). Estes itens nos levam a refletir a capacidade que os pacientes soropositivos têm em suportar e lidar com as inúmeras diversidades que a doença traz. Segundo Araújo et al. (2019), ao analisar o nível de resiliência entre os pacientes soropositivos, nota-se um rebaixamento na resiliência, decorrente dos estigmas sociais. Atrelado a dificuldade de o paciente conseguir trabalho e a exclusão social decorrente do preconceito sobre o vírus. Estes fatores acarretam o abandono das atividades sociais e perspectivas para com o futuro. A importância de trabalhar a resiliência em pacientes soropositivos emplacaram na qualidade de vida.

Os profissionais de saúde devem estar munidos de todas as informações sobre a doença e estarem aptos a sanar todas as dúvidas dos pacientes e familiares. Investido categoricamente em munir a pessoa com o vírus da imunodeficiência com todas as informações necessárias para aniquilar qualquer estereótipo existente sobre a doença. E sempre que possível, trabalhando todos os envolvidos na vida do adoecido. Ao garantir a qualidade de vida destes indivíduos, está trabalhando a efetividade do tratamento. O sentimento de pertencimento e condição de saúde e qualidade de vida. Visto como uma doença de um grupo historicamente excluído de nossa sociedade, o paciente com o vírus da imunodeficiência humana passa a lidar com um processo de luto pela doença e tende a não aceitar que ele tenha HIV. No momento do diagnóstico os familiares tendem a mudar sua rotina e passar a lavar a roupa do paciente separado dos demais membros da família. Estas práticas são alguns exemplos de exclusão que reforça o ideário de que a pessoa soropositiva é culpada por sua enfermidade. A falta de informação sobre o HIV/Aids somada a comportamentos preconceituosos, o afastamento dos amigos e familiares tendem a agravar a doença. Sentimentos de raiva, culpa, autopiedade e ansiedade são manifestações emocionais comuns em pacientes soropositivos e podem se transformar em ameaças à vida dessas pessoas, ao gerar resistência aos tratamentos de ordem psíquica. As restrições socioafetivas e a perda da qualidade de vida potencializam o agravamento da doença. Os estigmas vivenciados por tais indivíduos acarretam abalo na autoestima e no autocuidado, o que interfere na adesão ao tratamento. A forma que o paciente vivencia suas relações com a família, amigos, parceiro sexual

e no ambiente de trabalho podem evoluir de forma positiva ou negativa. Mostrando que o suporte social (sentimento de pertencimento) auxilia em um prognóstico positivo. Outro ponto relevante é que trabalhar isoladamente a qualidade de vida não é o bastante para que os profissionais de saúde consigam atender as demandas do paciente com HIV/Aids.

Não é uma tarefa simples categorizar os determinantes que afetam a qualidade de vida dos pacientes, pois cada indivíduo carrega em si uma história, uma carência particular e dificuldades específicas. Por mais que se tenha os empecilhos sociais bem materializados, eles atuam de forma diferente a cada indivíduo. Deve-se pensar que dá um ótimo suporte a um paciente diagnosticado com HIV, a outro será exigido um olhar distinto. Um indivíduo que antes da doença tinha como determinante negativo a questão socioeconômica deve receber um olhar diferenciado de um paciente que tinha uma vida ativa na área social antes do diagnóstico.

Sobre este prisma, o profissional de saúde ao buscar inferir de forma positiva no tratamento deve olhar além da doença, isto é, promover saúde em sua amplitude. Promovendo informações aos pacientes e familiares para a desconstrução de preconceito, além de desenvolvimento de programas que proporcionam qualidade de vida a estes. Devendo ter em mente que o tratamento não se restringe apenas durante as horas do procedimento em si, mas em um trabalho contínuo que envolve não apenas profissionais da área da saúde, mas todos que fazem parte da vida da pessoa vivendo com HIV/Aids. Pacientes que conseguem devolver uma boa relação social, demonstraram maior sentimento de continuidade e luta pela vida.

Profissionais, como os psicólogos(as), devem estar atentos às dores de seu paciente, além do comportamento e do nível de participação dos familiares, amigos e colegas de trabalho do paciente soropositivo. O suporte socioafetivo irá determinar não só a adesão ao tratamento, mas também a capacidade de resiliência, sentimento de continuidade e tons de vontade na luta contra a doença. Enquanto levantávamos materiais, textos e artigos, nos deparamos com expressões que ainda hoje são utilizadas ao se referir às pessoas infectadas pelo vírus. Expressões pejorativas, como “aidéticos”, contribuem para o adoecimento psíquico pois aumentam os estigmas sobre esses indivíduos. É preciso fazer uso correto das palavras porque elas podem influenciar o comportamento do sujeito. Ao se sentir “culpado” por ter sido infectado, a pessoa pode não sentir-se merecedora de ter qualidade de vida. Observou-se pouco estudo no setor do trabalho de pacientes com o vírus do HIV.

Notou-se através das pesquisas que sujeitos adoecidos com vínculo empregatício tendem a ter melhores índices no tratamento e qualidade de vida, mas se observou pouca pesquisa de como se dá a relação de trabalho e sua manutenção. As futuras pesquisas sugerem um enfoque em como se dá a relação sociais no âmbito do trabalho e o quanto estes pacientes se sentem parte da equipe. Ou identificar se apenas a questão financeira é um indicativo que colabora com o tratamento e qualidade de vida.

Dentro desta dimensão esperamos que o presente trabalho venha a corroborar com o avanço das pesquisas no tratamento de pacientes diagnosticados com HIV/Aids. E os profissionais da área da saúde conseguem trabalhar o tratamento oferecendo suporte, cuidado e dignidade a estes pacientes. Refletindo no sofrimento psíquico e no cuidado.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ludgleyson Fernandes de; LOBOA, Camila Joyce de Carvalho; SANTOSA, José Victor de Oliveira; SAMPAIO, Alice Vitoria Cordeiro. Concepções Psicossociais acerca do Conhecimento

sobre a AIDS das Pessoas que vivem com o HIV. Rev. colomb. psicol., Bogotá, v. 26, n. 2, p. 219-230, Dec. 2017. Acessado em 21 Mar. 2021. <http://dx.doi.org/10.15446/rcp.v26n2.59349>

BELTRÃO, Renata Paula Lima; SILVA, Augusto César Beltrão da; NOGUEIRA, Francisco Jander de Sousa; MOUTA, Alba Angélica Nunes. Saúde e qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV/aids: uma revisão narrativa dos últimos 15 anos. Revista Eletrônica Acervo Saúde, (40), e 2942. Acessado em 21 Mar. 2021. <https://doi.org/10.25248/re-as.e2942.2020>

BLANDÓN, Jose Antonio Ponce; BOCANEGRA, Andrés González, JÚNIOR, João Nunes Maidana; VIANA, Diogo da Rosa; CAMPOS, María de las Mercedes Lomas. Os determinantes da qualidade de vida em pessoas com HIV: uma revisão integrativa. Rev enferm UERJ, Rio de Janeiro, 2019; 27:e40537. Acessado em 21 Mar. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2019.40537>

CAMARGO, Luiza Azem; CAPITÃO, Cláudio Garcia; FILIPE, Ventura. Saúde mental, suporte familiar e adesão ao tratamento: associações no contexto HIV/Aids. Psico-USF, Bragança Paulista, v. 19, n. 2, p. 221-232, maio/agosto 2014. Acessado em 21 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/1413-82712014019002013>.

MARTINS, Alexandra; CHAVES, Catarina; CANAVARRO, Maria Cristina e PEREIRA, Marco. Que fatores psicossociais se associam à realização do teste ao VIH? Psic., Saúde & Doenças [online]. 2018, vol.19, n.1 [citado 2021-02-27], pp.3-10. Acessado em 21 Mar. 2021. <http://dx.doi.org/10.15309/18psd190102>

SANTOS, Elisabete Cristina Morandi dos; FRANCA JUNIOR, Ivan; LOPES, Fernanda. Qualidade de vida de pessoas vivendo com HIV/Aids em São Paulo. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 41, supl. 2, p. 64-71, Dec. 2007. Acessado em 21 Mar. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102007000900011>

SEGURANÇA ALIMENTAR NA EFETIVIDADE DOS DIREITOS HUMANOS

ANDRÉIA CARLA AGUIAR GONÇALVES DE OLIVEIRA FRANCO
THIAGO SARTORI
Universidade Anhanguera

INTRODUÇÃO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos pretende ratificar que o ser humano individualmente inserido numa sociedade tem direitos que devem ser reconhecidos e efetivados. Ela propõe que, para essa efetivação de direitos, é imprescindível que sejam abordadas questões sociais, econômicas, civis e políticas que, de fato, identifiquem e promovam direitos vinculados à dignidade humana. Muitos desses direitos têm seu provimento determinado como obrigação do Estado. Nesse viés entende-se que o direito à alimentação adequada está intimamente relacionado à promoção dos direitos humanos, universais, indivisíveis, inalienáveis, interdependentes e inter-relacionados. Sendo assim, o direito à alimentação adequada, perpassa pela prática da Segurança Alimentar.

METODOLOGIA

A metodologia foi uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica com realização e revisão de literatura com abordagem no tema proposto.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Com a Declaração de Direitos Humanos, um processo de universalização de direitos foi iniciado e com isso um sistema de proteção aos direitos fundamentais, por meio de diversos tratados internacionais. O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional leva a questão muito além do provimento do alimento e contempla outros direitos.

No Brasil esse conceito é fruto de mobilização da sociedade e de conferências nacionais sobre o tema, e está definido na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, de setembro de 2006. No entanto, mediante a situação de extrema pobreza e fome excessiva que o padrão alimentar se percebe comprometido no binômio alimentação x nutrição. E nessa situação de vulnerabilidade social e econômica que famílias têm sido encontradas em condição de desnutrição.

CONCLUSÃO

É prioritário que haja o entendimento de que combater a fome do indivíduo não é efetivamente a solução do problema social, é paliativo, solução momentânea, individual e de baixa qualidade. O alimento oferecido às famílias, nas condições adequadas e padrões nutricionais, prioriza a dignidade humana. Num cenário democrático, acredita-se que com o empoderamento da sociedade o controle social poderá ser exercido plenamente em busca de igualdade. Em que pese a necessidade de políticas públicas com foco em grupos menos favorecidos tentando diminuir a desigualdade, está evidenciado que existe uma demanda para majorar a eficiência de ações sociais com maior atuação da comunidade. Contudo, é primordial revisar essas políticas públicas

e suas abordagens, para que, com planejamento, hajam propostas adequadas de Segurança Alimentar e Nutricional integradas às garantias de direitos humanos.

REFERÊNCIAS

Valente FLS. Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada. In: Valente F, editor. Direito humano à alimentação: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez; 2002.

Gomes MA, Pereira MLD. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. Ciênc e Saúde Coletiva. 2005; 10(2):357-63.

Freitas MCS. Uma abordagem fenomenológica da fome. Rev Nutr [periódico na internet]. 2002 [acesso 2020 jan 6]; Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rn/v15n1/a07v15_n1.pdf

UM ESTUDO SOBRE AS POSSÍVEIS INFLUÊNCIAS DOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NA VIDA DAS PESSOAS

MÁIRA DIAS MARIN MAEDA
Centro Universitário Fundação Santo André

OBJETIVO

Esta investigação teve como objetivo geral perceber de que forma a presença de animais de estimação pode influenciar e contribuir na saúde mental das pessoas no período de isolamento social na pandemia do Covid-19. Através da aplicação de questionário on-line, foi possível coletar o perfil dos participantes, as percepções que eles possuem sobre a influência dos animais de estimação em sua vida, os possíveis benefícios, os aspectos negativos e os sentimentos envolvidos nessa relação. Participaram deste questionário 139 pessoas, a maioria dos participantes (58,3%) com idades entre 31 e 59 anos; 85,6% de todos os participantes são proprietários de animais de estimação sendo os mais comuns os cães e os gatos.

INTRODUÇÃO

O contato dos animais com o ser humano aparece estreitamente desde os tempos primitivos. Pesquisas mostram que a interação homem-animal pode ter ocorrido a partir de um lobo que desenvolveu características mais dóceis ao se relacionar com o homem e este o utilizou para auxílio na caça e para proteger sua moradia (Caetano, 2010). Os animais eram considerados por algumas crenças e culturas fonte de poder e força, e essa proximidade trouxe grandes benefícios para ambos e promoveu uma relação de maior respeito e cumplicidade entre eles, até mesmo porque o animal era visto como sagrado, fiel e protetor (Santos, 2016).

Desempenham inúmeros papéis no âmbito social, familiar e individual. Desde os primórdios da humanidade, o homem convive com animais seja para companhia, trabalho ou para o consumo. Algumas espécies passaram a desenvolver ligações afetivas com os humanos e há inúmeras pesquisas que apontam os benefícios dessa convivência, exercendo várias funções na sociedade: muitos animais são companheiros dia a dia, trabalham detectando narcóticos, guiando deficientes visuais e ou como terapeutas em Terapia Assistida por Animais.

De acordo com Anderline (2007, p. 70), a presença de animais de estimação, especificamente cães e gatos, contribui para a estimulação de carinho e afeto nos seres humanos. E a partir dessa ideia estudamos como os animais contribuíram para minimizar os efeitos do isolamento social e o afastamento de pessoas de seus familiares. Segundo Kotrschal (2018), os cães podem aumentar a autoestima, têm efeito calmante, estimulam a socialização e o comportamento positivo. Segundo o Instituto Pet Brasil, há mais de 139 milhões de animais de estimação no Brasil, sendo 54,2 milhões de cães; 39,8 milhões de aves; 23,9 milhões de gatos; 19,1 milhões de peixes e 2,3 milhões de répteis e pequenos mamíferos. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde é “o estado do mais completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de enfermidade” (Ramos, 202, p. 6, apud, Araújo & Xavier, 2014, p. 5).

A VISÃO DAS PESSOAS EM RELAÇÃO AOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO

A relação humano e animal trata-se de algo que motiva o ser humano a milhares de anos pelos mais diversos interesses, desde a caça e a alimentação, para proteção ou domesticação para diversos fins, como para auxílio no transporte, na agricultura rudimentar (Hoehne 1, 2017). Segundo Cabral e Savali (2020), essa relação homem-animal não é apenas para trabalho, mas também afetiva. Tal fato é claro quando observamos os animais de estimação. Essa relação se assemelha, em muitos aspectos, àquela estabelecida entre pais e filhos, havendo, portanto, características de apego, como as postuladas pela etologia clássica. Os animais estimulam a comunicação e a socialização entre as pessoas (Cabral e Savalli, 2020, apud, m Kotrschal, 2018). O número de animais no Brasil supera o de crianças nos lares, segundo a pesquisa realizada pelo IBGE em 2015.

BENEFÍCIOS NA RELAÇÃO DAS PESSOAS COM ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO

Tutores de animais de estimação são estimulados a fazerem exercícios físicos como caminhadas, em especial pessoas com cães, devido aos passeios higiênicos gerando uma melhoria do estado emocional e da satisfação social e física (Ramos, 2021, p. 6, apud, Rogers et al., 1993). A saúde mental é tão importante quanto a saúde física para o bem-estar das pessoas. Ela permite que o indivíduo seja capaz de realizar suas próprias atividades, ser resiliente às dificuldades da vida, contribuir com a sociedade e poder trabalhar de forma produtiva (Ramos, 2021, p. 8, apud, Almeida, 2018; WHO - World Health Organization, 2016). A esperança, autoestima e bem-estar são fatores psicológicos importantes para o desenvolvimento saudável da pessoa segundo Ramos (2021, p. 16).

Para as famílias, os animais de estimação são entendidos como confidentes, melhoram a autoestima e contribuem para uma sensação de conforto (Ramos, 2021, p. 22, apud, McNicholas & Collis, 2001).

Acredita-se que o humano escolhe o animal de estimação que possui a capacidade de exibir e responder ao apego (Ramos, 2021, p 23, apud, Rynearson, 1978). A convivência com um animal de estimação com criança estimula a responsabilidade e a compaixão, pelo fato de cuidar do animal, além de entreter a criança (Ramos, 2021, p. 21, Cerqueira, 2013).

Segundo Ramos (2021, p. 25), a presença de um animal de estimação na vida de idosos também proporciona sentimento como felicidade, bom humor, melhoria na autoestima e na saúde física e emocional, além de amenizar a solidão quando identificam o amor dado em troca pelo animal que cuidam. Outro benefício importante é a socialização na prática de passeios potencializando o contato com pessoas desconhecidas.

RESULTADOS DA PESQUISA

Com os resultados obtidos foi possível perceber que a maioria das pessoas (82%) teve que

mudar seus hábitos, se afastando de familiares ou se isolando. A maior parte dos pesquisados (61,9%) sentiu mudança em seu estado emocional. Dos participantes que são tutores de animais de estimação (85,6%), 93,3% responderam que se sentem mais felizes com a companhia deles, 95,8% já se sentiram acolhidos pelos animais em um momento triste ou difícil e 88,2% sentem que o animal de estimação ajuda a melhorar a autoestima. 94,1% dos entrevistados que convivem com animais de estimação responderam que o animal ajuda a melhorar o estado emocional nesse momento de Pandemia do Covid-19).

Todos os participantes que não têm animais de estimação, mas têm intenção de comprar ou adotar (7,2%), acreditam que o animal seria uma boa companhia e ajudaria em um momento triste ou difícil; e 80% acreditam que o animal ajudaria a melhorar a autoestima e seriam mais felizes na companhia dele. Metade dos entrevistados acreditam que fariam mais exercícios físicos se adotassem ou comprassem um animal de estimação; 90% disseram que o animal ajudaria a melhorar o estado emocional neste momento de Pandemia do Covid-19.

CONCLUSÃO

Ficou evidenciado no resultado obtido com o questionário realizado e reforçado nas pesquisas em literaturas e artigos científicos, que os animais de estimação trazem benefícios como melhoria da saúde mental, aumento da autoestima, sentimentos como alegria e conforto, além de estimularem exercícios físicos como caminhadas. Para as crianças, a companhia de um animal de estimação, pode estimular a responsabilidade e a compaixão quando é responsável pelos cuidados do animal.

A maioria das pessoas teve que mudar seus hábitos durante o período de pandemia e os animais de estimação contribuíram neste período melhorando o bem-estar das pessoas e amenizando a solidão.

REFERÊNCIAS

ANDERLINE, G. P. O. S.; ANDERLINE, G. A. Benefícios do envolvimento do animal de companhia (cão e gato) na terapia, na socialização, e bem-estar das pessoas e o papel do médico veterinário. Rev. CFMV, v.1, n.41, p.70-5, 2007.

Kotrschal, Kurt (2018) "How Wolves Turned into Dogs and How Dogs Are Valuable in Human Social Needs," People and Animals: The International Journal of Research and Practice : Vol. 1: Iss. 1, Artigo 6. Disponível em: <https://docs.lib.purdue.edu/paij/vol1/iss1/6>.

HOEHNE, Letícia; PRESTES, Nêmora Pauletti; PILONETO, Claudia Regina. Organização Social dos animais: um fascinante estudo etológico. Revista Caderno Pedagógico, v. 14, n. 1, 2017. <https://www.youtube.com/watch?v=Llcm2Etp1Do>.

Cabral, Francisco Giugliano de Souza e Savalli, Carine Sobre a relação humano-cão. Compreende uma parte do primeiro capítulo da dissertação de mestrado do autor. Psicologia.

USP [online]. 2020, v. 31 [Acessado 1 Junho 2021] , e190109. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-6564e190109>>. Epub 20 Mar 2020. ISSN 1678-5177. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e190109>.

org/10.1590/0103-6564e190109.

RAMOS, Ana Margarida. Animais de estimação & Saúde Mental de adultos e idosos em tempo de Covid-19. 2021. Tese de Doutorado. Animais de estimação são ótimos companheiros durante o isolamento social, Globo, Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9530104/?s=0s>
Pet Terapia: veja como os animais podem ajudar a curar doenças, Conexão Bahia, Globo, Exibição em 11 ago 2018, disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6937792/?s=0s>.

UNIDADES AUTÔNOMAS DE SISTEMAS BIODIGESTORES COMO ESTRATÉGIA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MARCIO DE CASSIO JULIANO
Centro Universitário Fundação Santo André

RESUMO

Existem várias possibilidades para se gerar energia e a maioria delas foi dimensionada para a produção em alta escala e por processos que causam impactos, nem sempre apropriados ou desejados, ao meio ambiente. Por outro lado, existem outras opções de geração de energia que também merecem atenção e, por isso, o principal objetivo desse trabalho foi investigar uma das alternativas de geração de energia limpa e renovável em pequena escala, especificamente a gerada por biodigestores anaeróbicos, analisando a possibilidade do seu emprego em comunidades menos favorecidas. Para tanto, se conduziu um levantamento para identificar as boas práticas de geração de energia limpa por sistemas biodigestores, procurando descobrir quais os impactos econômicos da adoção desse tipo de sistema de geração de energia em baixa escala. As metodologias adotadas para desenvolver esse trabalho foram a revisão de literatura e a pesquisa de campo. De acordo com as referências consultadas, foi possível concluir que o processo de digestão anaeróbica é uma boa maneira de gerar energia para cozinhar, aquecer, iluminar ou manter aparelhos elétricos funcionando. Esse processo também ajuda a preservar o meio ambiente, reduzindo a emissão de CO₂, evitando o desmatamento e fornecendo correto tratamento ao lixo orgânico e aos dejetos humanos ou de animais. O processo de geração de energia por biodigestão ainda gera um subproduto de alto poder fertilizante e com um interessante valor econômico, podendo contribuir para a geração de renda.

Palavras-chave: energia renovável; bioenergia; biodigestão anaeróbica.

REFERÊNCIAS

BERNAL, P., ALBURQUERQUE, J.A., BUSTAMANTE, M.A. y CLEMENTE, R. Guía de utilización agrícola delos materiales digeridos por biometanización. Ministerio de Ciencia e Innovación. (2011). Access date: 10/31/15. Available at: [http://213.229.136.11/bases/ainia_probiogas.nsf/0/89A368DD73F7282DC125753F00587325/\\$FILE/PROBIOGAS_GuiaDigerido.pdf](http://213.229.136.11/bases/ainia_probiogas.nsf/0/89A368DD73F7282DC125753F00587325/$FILE/PROBIOGAS_GuiaDigerido.pdf).

BUXTON, Daniel & REED, Brian. Disposal of latrine waste: Is biogas the answer? A review of literature Daniel Buxton & Brian Reed EWB-UK National Research Conference. (2010). Access date: 10/31/15. Available at: http://www.hedon.info/docs/EWB_ENERGY_Daniel_Buxton_and_Brian_Reed_Disposal_of_latrine_waste_Is_Biogas_the_answer.pdf.

CEDECAP. Anaerobic digesters de Polietileno: Construcción y Diseño. (2007). Access date: 10/20/15. Available at: http://www.produccion-animal.com.ar/Anaerobic_digesterses/11-polietileno.pdf.

CARITAS, Nadia de la Torre. Digestion anaerobia en comunidades rurales. Proyecto fin de

Carrera area de ingeniería térmica y de fluidos. (2008). Access date: 10/20/15. Available at: http://e-archivo.uc3m.es/bitstream/10016/11627/1/PFC_Nadia_deLaTorre_Caritas.pdf.

DEUBLEIN, Dieter & STEINHAUSER, Angelika. Biogas from Waste and Renewable Resources. 443 pages. WILEY-VCH Verlag GmbH & Co. KGaA, Weinheim. (2008).

FERRER, Ivet; UGGETTI, Enrica; POGGIO, Davide; VELO, Enric. Producción de biogás a partir de residuos organicos en anaerobic digesters de bajo coste. Universitat Politecnica de Catalunya. (2015). Access date: 10/20/15. Available at: http://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2117/26544/CNG03_Ferrer+et+al_I+UPC+SOST_paper.pdf?sequence=1.

HERRERO, J. M. Anaerobic digesters Familiares. Guía de diseño y manual de instalación. Cooperación Técnica Alemana - GTZ. Bolivia. ISBN: 978-99954-0-339-3. (2008).

HERRERO, J. M; CERON, M.; GARCIA, R.; PRACEJUS, L.; ALVAREZ, R.; CIPRIANO, X. The influence of users' behavior on biogas production from low cost tubular digesters: A technical and socio-cultural field analysis. Energy for Sustainable Development 27 (2015).

HILBERT, Jorge A. (2005). Manual para la producción de Biogás. Instituto de Ingeniería Rural. INTA-Castelar. Access date: 10/20/15. Available at: <http://inta.gov.ar/documentos/manual-para-la-produccion-de-biogas>.

ITAIPIU Binacional. Itaipu prova ser viável a replicação de planta de biogás para todo o país. Reportagem publicada em 02/06/2017. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sala-deimprensa/noticia/itaipu-prova-ser-viavel-replicacao-de-planta-de-biogas-para-todo-o-pais>. Acesso em julho de 2017.

KEBREAB, Ermias; MORAES, Luis; STRATHE, Anders; FADEL James. Technological innovations in animal production related to environmental sustainability. Revista Brasileira de Saúde e Produção Animal, vol.13 nº.4 Salvador-BA. Oct./Dec. (2012).

LÜER, Marc. Installation manual for low-cost polyethylene tube digesters. GTZ/EnDev(2010). Germany. Access date: 10/15/15. Available at: https://energypedia.info/images/1/19/Low_cost_polyethylene_tube_installation.pdf.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Metodologia do trabalho científico. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

MOHTASHAM, Javid. Review Article-Renewable Energies. International Conference on Technologies and Materials for Renewable Energy, Environment and Sustainability. ScienceDirect, Energy Procedia 74 (2015) 1289 – 1297.

PEDRAZA, Gloria; CHARÁ, Julián; CONDE, Natalia; GIRALDO, Sandra y GIRALDO, Lina. Evaluación de los anaerobic digesters en geomembrana (pvc) y plástico de invernadero en clima medio para el tratamiento de aguas residuales de origen porcino. Livestock Research for Rural

Development 14 (1) 2002. Access date: 10/18/15. Available at: <http://www.lrrd.org/lrrd14/1/Pedr141.htm>.

RIGBY, Hannah & SMITH, Stephen R. New Markets for Digestate from Anaerobic Digestion. WRAP. ISS001-001, Date August 2011. Access date 10/27/15. Available at: http://www.wrap.org.uk/sites/files/wrap/New_Markets_for_AD_WRAP_format_Final_v2.c6779ccd.11341.pdf.

RITTMANN, B. E., & MCCARTY, P. L. Environmental biotechnology: Principles and applications (International ed.). Singapore: McGraw Hill. (2001).

ROWSE, Laurel E. Design of Small Scale Anaerobic Digesters for Application in Rural Developing Countries. Graduate Theses n Master of Science Department of Civil and Environmental Engineering College of Engineering University of South Florida. (2011).

SAIDI, Kais; HAMMAMI, Sami. The impact of CO2 emissions and economic growth on energy consumption in 58 countries. Energy Reports 1 (2015) 62–70.

SCHNITKEY, Gary. Monthly Fertilizer Prices: Spring 2014 with Comparisons to 2009 through 2013. In Farm Doc Daily. Department of Agricultural and Consumer Economics, University of Illinois at Urbana-Champaign. 2014. Access date: 11/23/15. Available at <http://farmdocdaily.illinois.edu/2014/04/monthly-fertilizer-prices-spring2014-withcomparisons.html>.

STEFFEN, R. SZOLAR, O. & BRAUN, R. Feedstock for Anaerobic Digestion. (1998). Access date: 10/18/15. Available at: http://www.adnett.org/dl_feedstocks.pdf.

VESILIND, P. A. Wastewater treatment plant design (4th ed.). London, UK and Alexandria, VA, USA: IWA Publishing and the Water Environment Federation. (1998).

WARNARS, L. & OPPENOORTH, H. Bioslurry: a supreme fertilizer. A study on bioslurry results and uses. 2014. Access date: 10/18/15. Available at: www.hivos.org/sites/default/files/bioslurry_book.pdf.

WANG, Li-Hong; WANG, Qunhui; ZHANG, Xiao; CAI, Weiwei; SUN, Xiaohong. A bibliometric analysis of anaerobic digestion for methane research during the period 1994-2011. Journal of Material Cycles & Waste Management; Jan, Vol. 15 Issue 1, p1. 2013.

Websites consultados e lojas visitadas para levantar as especificações e preços dos componentes necessários para a construção de um biodigestor anaeróbico.

<http://www.lascofittings.com>

<http://www.pvcfittingsonline.com>

www.homedepot.com

<http://www.usplastic.com>

<http://www.colonialengineering.com>

<http://www.interplas.com>

<http://www.lowes.com>

UTILIZAÇÃO DE *BLABERUS GIGANTEUS* (LINNAEUS, 1758) NA DECOMPOSIÇÃO DE MATÉRIA ORGÂNICA COM FOCO NA SUSTENTABILIDADE

BRUNO GUILHERME GOUVEIA NUNES
MARCIO VINICIUS PEREIRA
Centro Universitário Fundação Santo André

INTRODUÇÃO

As baratas, insetos hemimetábolos, costumam ser vistas como animais “sujos”, associados ao esgoto, possíveis transmissores de doenças e sem muita utilidade. Os primeiros registros destes insetos datam de aproximadamente 400 milhões de anos. No Brasil, há cerca de 640 espécies descritas, sendo a maioria de ecossistemas silvestres. Segundo estudos de Roth & Willis (1952), apesar da íntima relação entre humanos e baratas, poucos estudos são desenvolvidos acerca de seus comportamentos, hábitos e possíveis usos.

Esses insetos caracterizam-se por serem de pequeno porte e podem decompor boa parte da matéria orgânica, sendo uma vantagem sua alta capacidade de adaptação e seu elevado potencial reprodutivo, podendo habitar lugares pequenos e escuros; o seu hábito alimentar é onívoro e limpador, se alimentando de frutas, sementes, insetos e animais mortos (MIKOLA, 2010; POSSER, 2013).

De acordo com DW BRASIL, em 2018, existem na China fazendas onde são usadas em torno de seis milhões de baratas da espécie *Periplaneta americana*, com o objetivo de decompor a maior quantidade de matéria orgânica possível gerada por uma cidade (DW Brasil, 2018). As baratas possuem odores característicos que são, em grande parte, devido a secreções produzidas por glândulas odoríferas. Essas glândulas podem ser anais, terciais ou esternais, e algumas espécies podem possuir uma ou mais dessas glândulas. (ROTH, WILLIS; 1952).

Tendo em vista o crescimento acelerado da população mundial nos últimos anos, que tem como consequência o aumento da produção de resíduos, principalmente os resíduos orgânicos, e a falta de espaço para o tratamento e destino desses resíduos, podemos encontrar na natureza a solução para os problemas causados pelos seres humanos. Neste sentido, a utilização de baratas na decomposição de matéria orgânica em grande escala poderá ser uma solução de biotecnologia e saneamento do meio.

OBJETIVOS

Verificar, sobre condições experimentais, a decomposição de resíduos orgânicos por *Blaberus giganteus*.

MATERIAL E MÉTODOS

Inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico sobre os aspectos da biologia e ecologia das baratas a partir de publicações nos buscadores Scielo e Google acadêmico, sob as palavras-chave: “Barata”, “cockroach” e “decomposição de matéria orgânica”. Foram consultadas publicações de 2014 a 2018.

LOCAL DE REALIZAÇÃO DO EXPERIMENTO

O estudo foi realizado no Viveiro do Centro Universitário Fundação Santo André. (Fotografia 1) no período de 23/07/2020 a 23/10/2020 e consistia em usar quatro caixas organizadoras idênticas, contendo 30 baratas em cada caixa, e caixas de ovos para acomodar os espécimes. Cada caixa foi alimentada com um tipo diferente de alimento, e os alimentos foram pesados ao serem oferecidos e também após 2 dias de consumo para cálculo da quantidade de alimento consumido em cada caixa, bem como para analisar o alimento que esses insetos mais se adaptaram a consumir.



Fotografia 1. Posição ventral e dorsal da Ninfa de *Blaberus giganteus*.



Fotografia 2. Abrigo das baratas: dentro e fora, respectivamente.

Foram utilizados 120 espécimes (ninfa) no experimento. Cada caixa recebeu sempre o mesmo tipo de alimento específico.

Caixa 1: alimentação de barata pet: ração de gato, frutas, verduras e legumes.

Caixa 2: sobras de uma residência: frutas, legumes, verduras, arroz e feijão cozido, macarrão, alimentos fritos e cozidos, farofa e um pouco de água. Tudo triturado.

Caixa 3: restos de legumes e verduras.

Caixa 4: restos de frutas.

RESULTADOS

O início do experimento coincidiu com o meio da estação do inverno e início da primavera. Apesar da predominância de temperaturas mais baixas, as observações revelaram que as baratas foram capazes de consumir, aproximadamente, 1 kg de alimento orgânico descartado de uma residência. (Gráfico 1).

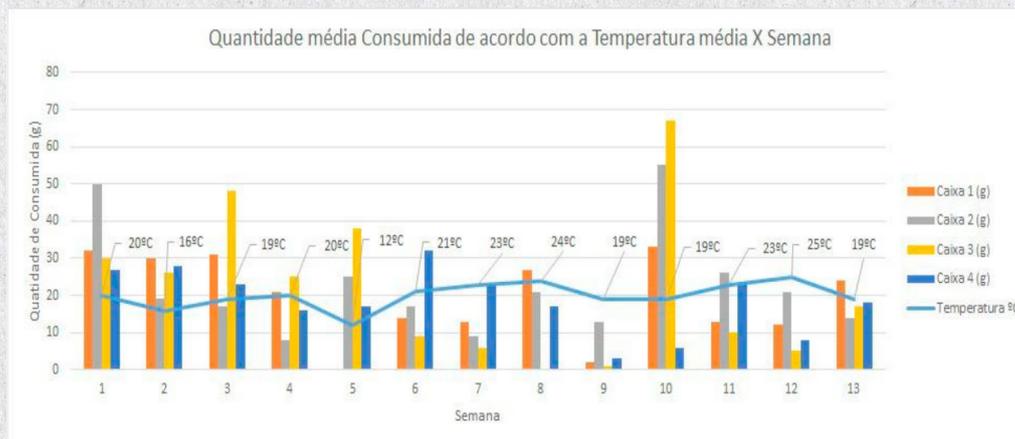


Gráfico 1. Gráfico de quantidade consumida de acordo com a temperatura x semana. Julho-outubro, 2020.

Foram oferecidos tipos diferentes de alimentos em cada caixa, porém, a caixa alimentada com alimentos triturados (caixa 2) apresentou maior consumo de alimento do que as outras caixas, sendo a caixa 3 (alimentada com restos de legumes e verduras) a que obteve maior desenvolvimento de baratas da fase de ninfa e metamorfose para fase adulta. Das 120 baratas, 47 (39%) conseguiram atingir o seu estágio adulto. Durante a realização do experimento, não houve óbitos ou nascimentos em nenhuma caixa, tendo 100% de sobrevivência das baratas. Tendo em vista que o experimento teve apenas três meses de realização nas estações mais frias e sem nascimentos, não foi possível avaliar se uma população de baratas adultas da *Blaberus giganteus* poderia consumir a mesma quantidade de alimento no mesmo intervalo de tempo.

Não constam na literatura científica nacional e internacional trabalhos ou experimentos realizados sobre o assunto. Esse fato limita a análise comparativa desses resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre as condições desse experimento, foi possível verificar que ninfas da barata *Blaberus giganteus* são capazes de consumir aproximadamente 1 kg de matéria orgânica gerada por uma única residência em um intervalo de três meses. Frisa-se ainda que na literatura nacional e internacional não foram encontradas publicações sobre o assunto. Possivelmente, esse trabalho seja inédito, motivo pelo qual recomendamos que sejam empreendidos experimentos similares abrangendo diversas estações do ano.

Palavras-chave: biotecnologia; matéria orgânica; *Blaberus giganteus*; insetos.

REFERÊNCIAS

DW BRASIL. Fazendas de baratas abastecem mercado de proteína na China. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Y04cXmlwWe0&t=3s>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

MIKOLA, T.V.Z. Revisão bibliográfica da ocorrência de baratas em ambiente urbano no Brasil. Instituto de Biociências, Rio Claro, p. 1-40, 2010. Disponível em: <<https://ib.rc.unesp.br/Home/Pesquisa58/CEISCentrodeEstudosdeInsetosSociais/t5-revisao-bibliografica-da-ocorrencia-debaratas-em-ambiente-urbano-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

Roth, L. M., & Willis, E. R. (1952). A Study of Cockroach Behavior. *The American Midland Naturalist*, 47(1), 66–129. <https://doi.org/10.2307/2421700>. Acesso em 08 fev. 2022.

VULNERABILIDADE E SOFRIMENTO PSÍQUICO: CONDIÇÕES DE ACESSO EM SAÚDE DURANTE O PRÉ-NATAL

IVETE YAVO

JULIANA NEVES

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Observa-se nas últimas décadas a necessidade cada vez maior de repensarmos os modelos de atenção à saúde, bem como a criação de políticas públicas efetivas para parcelas significativas da população brasileira em condições de maior vulnerabilidade, visando assim melhoria de oferta de produtos e serviços que favoreçam melhora na qualidade de vida, especialmente no âmbito da saúde. Tal demanda é reforçada principalmente quando atravessada pelo racismo estrutural que circunda o acesso à assistência em saúde da mulher negra. Desta forma, o presente estudo pretendeu compreender a vivência psicológica de mulheres gestantes frente ao atendimento que receberam durante o pré-natal, bem como conhecer possíveis fatores geradores de sofrimento psíquico. Para tal, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo através de um questionário com questões semiabertas e um questionário sociodemográfico. A amostra foi composta por cinco mulheres. Os dados foram compreendidos à luz da teoria psicanalítica associada a teóricos que abordem questões transversais em saúde e raça.

Palavras-chave: psicologia da saúde; mulheres negras; pré-natal; qualidade de vida.

A escravidão no Brasil começa em 1539 em Pernambuco e tem seu fim apenas em 1888. Durante esse período os indivíduos negros eram forçados ao trabalho e recebiam punições físicas de acordo com o interesse dos senhores da casa grande. Essa dinâmica de trabalho e de punição não era exclusiva do sexo masculino. As mulheres negras também eram incluídas nas atividades compulsórias e nas torturas, porém, seu sofrimento estava relacionado a questões da sexualidade. Dessa forma, muitas mulheres negras foram estupradas e abusadas durante o período escravocrata. Nesse ponto, é importante destacar a diferença da visão da sociedade perante elas: a mulher negra escrava era vista como forte e sexual, capaz de aguentar castigos e o trabalho pesado, enquanto a mulher branca era frágil, pura e ligada aos ideais de casamento e castidade. Essa diferença também foi incorporada pelas próprias mulheres e era possível encontrar brancas que punissem e machucassem suas escravas negras quando tinham vontade.

Após o final da escravidão, os negros não foram incluídos em espaços como educação e trabalho, sendo assim, pode-se notar que os 300 anos em que os negros foram escravizados impactaram diretamente a sociedade brasileira. Esse impacto pode estar relacionado ao racismo estrutural cuja definição se refere à incapacidade de uma organização ou instituição de promover um serviço apropriado para alguém baseado em sua cor de pele. As áreas do campo da saúde podem ser incluídas nesse fator, uma vez que 60% das pessoas pretas afirmam ter sofrido algum tipo de discriminação racial em hospitais e 40% de pardos também relatam o preconceito.

Dessa forma, entende-se que a população negra se encontra em um estado de vulnerabilidade, onde pode ser vítima de violência até mesmo dentro dos hospitais. No que diz respeito à mulher negra, ela sofre uma dupla discriminação e se mostra mais propensa a essas violências, vivenciando-as até mesmo durante a gravidez.

O período gestacional é um momento de mudanças físicas e emocionais para as mulheres. Durante o segundo trimestre, por exemplo, a mulher se encontra mais sensível emocionalmente. Sendo assim, é importante uma rede de apoio, tanto familiar quanto profissional, que atenda as questões da gestante. Entretanto, as mulheres negras são aquelas menos assistidas nos hospitais e as que menos sabem sobre seus direitos no momento do pré-natal e do parto, possuindo até mesmo conflitos com a aplicação da anestesia durante os procedimentos cirúrgicos.

Uma das concepções básicas a respeito da violência obstétrica é a apropriação do corpo das mulheres por profissionais da saúde. Dentro disso, entende-se que a apropriação do corpo das negras se dá através do ideal de que elas são “diferentes” em oposição a aquilo que é “normal”, ou seja, branco. Essas especificidades no atendimento de gestantes negras pode-se ser nomeada de racismo obstétrico, isto é, uma forma de violência obstétrica que repercute apenas em mulheres não-brancas. É importante destacar aqui que as brancas também são alvo de situações violentas no momento do pré-natal e da gestação, entretanto, possuem mais amparo, reconhecimento dos direitos e acompanhamento. Nesta perspectiva, foi realizado um estudo de caráter qualitativo, cujo objetivo geral foi compreender a vivência psicológica de mulheres gestantes frente ao atendimento que receberam durante o pré-natal, bem como conhecer possíveis fatores geradores de sofrimento psíquico. Para tal, utilizou-se um questionário composto por questões semiabertas e um questionário sociodemográfico com cinco mulheres que se auto declaravam pretas ou brancas. Os dados foram compreendidos à luz da teoria psicanalítica associada a teóricos que se apoiam em questões transversais em saúde e raça.

Observando a amostra da pesquisa, notou-se que as mulheres brancas possuíam mais facilidade em entender que as situações vividas eram ruins e violentas enquanto as mulheres negras apresentam dificuldade em nomear a dor que haviam sentido. Isso se dá também pelo estereótipo de que as negras são fortes, como mencionado anteriormente. Além disso, foi possível observar que os profissionais de saúde eram colocados em uma posição elevada, como aqueles que detém grande sabedoria, porém com as mulheres brancas havia uma troca de informações enquanto as mulheres negras eram silenciadas e não ouvidas sobre suas queixas ou dores. Também foi possível notar que o parto se mostrou um momento de grande conflito, chegando a ser traumático para essas mulheres. Elas apresentaram o medo de engravidar novamente, temendo vivenciar novamente as violências sofridas na hora de dar à luz.

Com este trabalho, pode-se concluir que mulheres, tanto brancas quanto negras, apresentam queixas e dores relacionados aos atendimentos que receberam. Porém, nota-se que o racismo estrutural atravessa diretamente a forma com que elas são reconhecidas, vistas e atendidas dentro dos espaços da saúde.

A presente pesquisa também concluiu que é importante demonstrar as questões únicas das mulheres negras, pois assim é possível pensar em programas e políticas públicas que pensem sobre o racismo obstétrico e em como intervir para diminuí-lo.

Além disso, foi possível notar que o racismo obstétrico e a violência obstétrica, principalmente ao serem vivenciados no momento do parto, deixam marcas profundas na psique das mulheres, gerando medo, ansiedade e insegurança, fatores estes extremamente prejudiciais para redução de condições de vulnerabilidade e melhora de qualidade de vida tanto da criança quanto da mãe.

REFERÊNCIAS

Batista, L. E, Cruz, V. M da, Santos, C. G dos, Kalckmann, S. (2007) Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS? Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902007000200014>.

Carneiro, S.(2011) Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. Editoria Afiliada. São Paulo: Selo Negro.

Cerqueira, D., Lima Samira Bueno, R. S de., Valencia, L. I., Hanashiro, Olaya., Machado, P. H. G., Santos Lima, A., (2017) Atlas da Violência. Recuperado em 5 dezembro, 2019, de ipea.gov.br/portal.

Francisca de Assis, J. (2018) Interseccionalidade, Racismo Institucional e Direitos Humanos: compreensões á violência obstétrica. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-66282018000300547&lng=pt&nrm=iso.

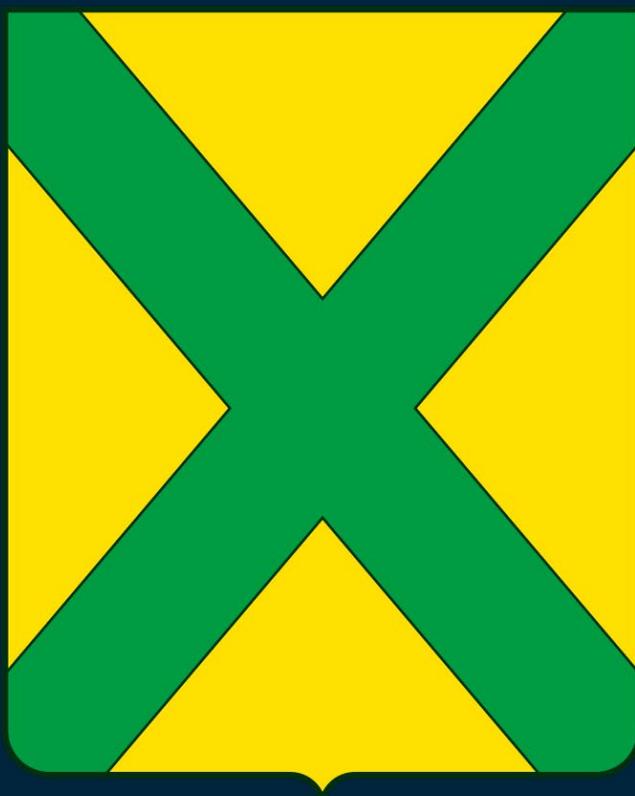
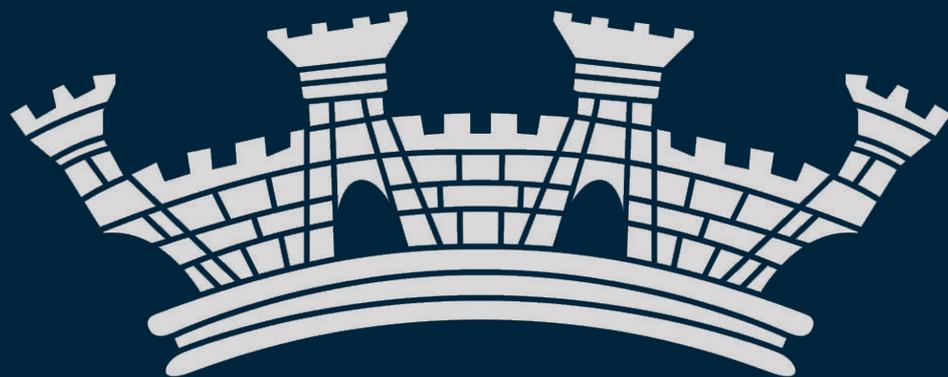
Freyre, G. (1933) Casa-Grande & Senzala. Editora: Global Editoria Hooks, b. (1981) Não sou eu uma mulher? Editora Rosa dos Tempos.

Kilomba, G. (2008) Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano Editora: Cobogó Maldonado, M. T (2017) Psicologia da Gravidez. São Paulo: Editora Ideais&Letras.

Meshulam-Werebe, D., Andrade, M. G. de O.,&Delouya, D. (2003) Transtorno de estresse pós-traumático: o enfoque psicanalítico. Revista Brasileira de Psiquiatria, 25 (suppl 1), 37-40. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s1516-44462003000500009>>.

Pereira, É.,Rattener, D., Theophilo, L. R (2018)Vulnerabilidade de mulheres negras na atenção ao pré-natal e ao parto no SUS: análise da pesquisa da Ouvidoria Ativa. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018001103505>.

Wernneck, J. (2016) Racismo Institucional e Saúde da População Negra. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n3/1984-0470-sausoc-25-03-00535.pdf>>Acesso: 15,mar. 2019.



PAVLISTARVM TERRA MATER